

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANDRE DE SOUZA FEDEL

**PASSANDO A PALAVRA: EXPERIÊNCIAS DE PRODUÇÃO DO
ESPAÇO NA COMUNICAÇÃO POPULAR E LIVRE EM CURITIBA/PR**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CURITIBA
2017

ANDRÉ DE SOUZA FEDEL

**PASSANDO A PALAVRA: EXPERIÊNCIAS DE PRODUÇÃO DO
ESPAÇO NA COMUNICAÇÃO POPULAR E LIVRE EM CURITIBA/PR**

Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre em
Geografia no Curso de Pós-Graduação em
Geografia, Setor de Ciências da Terra, da
Universidade Federal do Paraná

Orientador: Prof. Dr. Adilar Antonio Cigolini

CURITIBA
2017

F292p

Fedel, André de Souza

Passando a palavra: experiências de produção do espaço na comunicação popular e livre em Curitiba/PR / André de Souza Fedel. – Curitiba, 2017.

164 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017.

Orientador: Adilar Antonio Cigolini.

1. Território. 2. Comunicação. 3. Espaço urbano. 4. Práticas espaciais. I. Universidade Federal do Paraná. II. Cigolini, Adilar Antonio. III. Título.

CDD: 301.2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS DA TERRA
Programa de Pós Graduação em GEOGRAFIA
Código CAPES: 40001016035P1

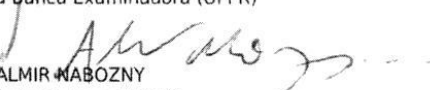
TERMO DE APROVAÇÃO

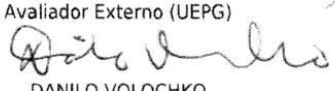
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ANDRE DE SOUZA FEDEL**, intitulada: **"PASSANDO A PALAVRA : EXPERIENCIAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA COMUNICAÇÃO POPULAR E LIVRE EM CURITIBA /PR."**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

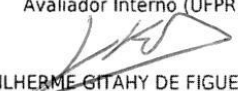
A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 10 de Agosto de 2017.


ADILAR ANTONIO CIGOLINI
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


ALMIR MABOZNY
Avaliador Externo (UEPG)


DANILO VOLOCHKO
Avaliador Interno (UFPR)


GUILHERME GITHAY DE FIGUEIREDO
Avaliador Externo (UEA)

AGRADECIMENTOS

A minha família;

aos amigos e amigas;

as companheiras e companheiros de trabalho do CEFURIA;

ao coletivo Rádio Gralha;

ao professor Adilar Cigolini pelo acompanhamento sereno e orientações seguras;

a banca de qualificação, Danilo e Jorge, pelas importantes contribuições;

a todas pessoas que de alguma forma contribuíram no caminhar deste estudo;

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada busca analisar as diferentes maneiras em que o espaço geográfico é produzido na relação com a comunicação. Para tanto, pretendemos contribuir com os diversos entendimentos da comunicação, desde a história da implementação das técnicas e sistemas de comunicação realizadas pelo Estado e suas dinâmicas no território brasileiro. Tal processo histórico-geográfico é acompanhado com o desenvolvimento das teorias de comunicação de massas e da comunicação popular. Observamos que a comunicação popular, proveniente de saberes e de práticas da população é constituinte de um movimento cotidiano no avanço, defesa e garantia de direitos, produzindo diversas formas de manifestação, entre elas as rádios livres e comunitárias. Estas formas da comunicação popular se concretizam a intensos e conflituosos processos políticos, a partir das práticas espaciais que os sujeitos e as organizações produziram em busca de visibilizar seus lugares de vida como também para se legitimar perante o Estado os seus direitos de expressão. O estudo empírico foi realizado em Curitiba-PR, onde evidenciou-se primeiramente o fenômeno da gestão corporativa do território pela comunicação de massas, materializada pelo circuito FM comercial da cidade. Por outro lado, a produção do espaço pela comunicação popular é materializada a partir de diferentes práticas espaciais, no caso aqui estudado pela Rádio comunitária Bairro Novo e a Rádio Livre Gralha. Ambos os casos demonstram a possibilidade da produção do espaço de maneira multiescalar, ao mesmo tempo, em que visibilizam suas dificuldades e conflitos com outros agentes produtores do espaço.

Palavras-chaves: Território, Comunicação, Espaço Urbano, Práticas Espaciais

RESUMEN

La investigación aquí presentada busca analizar las diferentes maneras en que el espacio geográfico se produce en la relación con la comunicación. Para ello, pretendemos contribuir con los diversos entendimientos de la comunicación, desde la historia de la implementación de las técnicas y sistemas de comunicación realizadas por el Estado y sus dinámicas en el territorio brasileño. Este proceso histórico-geográfico se acompaña con el desarrollo de las teorías de comunicación de masas y de la comunicación popular. Observamos que la comunicación popular, proveniente de saberes y de prácticas de la población es constituyente de un movimiento cotidiano en el avance, defensa y garantía de derechos, produciendo diversas formas de manifestación, entre ellas las radios libres y comunitarias. Estas formas de comunicación popular se concretan a intensos y conflictivos procesos políticos, a partir de las prácticas espaciales que los sujetos y las organizaciones produjeron en busca de visibilizar sus lugares de vida, así como legitimarse ante el Estado sus derechos de expresión. Se trata de un estudio de Curitiba-PR donde se evidenció primeramente el fenómeno de la gestión corporativa del territorio por la comunicación de masas, materializada por el circuito FM comercial de la ciudad. Mientras que la producción del espacio por la comunicación popular se materializa a partir de diferentes prácticas espaciales, en el caso aquí estudiado por la Radio comunitaria Bairro Novo y la Radio Libre Gralha. Ambos casos demuestran la posibilidad de la producción del espacio de manera multiescalar, al mismo tiempo, que visibiliza sus dificultades y conflictos con otros agentes productores del espacio.

Palabras-clave: Territorio, Comunicación, Espacio Urbano, Prácticas Espaciales

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABERT Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão

ABRAÇO Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária

ABOLA Associação Brasileira de Ondas Livres

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

ARLESP Associação de Rádios livres de São Paulo

CBT Código Brasileiro de Telecomunicações

CCP Centro de Cultura Popular

CEB's Comunidades Eclesiais de Base

CMI Centro de Mídia Independente

COHAB Companhia de Habitação

CONFECOM Conferência Nacional de Comunicação

CORA LIBRA Cooperativa de Rádios Livres do Brasil

DCE Diretório Central dos Estudantes

DENTEL Departamento Nacional de Telecomunicações

EMBRATEL Empresa Brasileira de Telecomunicações

FENAJ Federação dos Jornalistas

FNDC Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHU Instituto Humanitas Unisinos

IPPUC Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

MCP Movimento de Cultura Popular

MiniCom Ministério das Comunicações

MNPR Movimento Nacional da População em Situação de Rua

MPL Movimento Passe Livre

MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

PFDC Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

RBN Rádio Bairro Novo

TELEBRAS Telecomunicações Brasileira

UFPR Universidade Federal do Paraná

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

XAPINHAL Organização das Associações de Moradores do Xaxim, Pinheirinho e Boqueirão

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Emissoras e Afiliadas Rede Globo.....	30
Figura 02 - Concentração de torres de transmissão no Bairro Pilarzinho.....	90
Figura 03 - Estúdios de emissoras FM no Bairro Pilarzinho.....	90
Figura 04 - Estúdios de emissoras FM no Bairro Pilarzinho.....	91
Figura 05 - Entrada da Rádio Bairro Novo.....	98
Figura 06 - Transmissor de 25 watts da Rádio Bairro Novo (RBN).....	101
Figura 07 - Locutores no Estúdio da RBN.....	104
Figura 08 - Trecho de notícia sobre a regularização das ocupações	109
Figura 09 - Primeiro cartaz do coletivo Rádio Galha.....	120
Figura 10 - Intervenção a partir de projeções	121
Figura 11 - Intervenção em paredes convidando pessoas para reuniões.....	123
Figura 12 - Oficina de mídia na Escola Estadual José Guimarães.....	124
Figura 13 - Oficina interna de instalação de rádio.....	129
Figura 14 - Programação semanal da Rádio Galha.....	132
Figura 15 - Polícia Federal em frente ao prédio do DCE.....	140

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Localização da Rádio Bairro Novo e estabelecimentos parceiros.....	99
Mapa 02 - Corredor Cultural e ações policiais.....	141

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Crescimento de Rádios Livres e Comunitárias Sem Concessão.....	52
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Principais grupos que compõem os círculos dominantes de notícias no território brasileiro.....	33
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Principais empresas de rádio em rede no Brasil.....	31
Quadro 02 - Ordenamento jurídico que proporciona a democracia nas comunicações	34
Quadro 03 - Ordenamento jurídico que restringe a democracia nas comunicações	36
Quadro 04 - Escalada da Repressão.....	55
Quadro 05 - Quantidade de Rádios Comunitárias com Outorga.....	56
Quadro 06 - Levantamento do Circuito FM de Curitiba.....	92
Quadro 07 - Caracterização do Circuito FM de Curitiba.....	95

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
1. O ESTADO E AS DINÂMICAS DE FORMAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO EM TERRITÓRIO BRASILEIRO.....	18
1.1 A Presença da informação, a formação dos oligopólios e os círculos dominantes no território.....	27
2. COMUNICAÇÃO, COMUNICAÇÕES: HISTÓRIA E TEORIA.....	38
2.2 A Comunicação de massas: Segmentando os estímulos da sociedade.....	38
2.3 O Sentido da comunicação popular: Cultura e educação como elementos da organização.....	41
2.3.1 Movimento Social e Popular e a Comunicação: Brasil e América Latina.....	43
2.3.2 Rádios Livres e Comunitárias no Brasil e a democratização das comunicações: conflitos e resistências.....	48
3. A GEOGRAFIA DA COMUNICAÇÃO, DA INFORMAÇÃO E DA MÍDIA.....	66
3.1 O Lastro de Milton Santos.....	66
3.2 Circuitos de informação e comunicação e lugares da mídia popular e comunitária.....	70
4. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DA COMUNICAÇÃO POPULAR EM CURITIBA	80
4.1 Percursos Metodológicos.....	80
4.2 Curitiba e o Circuito FM: A gestão corporativa do território através da comunicação de massas.....	86
4.3 Bairro Novo: Radiodifusão comunitária e a comunicação popular.....	97
4.4 Bairro Centro: Radiodifusão livre, comunicação popular e práticas insurgentes	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS: O Caminho necessita ser outro.....	145
REFERÊNCIAS.....	150
ANEXOS.....	156

APRESENTAÇÃO

A caminhada de pesquisa, estudo e compreender algo que acreditamos foi assim... a gente se debruça de tamanha forma que, ao perceber que os dois anos se passaram e não conseguimos sistematizar e refletir tudo que gostaríamos. Bate uma sensação de: como seria na época em que o período para se realizar o mestrado era maior?... Talvez terminaria com a mesma inquietação.

O que eu vi e ouvi se resume em movimento e cotidiano. O movimento daqueles jovens que querem ter um espaço para afirmar suas identidades e suas culturas; O movimento das famílias que querem ter a regularização de suas moradias para garantir sua dignidade e seus direitos; O movimento de radialistas a procura de promover uma outra comunicação, movimentando a cultura e o comércio do bairro. Nestes movimentos o cotidiano é a *ponte* e ao mesmo tempo a *barreira*. Vi tantas movimentações para reuniões agendadas com o poder público e instituições que pouco ou nada tiveram efeito, enquanto as conversas no cotidiano pareciam fazer muito mais sentido. Ouvi conversas cotidianas apontando caminhos coletivos, mas que também criavam fissuras e mal entendidos - o cotidiano que demonstrava as relações de poder explícitas. O “vamos juntos” às vezes soava como algo fora de moda para pequenos grupos que procuravam trilhar caminhos diferentes. No entanto, nas reuniões estavam todos presentes, querendo propor algo onde todos se responsabilizassem. Enquanto parte da pesquisa se desenvolvia principalmente pela oralidade, que não é linear, o texto aqui exigiu uma determinada linearidade. Essa transformação foi difícil, principalmente para deixar o mais próximo possível da realidade. Eterna busca.

Às vezes o trabalho se misturava a pesquisa e a pesquisa ao trabalho e isso era certo que iria ocorrer. Muitas vezes um educador na posição de pesquisador, outras vezes um pesquisador na posição de educador.

A apresentação tem um pouco disso, mostrar a ‘dispersão-organizada’ e o lugar de enunciação da pesquisa. O leitor vai se deparar com um tema de pesquisa que, ao mesmo tempo, é profundo em suas origens e atualidades, mas também é transversal a várias outras reivindicações extremamente urgentes da nossa sociedade desigual.

INTRODUÇÃO

¿Com fue que el sistema nos convenció de que las máquinas resuelven la comunicación? ¿Cuándo dejamos de dialogar con los otros y las otras y nos volteamos a los transistores, las pantallas y los cables? (CML, 2013. p.11)

Com a epígrafe que traz a problemática da relação do ser humano com a técnica, em especial as técnicas de comunicação no período atual da globalização, pode-se compreender que tal período é marcado por duas questões que o senso comum acredita ser um grande avanço. A primeira, que as máquinas (técnicas) ou os meios de comunicação estão fazendo nossa comunicação. A segunda, que temos muitas informações circulando e que isso auxilia o desenvolvimento das relações humanas e, conseqüentemente, pode-se acreditar que há maior quantidade de diálogos na sociedade.

Tais afirmações caracterizam-se como inverdades, pois demonstram somente a face dos grandes agentes produtores de informações e o alto grau de desenvolvimento industrial que o setor da comunicação e informação teve ao longo do último século. Se o desenvolvimento das técnicas na sociedade foi acompanhado e orientado pelo desenvolvimento desigual do território e da própria sociedade, pode-se observar que a grande quantidade de informações parte de poucos agentes localizados da sociedade, e que tais informações não provêm da comunicação e interação de todas as pessoas mas sim do que é veiculado pela mídia, focada majoritariamente em notícias e acontecimentos de um determinado espaço econômico e político nas formas de entretenimento, publicidade e propaganda, ou seja, a comunicação e a informação enquanto um modelo de sociabilidade muito vinculada à mercadoria.

As agências transnacionais de notícias, as cadeias de programação de rádios e o sistema de afiliação de transmissoras de televisão são alguns exemplos da organização destes agentes da mídia, que produzem e circulam informações e promovem uma determinada comunicação no território. A história do uso do território brasileiro demonstra a maneira que tais meios de comunicação se desenvolveram ao longo do tempo e do espaço, sendo por investimentos estatais centralizados em

poucas empresas e concentrados em regiões brasileiras por exemplo. Com isso, se pode compreender as características da modernização conservadora e quais as reais estratégias de aceleração dessa característica, marcadas pela alienação e a seletividade como componentes importantes na produção do espaço geográfico. (SANTOS, 1998).

A comunicação realizada no território foi atrelada aos usos que se dava e se planejava nele. Em uma busca de comprimir o tempo e o espaço, o Estado e as empresas de comunicação articulados principalmente pelas teorias da comunicação, as chamadas teorias da comunicação de massas, também conhecida como comunicação de longo alcance que objetiva, em última análise, a lógica capitalista. Nesse sentido, a comunicação de massas foi transversal aos processos de modernização do território brasileiro.

Neste contexto de ascensão e consolidação da comunicação de massas ou de amplo alcance, impulsionada pelo desenvolvimento industrial com grande referência no período do regime militar, surge também no interior dos movimentos populares e sociais, um processo de educação popular orientado na comunicação. As experiências da chamada comunicação popular, alternativa ou comunitária foram responsáveis por propor ações de contraponto ao sistema econômico e político, visibilizar outras escalas geográficas da ação humana na produção do espaço -atuando nos lugares que estão inseridos -, problematizar a cultura do silêncio nas classes populares e, por fim, construir outra forma de comunicação.

A epistemologia das comunicações demonstra um universo teórico desarticulado e ao mesmo tempo conflituoso. Não muito diferente da história do pensamento geográfico, os estudos de comunicação - e a comunicação existente hoje - possuem grande influência dos centros do norte e europeus. No entanto, a América Latina tem sua contribuição - ainda que pouco conhecida. Também, há pouco tempo a geografia vem contribuindo com estudos sobre os meios de comunicação e suas relações com a produção do espaço geográfico. Destaca-se a enorme importância de interpretar essas duas correntes de estudos (a comunicação de massas e a comunicação popular). No entanto, nossa questão central foca na constituição e atual estágio da segunda corrente.

Acredita-se que o olhar geográfico sobre o fenômeno da comunicação popular tem contribuições, e assim, deixa-se claro que, tanto a concepção geográfica sobre os processos contemporâneos de produção e transformação do espaço, quanto uma concepção da comunicação e suas bases teóricas e políticas possuem diálogos, naturezas, métodos e finalidades. Estes, podem ser organizados em torno de inúmeros questionamentos com objetivos comuns de abrir um caminho de pesquisa e reflexão. Com isso, concordamos com Gomes (2009) que trabalhos como este que estamos realizando, não devem ser evitados e, da mesma maneira, com o que Milton Santos (1986) discorreu enquanto o temor da invasão de campo de outros especialistas e das vantagens da interdisciplinaridade. A pesquisa ora apresentada tem como questão central compreender as relações multiescalares entre a produção do espaço e a comunicação popular e livre em Curitiba/PR. Para isso tomou-se como questões específicas:

- Compreender a implantação dos meios de comunicação, seus sistemas técnicos, seus sujeitos e sua organização, como uma estratégia territorial.
- Compreender as principais correntes de pensamento da comunicação, com destaque a comunicação popular.
- Demonstrar como a geografia vem pesquisando os meios de comunicação populares, livres e comunitários e tratando tal fenômeno.
- Analisar processos de constituição da comunicação popular na Rádio Comunitária Bairro Novo e na Rádio Livre Gralha em Curitiba/PR.

Compreende-se que a sociedade ao produzir-se, também produz espaço, e ao produzir, faz presente uma dimensão histórica com especificidades, demonstrando as práticas sociais e trajetórias espaciais que os sujeitos, suas organizações e seus lugares de fala e de ação relacionam-se com (e para) a produção das escalas geográficas, sejam elas as escalas onde o conflito e o exercício do poder são mais visíveis, como também as escalas onde a solidariedade e a construção da comunicação popular se tornam visíveis, produzindo uma diferenciação espacial. As trajetórias a que se refere são literalmente os movimentos dos sujeitos, seus acordos, suas perdas e ganhos e capacidade de organização, tendo em vista os espaços que taticamente buscam construir ou

influenciar, alimentando uma determinada sociabilidade. Esta produção é visível no cotidiano, principalmente na escala urbana. No entanto, a compreensão histórica fornece a interpretação da formação e perpetuação da escala do Estado-Nação. Destaca-se principalmente que esta produção do espaço na comunicação popular e livre é um conflito histórico e latente entre a escala do Estado-Nação e seus elementos (normas, leis, agentes institucionais, agentes de repressão e ações de modernização) e as escalas do espaço urbano (moradores, jovens, bairro, regional, vizinhança, praças, prédios e ruas) aqui analisadas.

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos dos quais apresentaremos a seguir. No primeiro capítulo, com a construção de um corpus de pesquisa (BAUER e AARTS, 2008), realizou-se um levantamento bibliográfico nas ciências sociais e humanas, principalmente na ciência geográfica, condizente à constituição territorial dos meios de comunicação e o processo de implantação do seus sistemas técnicos. Optou-se nesta descrição histórico-geográfica, demarcar períodos e dar visibilidade às conjunturas em que o Estado brasileiro foi agente principal das grandes transformações territoriais que passava a sociedade na implantação destes meios. Procurou-se apontar ao fim a situação atual das agências de notícias, das cadeias de programação de rádio e do sistema de afiliadas de televisão, demonstrando que há claramente uma produção do espaço geográfico verticalmente por estes atores.

No segundo capítulo, realizou-se um esforço de síntese teórica e histórica sobre duas correntes de pensamento da comunicação, demonstrando suas origens, suas categorias de análise e bases sociais. Tal capítulo teve por objetivo dar maior visibilidade à corrente de pensamento da comunicação popular, sua história e suas transformações teóricas e políticas, com destaque às experiências latino-americanas acumuladas. As Rádios Livres e Comunitárias como uma das expressões desta outra comunicação no Brasil são abordadas a partir de uma perspectiva histórico-geográfica, compreendendo os conflitos entre as escalas desta comunicação popular e as escalas provenientes do Estado, principalmente no que se refere na elaboração de legislações e marcos regulatórios no setor. Buscou-se essa análise pois se percebeu processos políticos de discussão que culminaram na definição de determinada legislação. Tais processos demonstram e demonstraram este conflito

de interesses entre escalas. São eles: a legislação da radiodifusão comunitária e a construção e realização da conferência nacional de comunicação. Ambos os processos partiram supostamente do anseio popular e tiveram grandes transformações ao conciliarem seus objetivos com representantes das instituições do Estado Brasileiro e de empresas nacionais e multinacionais.

No terceiro capítulo, sistematizamos a partir da contribuição de Milton Santos, os recentes trabalhos de intersecção entre a geografia e os estudos dos meios de comunicação populares e comunitários. É perceptível que tais trabalhos dialogam transversalmente com diferentes processos de produção do espaço urbano. Sejam eles pelos agentes hegemônicos ou pelas classes populares. Os meios de comunicação analisados nos trabalhos caracterizam-se como (entre)lugares de elocubração de táticas e práticas espaciais que proporcionam visibilidades de identidades marginalizadas, que procuram criar maneiras de novas sociabilidades, fortalecendo um movimento de reivindicação de direitos, ao nosso ver.

Para isso, no quarto capítulo, em nosso trabalho de campo, com foco no espaço urbano, procurou-se realizar duas entradas. Primeiramente resgatou-se a situação do circuito FM de Curitiba, destacando a Rádio Comunitária Bairro Novo e sua produção espacial. Sua relação com o histórico do movimento popular de moradia na região sul de Curitiba, sua organização em torno do bairro, as repercussões espaciais da cultura promovida e circulada e as atuais dificuldades e contradições de se realizar comunicação. Paralelamente, procurou-se sistematizar experiências de outro processo de produção espacial da comunicação popular e livre a partir da constituição de uma rádio livre pela juventude. Nesta segunda entrada, desenvolveu-se os trabalhos de campo a partir de um conjunto de procedimentos metodológicos oriundos da educação popular, da pesquisa participante e da pesquisa-ação, onde a reflexão a partir das trajetórias dos sujeitos, das práticas espaciais e dos temas geradores sejam propícios para oportunizar o conhecer e o agir, como discorre Michel Thiollent (1998, p.40)

A passagem do conhecer ao agir se reflete na estrutura do raciocínio, em particular em matéria de transformação de proposições indicativas ou descritivas, em proposições normativas ou imperativas. Isto supõe que seja estabelecido algum tipo de relacionamento entre a descrição de fatos e normas de ação dirigida em função de uma ação sobre esses fatos, ou de uma transformação dos mesmos.

No último capítulo, traça-se considerações a respeito deste panorama multiescalar caminhado. É possível concluir que as experiências de comunicação popular analisadas demonstram possibilidades de produção de um espaço urbano amplo e fecundo, no entanto convivem em conflitos de diferentes escalas, necessitando uma clara distinção das prioridades para resolução destes. A estratégia de pesquisa proporcionou perceber estes processos, urgindo a reflexão da maneira em que é produzido o conhecimento em diálogo com os diferentes saberes.

1. O ESTADO E AS DINÂMICAS DE FORMAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO EM TERRITÓRIO BRASILEIRO

A Geografia tem se interessado pela história da ciência segundo Godoy (2010), pois pode fazer uma releitura na “[...] uniformidade das periodizações do desenvolvimento da ciência, a partir de marcos previamente definidos pelas concepções dominantes na historiografia”. (p.146).

Na escala e contexto latino-americano é possível observar, durante todo século XIX e parte do século XX, com mais ênfase, uma política de caracterizar os territórios como vazios demográficos, dos problemas de integração física e de infraestrutura, e assim, a implementação material das técnicas de comunicação são uma elevada contribuição e um investimento para os Estados efetivarem políticas de infraestrutura e criarem dinâmicas nos territórios.

As técnicas, como representativas de épocas históricas e funcionando em sistemas, apresentam-se assim, como Santos (1996) menciona, uma proposta de investigação. O autor em outra obra também pontua que se tratando do território brasileiro, há uma complexidade em suas periodizações, ainda mais ao se relacionar os sistemas técnicos. “Períodos são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo” (SANTOS, 2010, p.24). De um lado os sistemas técnicos incluem a materialidade e de outro eles indicam os modos de organização e regulação. A implementação dos meios de comunicação, suas estruturas e sistemas, foi reflexo e condição de grandes transformações inseridas no rol da modernização dos territórios, atingindo diretamente em escalas locais e regionais inicialmente, pelo histórico da modernização seletiva, posteriormente, num processo de integração nacional, promovendo mudanças e movimentos de diferentes ordens estruturais e socioespaciais.

Destaca-se aqui a implementação material dos meios de comunicação, relacionando-se sempre, com a constituição do território brasileiro e o papel do Estado nas dinâmicas territoriais. Os usos do território no período do início do Século XX aos dias atuais demonstram que este sofreu grandes transformações, pela maneira em que a organização dos sistema técnico das comunicações e seus

objetos instalaram-se e também, pela lógica que ele acabou se desenvolvendo no território.

O território do Brasil no início do Século XX, passava fases de esgotamento e ascensão de ciclos econômicos. Moreira (2005, p.15) denomina parte desse período, até a década de 1930, como *Ciclos de Assentamento*, quando, efetivamente, “[...] se implanta o modelo de sociedade brasileira como uma sociedade concentradora e excludente”. A “[...] ocupação demográfica reproduz a ocupação sócio-econômica [...] do Atlântico ao Amazonas, com maior densidade na faixa atlântica”. (p.15). Castro (2005) aponta que a estrutura político-administrativa brasileira adotou um federalismo ao contrário do modelo norte-americano que era, até então, referência. Definiram-se três esferas político-administrativas, porém os mecanismos deste federalismo não garantiam nem autonomia das decisões dessas esferas, nem asseguraram o controle democrático da política. Nesse sentido, o pacto fundador do Estado Brasileiro permitiu nas décadas iniciais de sua implantação, situações contraditórias, como a convivência com o centralismo; o coronelismo e longos períodos de poder autoritário. Grandes disputas e conflitos regionais na conformação deste sistema político sucederam ao longo da história. Para Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001), é nesse período que as primeiras redes urbanas brasileiras por meio das incipientes redes técnicas (ferrovias, transportes, telégrafo) iniciam sua integração, dando suporte ao início do processo de urbanização do interior dos estados. “O telégrafo, inovação técnica presente no Brasil, ganha enorme difusão” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.39). Para Briggs; Burke (2006, p. 139) a telegrafia foi o primeiro grande avanço da eletricidade:

Como os canais, ferrovias e ligações oceânicas, também o telégrafo ligou mercados nacionais e internacionais, incluindo bolsas de valores de mercadorias. Também aumentou a velocidade de transmissão de informação, pública e privada, local e regional, nacional e imperial, e essa característica, a longo prazo, foi seu efeito mais significativo. A distância ia sendo conquistada à medida que se transmitiam informações relativas a governos, negócios, assuntos familiares, condições climáticas e desastres naturais ou provocados pelo homem, a maior parte delas como notícias. Agências nasceram [nesse período] para levar as notícias através das fronteiras.

A imprensa, que já existia nas grandes e médias cidades, se difundia de duas formas: através dos jornais comerciais e da imprensa oficial. Neste período, inicialmente alcançavam apenas as zonas centrais. A tipografia para a imprensa foi de grande importância para alcançar um objetivo de alavancar a produção em maior intensidade da comunicação escrita. Para Nestor Canclini “[...] a imprensa foi o primeiro recurso tecnológico moderno para informar-se sobre a cidade [...]” (2002, p.44). Os jornais foram os primeiros instrumentos de criação de um imaginário de cidade e com isso dinamizavam uma ideia de território até então sem precedentes. Jornais particulares e a imprensa oficial dos estados noticiavam acontecimentos que a sociedade local começava a tomar conhecimento. No entanto, era extremamente restrita, pois apenas os letrados e com o mínimo de alfabetização tinham acesso. A comunicação e a cultura oral era mais importante e difundida. Ao final da década de 1920, o Brasil contava com mais de 30 milhões de habitantes e uma esmagadora parte era iletrada (IBGE, 2000).

O rádio, técnica há pouco tempo importada para o Brasil, inaugurava outra grande transformação que tempos depois iria ser notada: a integração territorial de distintas camadas sociais através da cultura oral e da música. Assim como a imprensa, inicialmente a radiodifusão foi recurso restrito às elites das grandes cidades, onde em clubes com ouvintes seletos se dava as primeiras transmissões, com horários e programações previamente definidas. É importante ressaltar que essa inovação técnica acabava de ser utilizada como suporte militar na Primeira Guerra Mundial e acabou se instalando no Brasil através da importação dos aparelhos e sistemas técnicos, com propósito de informação para as camadas sociais superiores, principalmente organizados em clubes e definido em termos comerciais. Para Marisa Nunes (1995, p. 10):

A disputa técnica, especialmente, durante a Primeira Guerra Mundial, permite que o rádio se desenvolva de forma acelerada e, em menos de vinte e cinco anos da primeira transmissão, ele já começa a fazer parte do cotidiano internacional. Rapidamente, os Estados Unidos entram na concorrência, que obedece a linha da melhor performance técnica, e levam vantagem. Grandes conglomerados econômicos, como a Westinghouse, começam a exportar equipamentos transmissores para vários países, entre eles o Brasil.

Na década de 1930, a inserção das publicidades ou da informação comercial, conhecido como *spot*, dava os primeiros indícios da transformação do veículo que tinha sua origem no Brasil como erudito, para um padrão massivo, alcançando assim um maior número de pessoas, inclusive analfabetos. Na mesma década, com o incremento do receptor a válvula e o barateamento dos custos, o aparelho de rádio tem sua disseminação facilitada em outras camadas sociais.

A partir das ondas de rádio, o território brasileiro como um todo se tornava potencialmente alcançável para as informações, notícias, músicas, entretenimento e lazer, transformando-se de uma completa paisagem de manchas e pontos para uma região concentrada¹ (liderada por São Paulo), onde havia determinados dinamismos econômicos, políticos e sociais, e as regiões onde a infraestrutura e os investimentos via Estado custavam a chegar devido aos conflitos inter-regionais de oligarquias rurais e urbanas. Para Moreira (2005), o contexto de concentração destes dinamismos criava determinados conflitos entre regiões que são

[...] referidos à forma de regulação espacial [...]. E são as políticas territoriais do Estado, via ação superestrutural e políticas de infraestrutura, que regulam esses conflitos, canalizando-lhes as energias para a integração e desenvolvimento da formação espacial no seu todo.(p.19).

Para o mesmo autor, naquele momento a matriz da formação espacial brasileira já estava consolidada. Ela seria a base para essa nova fase de industrialização, que refletirá, na diferenciação espacial. Guareschi e Biz (2005) relatam que institucionalmente a radiodifusão nasce no período do governo de Getúlio Vargas, com um decreto em 1931. No entanto, devido à rápida popularidade do veículo no país, sua regulamentação legal se inicia em 1º de março de 1932, com o Decreto 20.047, que previa se tratar de um “serviço de interesse nacional com finalidade educativa”. Logo em seguida, com a Constituição de 1934, o primeiro texto constitucional que menciona as comunicações, coloca como “reserva de

¹ Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) comentam que a Região Concentrada é composta por Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no entanto é em São Paulo que os dinamismos e investimentos do período referido se concentram.

mercado” 10% da programação para inserções publicitárias, ao mesmo tempo, institui a obrigatoriedade da transmissão simultânea das rádios de um programa nacional, que mais tarde seria a “Voz do Brasil”. A estratégia do governo federal, a partir da década de 40, foi de impulsionar um projeto nacional, que consiste na intensificação do processo de urbanização. A formação de um mercado interno nacional, tornado integrado, através do consumo, foi uma das facetas deste projeto (SANTOS 1996.). Esse sistema técnico implantado das comunicações só seria possível com uma integração e assim conforme Ortiz (2000), é pelo viés do consumo cultural que tal integração se daria de maneira mais intensa. Lídia Antogiovanni (1999) ressalta que na década de 40 as rádios entram definitivamente na era da publicidade, passando a ser financiadas por agências de publicidade estrangeira e uma produção fonográfica que também está em processo de especialização e inovação técnica. Santos e Silveira (2001) falam do desenvolvimento das comunicações internas como “reforço da presença do Estado nacional, mas também dos governos provinciais” (p.39). O Estado investe em infraestrutura de comunicação e com redes de suporte o meio técnico pode direcionar seus fluxos em algumas redes de serviços, como transmissão de dados, rede telefônica, redes de videoconferência. Com essas redes de suporte tanto a televisão quanto a radio expandiram gradativamente suas programações para o território. A implementação da radiodifusão desencadeou alguns processos como o deslocamento de milhares de indivíduos para as cidades, com uma preocupação de melhoria de vida. A ‘era de ouro do rádio’, das décadas de 40 e 50, que se configurava como a mudança do veículo de informação e entretenimento erudito para um veículo popular dava condições de conhecimento da existência de outros lugares para os iletrados. Para Canclini (2002) “Sem o rádio, não teria sido possível a formação de nações capazes de integrar modos de falar de diferentes regiões, nem teriam tido sucesso líderes populistas que souberam usá-lo para comunicar-se com todas as classes sociais” (p.46). Assim, consegue-se observar as verticalidades nas estratégias de uso do território ligadas aos meios de comunicação. As primeiras emissoras de rádio com maiores alcances, provenientes dos grandes centros urbanos já fatiavam sua programação com parcelas de anúncios publicitários, músicas provenientes das primeiras indústrias fonográficas

brasileiras e também da importação de produtos fonográficos, que já davam sinais de uma cultura padrão para a sociedade do campo que se transformava em urbana na época.

Para o Brasil, na década de 1960, o território - que já possuía determinados usos pelos sistemas de comunicação- era influenciado e passava a se pautar na ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento. Conforme apontam Santos e Silveira (2001), estes foram enormes instrumentos políticos para aprofundar o processo de equipar o território. Para Ribeiro (1991), o sistema de comunicação, que já pode ser caracterizado como moderno na sua perspectiva política, pode também ser compreendido como aparelho institucional criado para o desenvolvimento de estratégias de controle do território nacional e na sua perspectiva econômica “[...] como elo articulador e agilizador de mercados [...]” (p.46). A Televisão, que já havia iniciado suas transmissões em São Paulo e Rio de Janeiro, transformava o rádio em um meio de informação direcionado sobretudo às camadas populares. Assim, a atuação do rádio em entretenimento e lazer era diminuída, pois o novo meio de comunicação que havia surgido apresentava agora imagens, o que chamava atenção da população. Da mesma forma, personagens famosos do rádio migraram para a TV, o que chamou ainda mais atenção. Para Sônia Moreira (1991) O rádio no Brasil, embora seja sintonizado pela maioria da população, atendeu (e atende) fundamentalmente a uma grande parcela empobrecida. Ele fala para a massa urbana de origem rural ou interiorana .

A década de 1960 se conformava como uma transição de fases na formação do território brasileiro. No início da década, o governo federal aprovava o Código Brasileiro de Telecomunicações², ao mesmo tempo em que ocorria o golpe de Estado e se instaurava um regime militar. A internacionalização da economia brasileira foi gradativamente se abrindo, enquanto que na esfera política, toda e qualquer tentativa de abertura para mudanças por dentro das instituições eram restritas.

Paralelamente ao que ocorria no Brasil, na América Latina também ocorriam processos de implantação de regimes ditatoriais. Em escala internacional, a Organizações das Nações Unidas (ONU), através criação da Organização das

² Será apresentado ao fim deste capítulo um quadro síntese das principais legislações, decretos e portarias que influenciaram e influenciam o setor de comunicações no Brasil.

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), foi um órgão responsável pela propagação e incentivo de políticas de expansão das redes de comunicação e controle de informação (ANDRIOTTI, 2004). Essa política gestada verticalmente atesta uma característica que Santos (1996) já apontava: a indiferença com que as técnicas se instalam no espaço. José Salomão Amorim (1988) indica que foi inegável o papel da UNESCO nas políticas nacionais de comunicação de muitos países:

Já antes a UNESCO considerava a comunicação um recurso importante no desenvolvimento dos países e procurava cooperar para a melhoria de seus sistemas de comunicação. Nessa época, no entanto, a UNESCO estava controlada pelos países capitalistas e industrializados. Sendo assim, suas ações refletiam os interesses destes países. No campo da comunicação, a UNESCO colocava em prática uma política de caráter modernizante. O seu princípio orientador era de que quanto mais meios de comunicação um país tivesse, melhor seria. Toda a ênfase, era em cima de quantidade, sem se questionar os modelos de gestão, ou o conteúdo das mensagens, colocados acima de qualquer suspeita. (AMORIM, 1988, p.20)

Nesse íterim, em escala nacional, é operacionalizada através dos militares a implantação de um sistema de comunicações. O Ministério das Comunicações (MiniCom) foi criado e o regime de concessões de emissoras de rádio e TV passou ser distribuído de acordo com o poder político e econômico de determinados grupos que permanecem até a atualidade com as concessões³ (LIMA,2001). A Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) e a extinta Telebrás (Telecomunicações Brasileiras S.A) foram criadas entre o final da década de 1960 e início da década de 1970⁴ e toda a infraestrutura montada foi inteiramente repassada aos empresários da comunicação (GUARESCHI e BIZ, 2005), que acabavam de organizar-se na Associação Brasileira de Rádio e Televisão –ABERT- (GONÇALVES, 2010) realizando acordos com organizações norte americanas como

³ No Brasil, 271 políticos são sócios ou diretores de 324 veículos de comunicação. O Projeto Donos da Mídia cruzou dados da Agência Nacional de Telecomunicações com a lista de prefeitos, governadores, deputados e senadores de todo o país para mapear quais deles são proprietários de veículo de comunicação. Ver <http://donosdamidia.com.br/levantamento/politicos>

⁴ Naquela época o Brasil possuía apenas 1.326.000 telefones, três sistemas de microondas (Rio de Janeiro- São Paulo-Campinas, Rio de Janeiro-Belo Horizonte e Rio de Janeiro-Brasília) e alguns circuitos-rádio ligando a capital do País às capitais dos estados. Para as comunicações internacionais, só existiam 39 circuitos de voz e alguns canais telegráficos (EMBRATEL, 2004).

a Time-Life para o mercado da informação em território brasileiro. (SIQUEIRA, 1997).

O rádio, que até então era majoritariamente operado no circuito AM teve sua maior mudança tecnológica com a adoção do circuito FM. O Fator decisivo foi

[...] a política governamental de distribuição de concessões de FM. A frequência somente ganhou impulso porque houve ação deliberada do governo militar no sentido de definir estratégias para distribuição de concessões e permissões de canais e de estímulo à reativação da indústria nacional de equipamentos. A FM teria fracassado no Brasil se a indústria não tivesse contribuído com a produção de aparelhos transmissores e receptores mais baratos. A ação governamental, no entanto, foi orientada com objetivos políticos. A FM fazia parte de uma estratégia de interiorização da radiodifusão [...] principalmente nas áreas de silêncio, aquelas não atingidas pelas AMs [...] Com a medida, o governo podia combater a livre penetração de emissoras estrangeiras no país, que se tornara uma ameaça à estabilidade política na década de 1970.[...] Ela trouxe um alento tecnológico. (DEL BIANCO, 1999. p.190-1991).

O Estado brasileiro, com os militares, adotou uma mudança em sistemas técnicos, que ao olhar de Milton Santos (1996) é a transição do meio técnico, para o meio técnico-científico-informacional

Até 1969, os meios técnicos do sistema de telecomunicações eram apenas as ondas curtas e os cabos submarinos de baixa capacidade de transmissão; entre 1969 e 1973 instala-se um sistema nacional de telecomunicações por rede hertziana; de 1974 a 1984 incorpora-se ao sistema o satélite INTELSAT e por fim, entre 1985 e 1988, há o desenvolvimento dos satélites brasileiros Brasil Sat I e II. (SANTOS; SILVEIRA, 2001. p. 49).

O período assinalado pelos os autores acima é de grandes e importantes investimentos no território brasileiro, modificando as ordens espaciais. Os lugares que até então possuíam relativa autonomia e possuíam circuitos de abrangência local, criam determinadas dependências às regiões e circuitos econômicos mais amplos, no entanto, nas mãos de poucos. A propaganda, a industrialização, o crédito e a urbanização aceleram o que será o maior vetor do sistema econômico e político: o consumo (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Da mesma maneira, como Castro (2005) demonstra, a geografia política neste período era marcada pela centralização de poder, que no olhar de Costa

(1992) tais relações entre política e o território eram notadamente para “[...] a manipulação de alguns conhecimentos ditos *geográficos* para a formulação de esquemas que interessem às políticas de poder” (*Ibid*, p.179). A geopolítica que era implantada no Brasil fundamentou uma compreensão de território adotada pelos militares de unidade nacional-territorial: antirrepublicana, antidemocrática, antifederativa e produzida pelos próprios militares.

Retoma-se aqui o pensamento conservador brasileiro que “[...] desde o período colonial, passando pelo Império e, de certo modo, até os dias atuais, sempre tendeu a expressar um conceito de nação articulado ao de território, de tal maneira que freqüentemente a ideia de unidade nacional confunde-se com integridade territorial [...]”. (COSTA, p.185). Essa compreensão, a nosso ver, dialoga com o que Marcelo Lopes de Souza (2013) postula ao refletir sobre o conceito de território na história da geografia criticando, de certa maneira, que determinada noção de território, ao longo da história do pensamento geográfico estagnou-se (propositalmente) no atrelamento ao aparelho de Estado e tradicionalmente tem sido “um *locus* de referência discursiva” (p.98). Para o autor:

Vai ficando perceptível, assim, que o uso do termo “território” dessa maneira não é um mero “descuido”... Um problema que talvez pareça distinto, mas que historicamente se associa intimamente ao anterior e o condiciona, foi também entre os clássicos, a associação exclusiva ou quase exclusiva do termo “território” a um tipo de recorte político-espacial específico: aquele definido pelo Estado-nação. Ao se proceder dessa maneira, historicamente, não apenas se privilegiou, no tocante ao uso do termo, um tipo de fonte de poder em particular, mas também se tornou difícil descolar o emprego da palavra “território” das necessidades ideológicas específicas vinculadas à legitimação dessa fonte de poder, mediante a construção de um discurso de enaltecimento e, na esteira disso, de total privilegiamento analítico-conceitual do “território pátrio”, do “território nacional”. (p.92).

O autor se refere ainda que, na qualidade de Estado, o território tem o objetivo de ser uma projeção espacial de relações de poder, o que a nosso ver, vai qualificar a compreensão do fenômeno do Estado, e conseqüentemente, da consolidação dos meios de comunicação no Brasil e suas relações escalares. Com o advento em maior intensidade da ciência e da informação, os processos no território modificam suas bases. Essas mudanças operam tanto no estado das técnicas,

quanto na lógica do mercado e na reconfiguração política, atingindo escalas globais. A informação adquire um estatuto de poder.

1.1 A Presença da informação, a formação dos oligopólios e os círculos dominantes no território

No final da década de 1960, o estado dos sistemas técnicos, influenciados pela noção de informação⁵, atinge um patamar de avanço no território impulsionado pelas políticas do Estado, preocupado com a integração, como também pela lógica do mercado que incentiva as políticas e vê possibilidades de segmentos de consumo e implantação de produtos. Em todas as matrizes econômicas onde havia possibilidades de investimento e modernização, o Estado brasileiro, conjuntamente com outras entidades internacionais e conglomerados econômicos o fazia. Moreira (2005) denomina este período como “[...] a privatização da gestão do espaço e sua sucessiva desintegração do projeto nacional [...]” (p.20), fortemente pautada por uma reordenação espacial que alinhava o desenvolvimento do país, em uma lógica de crescimento econômico que integrava as áreas de produção (modernização da agricultura- revolução verde), as vias de circulação e comunicação (rodovias, transportes terrestres, sistemas de comunicação (TV e rádio em processo de satelização) e os pontos de escoamento (portos, por exemplo).

De maneira semelhante, Santos (1992) faz sua leitura sobre o que estava sendo esperado “A nova dimensão do capitalismo reclamava, também, um Estado mais moderno, territorialmente mais forte porque mais capaz de ser onipresente, isto é, de fazer chegar ordens e mensagens, agentes e mensageiros, a todos os confins”. (p.130).

No campo político-administrativo a forma de regulação do espaço pelo Estado, conforme Moreira (2005) problematiza, necessita associar a ação pública em consonância com a ação privada e a ação setorial de gestão, com a ação global. Surgem as agências de regulação, como extensão do Estado em medidas públicas

⁵ A partir da leitura de Santos (2006) as pessoas passam a ter possibilidade de conhecer os acontecimentos de outras localidades muito distantes, através da informação e dos meios de comunicação. Como o próprio autor comenta, essa velocidade da informação que não é resultado somente da técnica e sim do fator político (SANTOS; SILVEIRA, 2001) vai dar visibilidade a mudança da noção de informação, não mais como processo e sim como mercadoria e portanto tornando-se recurso estratégico, sendo utilizado seletivamente e hierarquicamente, tornando-se motor de desigualdades espaciais.

de intervenção (reguladoras do setor do petróleo, das telecomunicações, da energia elétrica e dos transportes terrestres). Essas agências sobrecarregam uma dupla função: “[...] execução e fiscalização das políticas territoriais, num *mix* de representações ao qual cabe por hipótese a tarefa de pensar e gerir o todo da nova formação espacial assim criada.” (MOREIRA, 2005. p.24-25).

Os novos sistemas técnicos de transmissão, orientados pela concepção da informação, atingem praticamente todo o território nacional com uma nova característica: a convergência dos sistemas (GOMES, 2002.). As bases materiais destes sistemas e meios de comunicação são subsídios ao que Milton Santos (1996) denomina do Meio Técnico-Científico-Informacional⁶. Cilene Gomes detalha alguns deles

[...] temos no país um sistema básico de transmissão via ondas de rádio (enlaces terrestres de micro-ondas) que se qualifica por um notável processo de digitalização. Temos a utilização de satélites, mediante a participação de consórcios ou sistemas internacionais, e a partir de 1985, com o lançamento de seus próprios satélites da série BRASILSAT; temos a implantação das diversas estações terrestres que compõem o sistema de satélites, [...] as estações do sistema móvel costeiro (incluindo as margens do Rio Amazonas), as estações que integram o sistema brasileiro de telefonia e as unidades especiais para as comunicações de dados e o sistema de televisão; temos ainda, outros sistemas para serviços via satélite de comunicação de dados (de natureza corporativa) ou para integrar as novas constelações de satélites de média e baixa altitude (telefonia móvel). (2002, p. 273-274).

De acordo com Leila Dias (2002), esse período de novo processo de equipar os territórios, se deu com a instalação das redes-suporte e das redes de serviços. As redes-suportes (enlaces de micro-ondas, satélites, por exemplo), permitiram a organização das redes- serviço (sistema financeiro, por exemplo) o alcance virtual a todo território nacional e um alcance seletivo a pontos onde se tinha objetivos bem delimitados de alcançar. Tal processo “[...] reflete uma forma de sociedade, uma estrutura de poder, que age seletivamente. Essa implantação veio em uma política

⁶ Para o autor, nas atuais condições de relações econômicas e sociais, a informação se consagra um elemento essencial e indispensável. Assim, para a interpretação do termo técnico-científico informacional os objetos são científicos pela sua concepção de origem; técnicos por sua estrutura de operações internas; científico-técnicas, pois sua produção e funcionamento não separam ciência e técnica; e informacionais, pois funcionam a partir de informações (SANTOS, 1996).

brasileira de assegurar assim os meios técnicos necessários à realização do binômio segurança e desenvolvimento.” (p. 124).

Acompanhando essa convergência dos sistemas e as redes de suportes já instaladas, a rede de televisão, em especial a rede Globo, para Eliane Munhoz (2008) teve três períodos importantes no território brasileiro:

A partir de 1965 – Alcance territorial limitado: programação restrita a região concentrada; a partir de 1972 – Ampliação do alcance territorial: início da operação por sistema de emissoras afiliadas e a partir de 1983 – Integração completa do território: Início da transmissão via satélite para todo o Brasil. (p.266)

A partir da transmissão via satélite, do contexto político e da organização da empresa em questão, a autora constata a constituição das 121 emissoras próprias e afiliadas (conforme Figura 1), a produção e circulação de conteúdos e a relação da rede Globo com as informações produzidas nos lugares das afiliadas. É perceptível que a concentração destas emissoras esta na área centro-sul do país, onde consequentemente a circulação e produção de informação é feita em maior quantidade.

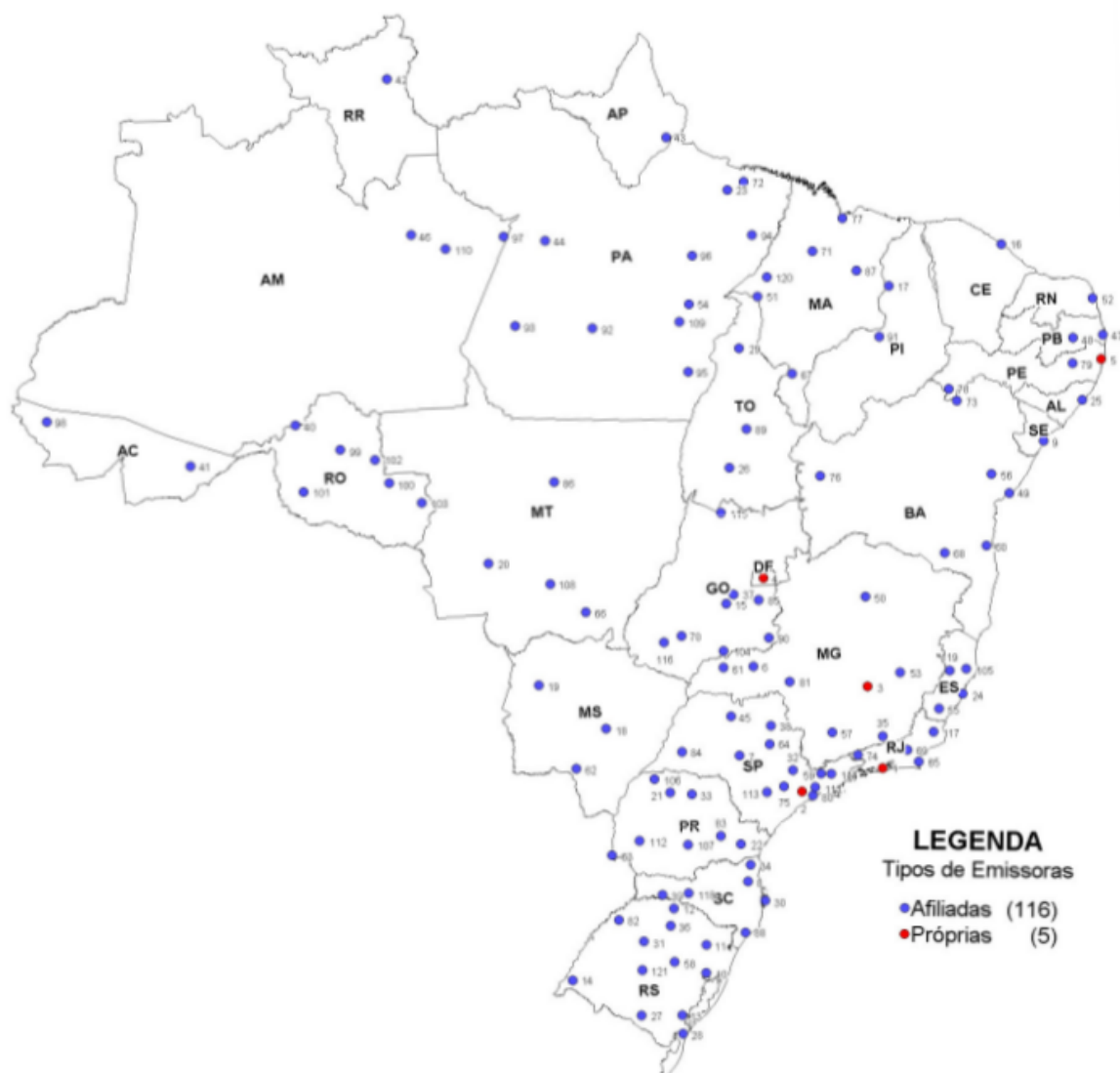


Figura 1. Emissoras Próprias e Afiliadas à Rede Globo.
Adaptado de Munhoz (2008)

Tal análise vem ao encontro do panorama geral dos meios de comunicação, entendida pela autora, a partir de Milton Santos (1996) como uma divisão territorial do trabalho criada pela empresa “[...] que produz desde o conteúdo nacional até o conteúdo local, reforçando centralidades, integrando eletronicamente o território e, principalmente, definindo um uso corporativo do território.”, (MUNHOZ, 2008. p.20) numa relação de verticalidades aos lugares. Para Munhoz, a produção de conteúdos provenientes das afiliadas locais é ínfimo comparado aos conteúdos reproduzidos e retransmitidos a partir das emissoras de SP e RJ.

Nas emissoras de rádio, o processo de afiliadas é mais tardio. No início da

década de 1980, as FM's passaram a receber 80% das verbas publicitárias de agências destinadas ao rádio, já as AM's passaram a ficar mais ligadas à comunidade e prestação de serviço, enquanto o segmento musical ajustava-se mais com as emissoras FM's (DEL BIANCO, 1999).

No período conhecido como transição democrática, já nos governos Figueiredo e Sarney, houve outro momento marcante de aumento grandioso de emissoras de rádio. “De 1985 a 1989, Sarney autorizou o funcionamento de 632 FMs e 314 AMs. Somente no período de novembro de 1987 a setembro de 1988 concedeu, em média, 32 FMs por mês.” (DEL BIANCO, 1999. p.194).

Somente no início da década de 1990, a partir de um novo sistema de multigeração digital por satélite, a organização via rede de afiliadas nas rádios comerciais toma corpo e grande parte da produção da indústria de notícias e indústria fonográfica da Região Concentrada é difundida a quase todo Brasil.

O Quadro 1, das principais empresas de rádio operando em rede no Brasil, demonstra quais são e a quantidade de emissoras repetidoras no território nacional, reforçando o aspecto de verticalidades no território brasileiro.

Principais empresas de rádio operando em rede no Brasil			
Rede	Número de Emissoras	Rede	Número de Emissoras
Líder Sat	92	CBN	25
Jovem Pan Sat FM	41	Gaúcha Sat	22
Holms Com./Band AM	31	Jovem Pan Sat AM	19
Transamérica – Transat	30	Atlântica	12
Antena 1 Sat	30	Holms Com/Band FM	6

Quadro 1. Principais empresas de rádio em rede no Brasil.
Adaptado de Cristiano Alves (2008)

Essa indústria de notícias, não restringida ao circuito de radiodifusão, mas amplamente reproduzida em jornais, na rede televisiva e também na internet é resultado das agências de notícias que possuem há quase dois séculos uma configuração transnacional (MATTELART, 2001; PASTI, 2013) com nós de uma rede composta por “[...] sedes; escritórios distribuídos em lugares estratégicos para essas firmas e seus jornalistas distribuídos pelo mundo [...]”. (BOYD-BARRET, 1980, *apud* PASTI, 2013. p.32).

Para André Pasti (2013), que analisou a topologia e a hierarquia dessas redes, é nítida a maneira que é realizada a hierarquia territorial das informações e notícias circuladas, compreendendo a influencia e a presença editorial em seu estudo de três agências transnacionais de notícias em território nacional, a Thomson Reuters, a Agence France-Presse e a Associated Press. Para o autor “[...] em relação às notícias, uma situação peculiar: o fato de as agências transnacionais de notícia prestarem serviços à mídia nacional também com conteúdo relativo ao próprio país”. (p.89).

Assim, as empresas e redes de comunicações e informações que hoje produzem uma determinada informação, um entretenimento vinculado, que auxiliam na circulação de um segmento musical, estão antes, subordinados às notícias e informações das agências transnacionais, que ideologicamente objetivam uma leitura muito clara da realidade do mundo, do país, da região, da cidade e de temas de grande comoção da população.

Na tabela a seguir (tabela 1) descreve-se, a partir dos maiores grupos nacionais, as dimensões de transmissão de informação e quantidade de veículos de cada grupo e os meios de comunicação adotados.

Tabela 1. Principais grupos que compõem os círculos dominantes de notícias no território brasileiro

Grupo	Descrição da dimensão	Meios de grande alcance				
		TV	Rádio	Web	Jornal	Revista
Globo	69 veículos próprios, 340 veículos no total, 35 grupos afiliados, 33 jornais, 52 rádios AM, 76 FM's, 11 OC's, 105 emissoras de TV, 27 revistas, 17 canais, 9 operadoras de TV paga, 3305 retransmissoras de TV, portal Globo.com/G1. Audiência na TV aberta em 2012: 43,7%.	✓	✓	✓	✓	✓
Record	Record: 142 veículos, 30 grupos afiliados, 9 jornais, 7 rádios próprias, 77 de afiliadas, 870 retransmissoras de TV. Audiência na TV aberta em 2012: 14,3%; RecordNews: 4 grupos afiliados, 42 veículos, 4 jornais, 7 rádios próprias, 3 de afiliados, 111 retransmissoras de TV; Rede Família: 27 veículos, 7 rádios próprias; rede aleluia FM, 40 veículos; portal R7.com.	✓	✓	✓	✓	
Igreja Univ. do Reino de Deus						
Band	166 veículos, 22 grupos afiliados, 1209 retransmissoras de TV. Audiência na TV aberta em 2012: 5,4%. 97 rádios entre afiliadas e próprias. 11 jornais.	✓	✓	✓	✓	
SBT	195 veículos, 37 grupos afiliados, 1441 retransmissoras de TV. Audiência na TV aberta em 2012: 12,2%. Por meio das afiliadas, 111 rádios e 12 jornais.	✓	✓		✓	
Abril	127 revistas regulares, 187 revistas especiais, circulação de 163,8 milhões de exemplares ao longo do ano, 3 TVs segmentadas (MTV, FIZ TV, Canal Ideal), TVA, 2 editoras de grande porte. MTV: 12 veículos, 70 retransmissoras de TV — sinal cobre 23 estados brasileiros, além do Distrito Federal*.	✓	✓	✓		✓
Folha	1 mega portal de notícias de grande expressão (UOL/Folha.com), com 24 sites; 4 jornais, 6 revistas, 4 gráficas/distribuição impressa; 1 importante agência de notícias; Datafolha.			✓	✓	✓
Estado	1 emissora de TV, 3 rádios, 2 jornais de grande expressão, 1 portal de notícias, 3 revistas, principal agência de notícias nacional, principal serviço nacional de informações financeiras (Broadcast), gráfica.	✓	✓	✓	✓	
Rede TV!	21 grupos afiliados controlando 84 veículos, 673 retransmissoras de TV. Por meio dos grupos afiliados, totalizaria 52 rádios, 28 emissoras de TV, 4 jornais.	✓	✓		✓	

* Em junho de 2013, o grupo Abril anunciou que a MTV seria encerrada na TV aberta.

Fonte: Donos da Mídia (2013) Adaptado de Pasti (2013)

A leitura que vemos sendo propagada é a leitura do pensamento único, ou como disse Denis de Moraes (2003), a fabricação do consenso, que oculta às desigualdades e exclusões seletivas nos espaços. Como se constatou anteriormente, este processo de oligopolização da informação, da mídia e conseqüentemente da comunicação se traduz ao campo da geografia como produção de uma escala centralizadora, uma verticalidade ao espaço, aos lugares e ao território brasileiro, reduzindo-os à lógica do mercado.

Essa interpretação da implementação dos meios de comunicação, sua consolidação e os movimentos e circulações de informações na produção do espaço geográfico, -sendo mais um processo de modernização vertical e desigual na sociedade brasileira- se reflete em diversas escalas no cotidiano da população e se fazem importantes para a geografia.

Os quadros 02 e 03 a seguir são um esforço de síntese demonstrando os principais instrumentos do ordenamento jurídico no campo da comunicação e dos sistemas de comunicações. Procurou-se dar ênfase a maneira em que o Estado Brasileiro tomou conhecimento, estabeleceu normas, procurou regular e dar diretrizes as políticas de comunicação.

Ano	Legislação	Contexto-Motivo	Situação	Consequências
1988	Constituição Federal Brasileira: Capítulo V referente a comunicação social	<ul style="list-style-type: none"> - Pressão popular e disputa entre classes sociais - Reafirma o CBT, agora com o Congresso como única instância capaz de atribuir, cancelar ou renovar concessões. 	Em vigor com alterações	<ul style="list-style-type: none"> - Estabeleceu as primeiras bases para um marco regulatório nas comunicações - Criou mecanismos de cobrança de maior participação da sociedade (ex: conselhos de comunicação social) - Pouca efetividade
1992	Decreto 678: Promulga o Pacto de San Jose da Costa Rica de direitos humanos (convenção americana)	- Pacto de 1969, que influenciou a construção da Constituição Federal, principalmente pela importantes defesas de direitos fundamentais, entre elas da liberdade de expressão	Brasil signatário	- Instrumento de defesa jurídica para pessoas criminalizadas pela atividade de comunicação
1998	9.612 Lei de Rádios Comunitárias	<ul style="list-style-type: none"> - Brasil último país da América Latina a reconhecer as rádios comunitárias - Popularização da apropriação técnica - Marcada por forte pressão popular 	Em vigor, com alterações	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades burocráticas de obtenção da outorgas - Conceito de "Comunitária" não condizente com o segmento que reivindicava - Igrejas e políticos com outorgas de rádios comunitárias - Crescente número de rádios apreendidas pela Polícia Federal e fechadas pela ANATEL.
				(continua)

Ano	Legislação	Contexto-Motivo	Situação	Consequências
2004	Decreto nº10.369 Criação de um Grupo de trabalho interministerial para analisar a situação da radiodifusão comunitária no país e auxiliar a disseminação das rádios comunitárias	- Proliferação de rádios comunitárias sem autorização - Repressão da polícia federal	Realizado	- Relatório final: rádios sem autorização podem ser comunitárias e rádios com autorização podem não ser comunitárias. - Relatório engavetado pelo governo
2006	Decreto nº 4901 Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital	-Digitalização da TV no mundo -Pressão externa de empresas de tecnologia. -Pressão interna do setor das empresas de TV -Disputa com pesquisadores brasileiros para adoção de tecnologia interativa	Realizado	- Adoção de modelo proprietário (código fechado) japonês (ISDB-TB) - Adoção do middleware GINGA, tecnologia brasileira de código aberto.
2009	Decreto nº 120011 Convocando a 1ª Conferência Nacional de Comunicação	-Governo eleito sobre a bandeira de “maior participação popular” -Marco regulatório nas comunicações -Pressão popular e empresarial	Realizada	- Mais de 600 propostas encaminhadas à instituições do Estado - Nenhuma proposta avançou
2010	Portaria nº 290 Institui o Sistema Brasileiro de Rádio Digital SBRD	-Digitalização do Rádio no mundo -Pressão externa de empresas de tecnologia -Pressão interna de empresas de radiodifusão	Em processo de estudos e testes	- Conselho consultivo de rádio Digital - Testes com dois modelos de rádio digital. Um modelo norte-americano e outro um modelo de consórcio europeu - Possibilidade de rádios rurais ficarem fora dessa digitalização
2013	PLIP- Projeto de lei de iniciativa Popular	Regulamentar os artigos 5, 21, 220, 221, 222 e 223 da Constituição Federal e outras providências sobre as comunicações	Em processo de Coleta de Assinaturas	

Quadro 02. Ordenamento jurídico que proporciona a democracia nas comunicações.

Fonte: Presidência da República (2015), Donos da Mídia (2013), Artigo19 (2016).

Organização: FEDEL(2016).

Pode-se perceber a partir do Quadro 2 que, ao longo dos períodos de transformação do território brasileiro, este ordenamento jurídico foi, em determinadas ocasiões, intensamente disputado. Disputa essa que invisibilizou a produção de outra comunicação nas escalas do espaço urbano e sobretudo deu maior ênfase no debate nacional. No capítulo seguinte vamos apresentar sob um ângulo diferente algumas destas disputas nos processos de efetivação destes ordenamentos jurídicos. Em especial com a Constituinte, na lei de radiodifusão comunitária e na Conferência Nacional de Comunicação.

Ano	Legislação	Contexto-Motivo	Situação	Consequências
1962	Lei 4.117 Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT)	- Necessidade de regulação (técnica e política) do Estado Brasileiro (competência exclusiva do poder executivo)	Ainda em vigor, com modificações	- Criação do CONTEL (órgão fiscalizador, subordinado à presidência) - Lei que argumenta repressão contra pessoas e organizações que utilizam de sistemas de telecomunicações sem autorização do Estado. (pena com detenção)
1965	Lei 4680 – Lei da publicidade e propaganda	- Implementação de modelos norte americanos. - Autorizava e regulava agências de publicidade no setor de serviços, comércio e comunicações	Fora de vigência	Transformações da comunicação com objetivo de criar um mercado de bens simbólicos - Criação do DENTEL (extinção do CONTEL)
1967	Decreto 236 considerando abusos da liberdade de expressão	Complementa a lei 4117/1962 (CBT)	- Dispositivo jurídico ainda utilizado	- Argumento para repressão, detenção de pessoas e fechamento de rádios.
1967	Lei 5.250. Lei de imprensa	Regula a liberdade de manifestação. “o conceito de liberdade implica o de responsabilidade”	Em vigor com muitas emendas e alterações	- Nenhuma observada
1997	9.472 Lei Geral das Telecomunicações	- Fortalecimento do Papel do Estado enquanto regulador do setor das comunicações - Convergência Tecnológica - Ampliação do acesso a bens	Em vigor com alterações	- Extinção do DENTEL e criação da ANATEL - Favorece a concentração de propriedade - Privatização dos sistemas de comunicação - Criminaliza com pena de detenção

Quadro 03. Ordenamento jurídico que restringe a democracia nas comunicações.

Fonte: Presidência da República (2015), Donos da Mídia (2013), Artigo19 (2016).

Organização: FEDEL(2016).

O quadro 3 demonstra como o Estado orientou e contribuiu para o desenvolvimento de um sistema de comunicação de massas, como também restringiu e reprimiu iniciativas de outras formas de comunicação e processos de maior participação da população. Assim como na elaboração do ordenamento jurídico acima exposto, as decisões e debates mais importantes tiveram seus desfechos na escala nacional com pouca ou nenhuma relevância ao que era praticado nas cidades e no espaço urbano. Simplificando, o quadro 2 e 3 demonstram os ordenamentos jurídicos que proporcionam a democracia nas comunicações como também os ordenamentos que a restringem e abrem-na para o capital, proveniente das empresas de comunicação, agências de publicidade e indústria fonográfica internacional.

Percebeu-se aqui que implementação das técnicas de comunicação e seus sistemas acompanhou uma estratégia territorial do Estado e das empresas de comunicação, tanto no campo material quanto no campo da legitimação destes processos de decisões. Tal estratégia integrou e modernizou o território seletivamente, centralizando a produção de informações e conformando um movimento único de comunicação. A forma dos monopólios e oligopólios da comunicação é a expressão última desta estratégia territorial.

Os quadros nos auxiliam para o próximo capítulo, onde apresenta-se uma interpretação das ciências da comunicação e como a história da comunicação de massas articulou esse processo no campo operativo dos emissores, dos receptores, das mensagens e das mediações na população e sua conseqüente transformação. Também auxiliam no desvelar da concepção que orienta ideologicamente os meios de comunicação, visibilizando outra concepção, conhecida como comunicação popular, que teve nas experiências latino americanas profundas contribuições a partir da educação, da formação, da organização coletiva, da apropriação e da leitura crítica dos meios de comunicação.

2. COMUNICAÇÃO, COMUNICAÇÕES: HISTÓRIA E TEORIA

Se no capítulo anterior procurou-se mostrar a dinâmica territorial da implementação dos meios de comunicação e suas conseqüências, busca-se agora mostrar qual comunicação é adotada com essa implementação já estabelecida. O fenômeno da comunicação é mundial e sua história se confunde com a história das ideias e das estratégias (MATTELART, 1994) e é no contexto das grandes guerras que esta noção aprofunda-se e que o sentido da palavra comunicação começa a sofrer outras conotações. A partir da etimologia da palavra, pode-se entender uma relação contraditória quando a comunicação é ação de transmissão e ao mesmo tempo é ação de tornar comum. Busca-se, neste capítulo, compreender estas duas noções, seus percursos e suas principais categorias. A comunicação de massas que aborda a relação emissor-mensagem-receptor e a comunicação popular que aborda os sujeitos e sua relação dialógica.

2.2 A Comunicação de massas: Segmentando os estímulos da sociedade

Para Denis Mcquail (2003) a comunicação de massas é um entre vários processos de comunicação na sociedade. Esse fenômeno, sendo demasiado complexo para ser representado em somente um modelo, principalmente porque, segundo o autor, sua base é relacionada com outras ciências, afirmativa esta reiterada por Lima (2001) “[...] todas as teorias de comunicação necessariamente contém, direta ou indiretamente uma teoria social” (p. 31). Pode-se inicialmente afirmar que sua operação se dá em grande escala e sua instituição enquanto um ator na sociedade ocidental se deu com um desenvolvimento gradual das atividades de publicação e difusão geral de informação e cultura. A produção e, conseqüentemente, disseminação de livros, jornais, cinema, rádio e a televisão e, por último, as telecomunicações e a internet. Esses exemplos podem ser considerados meios de comunicação de massa ao longo da história e podem ser caracterizados pelas seguintes premissas: pela relação que possuem com o receptor, na mensagem produzida, sua lógica de organização e sua estrutura, pela noção de cultura que trazem consigo e por fim a gestão da tecnologia empregada.

Os meios de comunicação de massas se instituíram na chamada esfera pública. Ela é o espaço onde a comunicação de massas cria virtualmente para os receptores uma espécie de fluxos mediados de notícias, narrativas, filmes, séries, desenhos entre outros assuntos para fins públicos, formando assim uma determinada opinião. Sua principal atividade consiste na distribuição de conteúdo simbólico (MCQUAIL, 2003). Com a presença cotidiana dos meios de comunicação no lazer, no trabalho, na família e em todas as outras instituições sociais e espaços de convivência, ela mesma, a mídia, torna-se mais uma instituição da sociedade moderna que é ativamente presente na produção e mediação da vida social.

Essa presença dos meios de comunicação e sua caracterização para as massas foi primeiramente utilizada no período das grandes guerras.

A primeira Guerra Mundial viu a mobilização dos jornais e do cinema na maior parte da Europa e nos Estados Unidos para os fins bélicos nacionalistas dos Estados em disputa. Os resultados pareciam não deixar dúvidas do poder de influência dos media sobre as “massas”, quando efetivamente geridos e dirigidos. [...] Antes que o século chegasse à metade, existia já um ponto de vista fortemente defendido e solidamente sustentado de que a publicidade de massas era eficaz na formação de opiniões e na influência dos comportamentos. (MCQUAIL, 2003. p.38).

Foi com as experiências das guerras que as primeiras correntes de estudos que se debruçavam com a possibilidade de meios de comunicação e informação testavam suas teses na sociedade norte americana e posteriormente latino americana. Através de uma análise pelos meios de comunicação de massa, o processo comunicativo era compreendido de maneira mecanicista, entre estímulo e resposta (WOLF, 1999). Essa concepção de comunicação anunciava pela primeira vez o trio de categorias mais usadas na comunicação de massas: O emissor, a mensagem e o destinatário (ou receptor). Tal corrente de estudos nitidamente psicológica atestou as possibilidades e limites da persuasão. Para Wolf (1999)

[...] existe, de fato, uma oscilação entre a idéia de que é possível obter efeitos relevantes, se as mensagens forem adequadamente estruturadas e a certeza de que, freqüentemente, os efeitos que se procurava obter não foram conseguidos. (p.33).

Para o autor, é a mensagem nesta corrente que caracteriza o estímulo e a possível interação, podendo oferecer subsídios de personalidade dos receptores se bem observado. Já a audiência seria para o autor a legitimidade de um público para um determinado programa de Televisão ou Rádio ou coluna de Jornal/Imprensa reforçando determinada personalidade ou traço cultural no público.

No processo de compreender os efeitos reais e potenciais de um meio de comunicação de massa, o autor relata que essa corrente da comunicação de massa realiza um estudo de dois patamares: O primeiro seria sobre a pessoa, grupo social/público: o que ela lê/assiste/escuta e porquê. O segundo patamar seria compreender as modificações provocadas pelas mensagens e o meio de comunicação nessa pessoa, grupo social/público. Tal corrente, conhecida como estudos de comportamento pode concluir que as pessoas que possuem acordo de suas atitudes e pensamentos com a informação ou mensagem expostas a um longo período dificilmente irão se expor ou vão evitar mensagens que estão em desacordo com essas atitudes.

Thompson (1998), ao estudar sobre a comunicação de massas centra sua análise na relação entre as formas simbólicas da sociedade moderna e as atividades industriais dos meios de comunicação. Para isso estabelece três aspectos chave para aprofundar-se na transmissão cultural. 1) o meio técnico de transmissão. 2) o aparato institucional de transmissão e 3) o distanciamento espaço-temporal. O meio técnico de transmissão é o substrato material da forma simbólica. Com ele há uma possibilidade variável de fixação em relação à forma simbólica que se transmite e essa possibilidade varia de acordo com cada substrato. A fixação que o autor se refere seria a exposição de tempo e um conseqüente efeito ao receptor à forma simbólica.

O aparato institucional de transmissão seria

[...] un conjunto determinado de arreglos institucionales em los cuales se despliega el medio técnico y se insertan los individuos que participan em la codificación y decodificación de las formas simbólicas. Tales arreglos se caracterizan por reglas, recursos, y relaciones de diversos tipos; típicamente implican relaciones jerárquicas de poder entre individuos que ocupan posiciones institucionalizadas. (THOMPSON, 1998, p.247)⁷.

⁷ um conjunto particular de arranjos institucionais em que o meio técnico é implantado e indivíduos envolvidos são inseridos em processos de codificação e de decodificação das formas simbólicas. Tais arranjos são caracterizados por regras, recursos e relações de vários tipos; Normalmente eles

Os arranjos de instituições que Thompson menciona se constituem como “canais de difusão seletiva das formas simbólicas” (Ibidem, p.247) e vão adquirindo uma importância no processo de valorização econômica no mercado de bens simbólicos, ou seja, a mercantilização das formas simbólicas.

Por fim, o autor destaca o aspecto do que ele chama de distanciamento espaço-temporal, intimamente ligado com os outros dois já citados. As formas simbólicas quando produzidas e circuladas em seu espaço de origem são chamadas por Thompson de um “contexto de copresença” (p.249). Sua posição é de que a transmissão de uma forma simbólica pelos meios de comunicação de massas implica na separação do contexto de onde ela é produzida, ou seja, muitas vezes as formas simbólicas produzidas circulam por espaços distintos daqueles de onde ela se originou.

2.3 O Sentido da comunicação popular: Cultura e educação como elementos da organização

Neste subcapítulo busca-se, a partir da história imbricada dos movimentos sociais e populares com a comunicação popular, elucidar subsídios teóricos que fortaleceram esse olhar para a comunicação como atividade humana de tornar comum. Em meio a contextos histórico-geográficos e sociais, pode-se compreender que a educação popular é uma grande âncora da comunicação popular, onde a raiz pedagógica e cultural é enunciada como trunfo desta proposta. No entanto, analisando a história recente, como a legislação e as relações entre sociedade e governos que buscaram tratar da comunicação popular, alternativa e comunitária, como também uma maior participação da população nos meios de comunicação, pode-se concluir que houve conflitos e resultados que dificultaram o ascenso desta demanda na sociedade e trazem para o centro do debate até que ponto a comunicação deve ser gerida e/ou regulada pelo Estado.

No contexto de uma modernização conservadora do território brasileiro e latino americano, entre as décadas de 1960 e 1970, tomava-se conhecimento e

envolvem relações de poder hierárquicas entre indivíduos que ocupam posições institucionalizadas (tradução própria).

realizavam-se experiências de - a partir de populações e grupos em situação de violação de direitos e suas realidades – construção de uma comunicação e uma educação popular.

Paulo Freire (1921-1997), educador, advogado e filósofo, foi um dos grandes expoentes desta concepção que se denominou dialógica. A proposta de Freire foi elaborada ao longo de mais de vinte anos de trabalho direto com diferentes grupos sociais. Com a incipiente alfabetização de adultos, desenvolvia um método que tinha como objetivo problematizar temas geradores, nos chamados círculos de cultura. Estes temas geradores, ou seja, os elementos do vocabulário dos educandos, abertos à discussão coletiva, eram planejados a partir da síntese (visão inicial e atual do contexto), da análise (estudo e discussão do tema) e da síntese (visão ampla e crítica do tema) pelo educador e pelos educandos possibilitando uma visão de mundo e uma posição frente aos problemas sociais cotidianos (FREIRE, 1987). No Brasil, mas especificamente em Recife, antes de seu exílio, auxiliou a fundação dos CCP – Centros de cultura popular e o MCP – Movimento de Cultura Popular, que paralelamente com as atividades de educação de base, promoviam debates, formações junto a uma rede de rádios escolares, em torno de comunidades e bairros da cidade (FESTA, 1986; GASPAR, 2009).

No Chile, sua atuação foi elaborada a partir de trabalhos com agricultores, e, desconstruindo a concepção desenvolvimentista da profissão agrônomo (FREIRE, 1977) foi segundo Lima (2001), a primeira aproximação e reflexão de Freire em torno da concepção de comunicação. Sua construção, nessa obra, se opunha a ideia de extensão e já consolidava a noção dialógica de comunicação. Para Freire, o ser humano é feito de relações, não só de contatos. Essa afirmativa demonstra o caráter pedagógico de sua proposta.

Para ele a “[...] comunicação é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1977, p.46). A partir de uma constatação da ausência de diálogo em geral da sociedade brasileira, Paulo Freire chama a isso de 'mutismo' e atribui tal hábito não somente pela inexperiência democrática do período em curso, mas sobretudo a incomunicação. Quando ele problematiza o tema destaca que “[O mutismo] não é propriamente inexistência da resposta. É a resposta

que falta teor marcadamente crítico” (FREIRE, 1967, p.69). Para José de Melo (1998) “Tal incomunicação social apresentou o agravante da incomunicação espacial. A sociedade brasileira foi sedimentada qual arquipélago, constituído por ilhas isoladas cultural e economicamente” (p.264). A cultura do silêncio destacada na bibliografia consultada é característica condicionante de grande parte dos povos latino americanos, oriundo dos processos coloniais aqui estabelecidos (FREIRE, 1967; FREIRE, 1977; FESTA, 1986; KAPLUN, 1987; MELO, 1998; LIMA, 2001; PERUZZO, 2004) e perpetuados até hoje.

As concepções de Paulo Freire possuem um potencial teórico no sentido de “constituir uma teia simbólica, no contexto histórico desigual e contraditório” (LIMA, 2001, p.63). Para Cristiane Andriotti (2004), a linguagem orientada para uma coesão do grupo através de processos comunicativos gera entendimento e integração. Estes processos são capazes de proporcionar a construção recíproca de objetivos e valores que orientam ações. Essas concepções reforçam dentro do campo de estudos das comunicações uma rediscussão conceitual cada vez mais interligada à cultura e a educação, principalmente no interior das reivindicações sociais de grupos subalternos. Em suma, a proposta de Freire abrange processos comunicativos que não podem ser compreendidos sem que haja o reconhecimento entre os sujeitos de fala.

2.3.1 Movimento Social e Popular e a Comunicação: Brasil e América Latina

Assim como o desenvolvimento da comunicação de massa se deu na esteira da internacionalização do capital neste período de regime militar e início de abertura democrática, para Regina Festa (1986), em sua análise histórico-conjuntural, a comunicação alternativa e popular se desenvolveu de acordo com a capacidade de articulação das forças de oposição ao regime e com a consolidação de movimentos de base, seja em reivindicações específicas, como em torno de projetos históricos de caráter nacional. As CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) fundamentaram-se na teologia da libertação e se constituíram enquanto núcleos de educação popular ressignificando signos como vida e transformação do evangelho. A partir do método freireano, multiplicou-se por todo Brasil as CEB's com reivindicações das mais diversas (rede de esgoto, educação, iluminação, saúde, moradia, entre outros)

provocando um processo de autonomização de movimentos sociais e populares, durante o período de 1968 a 1983, período estudado pela autora. Festa (1986) destrincha esse período em três momentos para a comunicação popular e alternativa, demonstrando a enorme relação com a situação política e econômica do país. Em um primeiro momento de pós AI-5 a comunicação como processo de resistência era também um processo de formação. Os participantes construíam grandes espaços de comunicação. As reuniões neste período “[...]eram verdadeiros jornais falados, nos quais as pessoas discutiam o cotidiano, as lutas de reivindicação, a solidariedade com algum vizinho ou comunidade próxima, a situação do bairro, do país e até mesmo da América Latina” (FESTA, 1986. p. 19). Tal momento orientado pela educação popular ocorria em uma primeira fase oral, de contato e conhecimento; depois oral e escrita ou dramatizada, resultante de atos de recriação e da necessidade de permanência enquanto grupo; a segunda fase também oral e escrita utilizava-se de imagens para transmissão e construção de conhecimento ou informação; a última ou terceira fase possuía todos os elementos anteriores e também a intermediação de recursos técnicos para multiplicar a comunicação. Essa metodologia nutriu de um debate e de uma formação política para um grande número da população brasileira e latino americana, seja urbana ou rural. No entanto, pondera a autora que

Como consequência, ocorreu à polarização de movimentos em todos os níveis: de um lado, aqueles que acreditavam num projeto alternativo de sociedade a partir das bases. De outro, aqueles que acreditavam na formação de uma frente ampla e democrática, em aliança com todos os setores progressistas, inclusive a burguesia nacional. Essa divisão permeou o movimento operário, sindical, rural de base, os movimentos de classe média e inclusive a atuação dos intelectuais orgânicos.[...] essa divisão é importante para compreender o novo processo de comunicação que vai surgir daí em diante. (FESTA, 1986. p. 24).

A imprensa sindical e de movimentos e organizações sociais resultam deste nascimento da comunicação popular, sobretudo na emergência do movimento operário e sindical, tanto na cidade como no campo. Com o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), o jornal *Porantim* inicia a produção e disseminação de informações especificamente da questão indígena. Com a CPT (Comissão Pastoral da Terra), boletins e pequenos jornais são produzidos e distribuídos pelos estados

onde há o movimento de trabalhadores rurais pela reforma agrária. Nas cidades, acontecia a leitura crítica dos meios de comunicação de massa que auxiliava a formação dos grupos. Também surge a produção cinematográfica, comprometida junto com a multiplicação dos Cineclubes (FESTA, 1986).

O movimento popular assim compreendido pelos sujeitos neste período vai caracterizando-se como:

categoria sindical de trabalhadores, uma comunidade de base ou o conjunto das comunidades, favelados de uma determinada favela ou de uma vila, moradores de um loteamento clandestino que se organizam, mulheres de clube de mães. O movimento popular pensado como um conjunto de movimentos. (SADER, 1988, *apud* NEVES, 2006. p.27)

Cicilian Peruzzo (2004), em sua obra sobre a comunicação nos movimentos populares denota que nas décadas de 70, 80 e 90, os movimentos populares trouxeram grandes contribuições à sociedade civil como um todo, mas também apresentavam grandes dificuldades em geral. Em relação às contribuições, o desafio construído pelos movimentos em abrir vias de diálogo com o Estado, rompeu a relação exclusiva que havia entre Estado e partidos políticos e sindicatos. Pode-se pontuar também um lastro social para uma cultura política de base, a chamada “politização cotidiana” (p.32). Em relação às dificuldades, os movimentos e suas organizações possuíam grandes entraves nos processos de comunicação interno e externo, passando desde as decisões tomadas por consenso, gerando cisões internas e discussões intermináveis; as suas reivindicações específicas serem instrumentos da mobilização dos sujeitos; a instabilidade na participação, refletido na fragilizada autonomia, entre outras.

Ainda assim, a relação contraditória e dialética no interior dos movimentos populares resulta também na comunicação produzida e percebida por eles. Entre a subordinação e a cooperação esta a práxis que alimenta a formação contínua dos sujeitos, seja no campo, seja na cidade, como afirma Peruzzo(2004).

Em um contexto latino americano também se realizavam experiências de construção de uma comunicação e de uma educação popular, a partir das inúmeras realidades de populações e grupos sociais. Não por coincidência, é um momento de conflito entre o modelo de “comunicação e desenvolvimento” operado pelos Estados

Nacionais com auxílio de organismos internacionais e empresas (GUARESCHI, 1983) e a proposta dialógica. Mario Kaplun é um destes atores deste limiar. Argentino que residiu no Uruguai, foi um educador e um comunicador/radialista muito conhecido no âmbito latino-americano dos estudos e práticas de comunicação, por sua trajetória de vida sempre atuante neste campo. Inovador na radiodifusão com programas participativos, tem grande importância em toda América Latina, com um caminho dual entre a produção de uma comunicação popular e de uma reflexão sobre os meios de comunicação de massa. Mario construiu o chamado *método do Cassete-Foro* (CF), sistema de comunicação para a promoção comunitária e a educação de adultos, colocado a serviço de organizações populares – rurais e urbanas – centrais cooperativas, centros de educação popular, programas de educação à distância, etc. (KAPLUN, 1988). Em linhas gerais, trata-se de um sistema de intercâmbio entre comunidades de fitas cassete gravadas por elas mesmas e pelo grupo organizador com mensagens e conteúdos diretamente relacionados ao seu interesse. É um método desenhado para promover a auto-gestão e a organização comunitária.

Inspirado na proposta de Paulo Freire, Kaplun iniciou com muitos outros atores e organizações, programas radiofônicos a partir da comunicação dialógica participativa e deu seguimento em um processo formativo e multiplicador da proposta.

Además de los métodos de trabajo, en estos talleres enseñaban a armar emisoras con no más de quinientos dólares, para que los indígenas de las selvas y las montañas también pudiesen emitir programas para su gente en su propio idioma. En Costa Rica llegamos a tener doce emisoras. Y el sistema fue haciendo escuela. Era una época en que la comunicación alternativa -el trabajo dialógico y grupal- era popular. El gran descubrimiento que hicimos fue el grupo: que los grupos pesan, que tienen una determinada manera de ser y que precisamente porque son activos crean tensiones políticas. (PINTOS, 2001. p.7)⁸

⁸ Além dos métodos de trabalho ensinados nessas oficinas ensinava-se a construir estações com não mais de cinco mil dólares, fazendo com que os indígenas das selvas e montanhas também consigam transmitir programas para as pessoas na sua própria língua. Na Costa Rica chegamos a ter doze estações. E o sistema foi fazendo escola. Foi um momento em que a comunicação alternativa- o trabalho dialógico e grupal- era popular. A grande descoberta que fizemos foi o grupo: os grupos pensam, que têm uma certa maneira de ser e que precisamente porque eles são ativos em criar tensões políticas (tradução do autor).

Peruzzo (2004), ao analisar as experiências de Rádio na América Latina, destaca emissoras na Bolívia, na República Dominicana, na Nicarágua, em Cuba e El Salvador e seus contextos sociais. Parte-se do traço comum de que todas as experiências advêm de processos profundos de transformação social em respectivos segmentos das sociedades nacionais mencionadas. Processos esses, como mencionou Rivera (2016) de lutas anticoloniais, não exclusivas no campo da comunicação, mas que, no entanto, contribuíram significativamente a esse campo.

As rádios mineiras bolivianas são experiências históricas pioneiras, no continente latino-americano, no que se refere ao uso autônomo da tecnologia eletrônica de comunicação por segmentos da classe trabalhadora. Sua origem remonta a 1947, mas foi a partir de 1952 que elas passaram a ter um desenvolvimento maior (PERUZZO, 2004. p. 192)

Como o contexto da Bolívia, de grandes violações de direitos, a existência de movimentos dos mineiros trouxe à tona possibilidades de mudanças e suas efetivações ao longo da história, bem como uma prática da comunicação aliada à ferramenta do Rádio. Este ponto, para Peruzzo (2004) foi o grande elemento de se gestar uma maior participação da população em temas que afetavam diretamente suas vidas.

Diferentemente, no Brasil, somam-se ações ostensivas por conta do regime ditatorial e uma colonialidade presente no cotidiano das reivindicações sociais, a qual manifestou Festa (1986) e também Neves (2006) o comportamento da esquerda seguir uma tendência a institucionalização e a conciliação de propostas com setores da burguesia nacional e internacional, pode-se dizer que o caminho para a chamada *democratização das comunicações* teve (e ainda tem) elevada dificuldade. Reconstituindo esse processo histórico, observa-se a relação entre a produção da comunicação popular e livre nas escalas dos lugares, as instituições do Estado e corporações empresariais um intenso conflito que evidencia duas características do caminho da democracia nas comunicações: a grande repressão à voz da população que não se cala e a conciliação de interesses entre classes sociais distintas.

2.3.2 Rádios Livres e Comunitárias no Brasil e a democratização das comunicações: conflitos e resistências

No âmbito dos movimentos populares, no início da década de 80, como anteriormente discorrido, acontecia na escala dos lugares a construção desta outra comunicação, popular e alternativa. Paralelo, e as vezes conjuntamente aos movimentos populares, surgia iniciativas dispersas de apropriação “não autorizadas” do rádio por indivíduos, grupos e movimentos. É neste período que surge o movimento de rádios livres e posteriormente o movimento de rádios comunitárias.

Marisa Nunes (1995), ao buscar retratar *o outro lado da voz do Brasil* a partir das rádios livres, constata três momentos

O movimento de rádios livres pode ser dividido em três momentos distintos. O Verão de 82, em Sorocaba, onde o *fazer rádio* virou febre local; o *boom* de 1985, detonado pela Rádio Xilik, da PUC-SP, quando o ideário europeu toma conta da imprensa escrita; e o terceiro e atual momento, estimulado pelas lutas pela democratização da comunicação e pela apreensão em 1991 da Rádio Reversão, uma das primeiras rádios livres regulares no Brasil. (p.38)

Mauro Costa (2013) destaca as estratégias em busca de uma organicidade deste movimento incipiente e notadamente na região sudeste

[...] em 1986, no Rio de Janeiro formaram-se duas entidades: a ABOLA, Associação Brasileira das Ondas Livres do Ar e a Cora-Libra, Cooperativa de Rádios Livres do Brasil [...] em 1989, com o I Encontro Nacional sobre Rádios Livres, em São Paulo. [...] em 1990, começam a surgir os pré-Comitês pela Democratização dos Meios de Comunicação. Em 1991, foi lançada a Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação, em Brasília, com a presença do Coletivo Nacional de Rádios Livres. Foi somente em 1993, no entanto, que o movimento de rádios livres entrou oficialmente para a coordenação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. (p.118).

A jornalista destaca como num primeiro momento o prazer em praticar a técnica de rádio desencadeou no segundo momento, de influência das experiências européias, uma maneira de manifestação política que foi duramente reprimida pela institucionalidade do Estado (NUNES, 1995). Nesse momento havia rádios em hospitais psiquiátricos, em aldeias indígenas, favelas, núcleos de partidos ainda na

ilegalidade, universidades, comunidades rurais e entre outros lugares, revelando a voz não oficial que era freqüente na comunicação cotidiana destes segmentos da sociedade (MACHADO *et al*, 1987; NUNES, 1995; ANDRIOTTI, 2004). Esses dois momentos acontecem paralelos e transversais ao que Cristiane Andriotti (2004) pesquisou da história dos projetos democratizantes, antecedentes a Assembléia Nacional Constituinte. Ao trazer estes episódios marcantes, destaca-se este movimento que aos poucos realizava uma espécie de salto escalar neste campo das reivindicações. Para ela, os episódios

[...] remetem ao curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Catarina a responsabilidade de ser o precursor mais fecundo dessas discussões, isso porque os famosos IV Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação, realizado em Curitiba (PR), em setembro de 1980, VI Encontro Latino-Americano de Faculdades de Comunicação Social e o VII congresso da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação, realizados em outubro de 1983, tiveram como foco principal de discussão as políticas de comunicação e suas implicações para a democracia brasileira. Estes eventos serviram de ‘motor de partida’, direcionados para a organização dos movimentos pela democratização dos meios de comunicação de massa, o que mais tarde se transformaria na Frente Nacional de Luta Por Políticas Democráticas de Comunicação, criada em julho de 1984 na esteira, portanto, das gigantescas manifestações pelas diretas já que sacudiam o Brasil. (p.102).

No entanto, e como demonstra principalmente Cristiane Andriotti, no período das *Diretas Já*, os projetos de democracia nas comunicações provenientes dos movimentos populares⁹ (da ala sem tendência a institucionalização) foram drasticamente tolhidos por uma esquerda que tinha sua referência no modelo Estatal Soviético, esperando chegar ao poder “[...] para efetuar a apropriação estatizante de toda a rede de comunicações eletrônicas já existentes.” (p.73). Os projetos que se sobrepuseram foram da FENAJ (Federação dos Jornalistas) do PT (Partido dos Trabalhadores) e do PMDB (Partido da Mobilização Democrática Brasileira). Assim que o governo ditatorial resolveu realizar as eleições de 1985 indiretas, como

⁹ Aqui nos referimos ao que Amorim (1988) relata da ala notadamente cristã, principalmente da UCBC (união cristã brasileira de comunicação social) que havia construído um projeto para as comunicações no Brasil, a partir da crítica ao programa da UNESCO de comunicação e desenvolvimento. A questão central não era a quantidade, os meios e ferramentas utilizadas para a comunicação e sim as informações e os conteúdos transmitidos e interpretados, que moldavam a visão de mundo e concepções políticas da população.

resposta a mobilização da população em repúdio a todo o contexto que até então era vivido, os projetos e o caloroso debate proveniente das comunidades e dos movimentos populares foram sendo silenciados, somados as grandes e fortes ações de invisibilidade dadas pelos meios de comunicação nacionais, totalmente comprometidos com a ordem vigente.

Para a autora, inúmeras entidades participaram das discussões e negociações das políticas de comunicação no Brasil, no entanto, somente a FENAJ, O Partido dos Trabalhadores, O Partido da Mobilização Democrática Brasileira, e a ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) tiveram suas propostas apresentadas para o setor das comunicações no processo da Assembléia Nacional Constituinte (1986-1987) (ANDRIOTTI, 2004).

Fernanda Fernandes, ao sistematizar a trajetória do movimento de participação popular na constituinte apresentou um resumo das etapas do congresso constituinte. Da instalação do congresso constituinte em fevereiro de 1987 até a aprovação do texto final em plenário no final de setembro em 1988, foi dedicado um período de dois meses, onde todas as comissões e suas subcomissões (aqui entra a subcomissão de ciência, tecnologia e da comunicação) realizaram um processo de escuta. Segundo a autora, elas, as subcomissões “[...] ouvem entidades da sociedade civil e discutem um projeto para cada tema. Os cargos nas subcomissões são divididos proporcionalmente entre os partidos”. (FERNANDES, 2006. p.254).

Neste trabalho de sistematização, ela também ecoou as avaliações que ocorriam no final do processo.

Antes de mais nada é preciso esclarecer que qualquer avaliação depende da perspectiva em que se avalia. Se o ponto de partida é a comparação com a atual constituição, escrita pelos militares em 1967 e 1969, conclui-se que a futura Constituição será avançada. Porém, se o ponto de partida for o que a sociedade desejava e queria ver aprovado, ela será atrasada e reacionária. De qualquer forma, uma análise serena do que foi aprovado força a conclusão de que muitas conquistas da sociedade, particularmente dos trabalhadores, foram incorporadas ao texto e novas conquistas foram contempladas. Por outro lado mantém-se intacta toda a estrutura de poder existente. Os trabalhadores ganham no varejo e perdem no atacado. (FERNANDES, 2006. p.251).

Toda a pressão durante esse período que antecedeu, contribuiu para nessa Assembléia aprovar os textos da Constituição Brasileira de 1988. O Capítulo V nos Artigos 220, 221, 222 e 223 asseguravam agora a comunicação como um direito do cidadão brasileiro e apontava importantes ferramentas de interpretação do modelo de comunicação. Dioclécio Luz (2011), ao tentar interpretar fatos relevantes da saga das rádios comunitárias demarca que não havia neste período do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 maneiras de saber o que era uma rádio comunitária, ou uma rádio livre, as duas apresentavam características semelhantes de possuir baixa potência e sofrerem a repressão. Este período entre 1991 a 1998, antecedente a promulgação da lei 9612/98, a lei de radiodifusão comunitária, foi de grande intensidade política por vários motivos. O primeiro motivo deles era a quantidade de grupos, entidades, movimentos sociais, sindicatos, igrejas, indivíduos que erguiam suas rádios. Este é o terceiro momento em que Marisa Nunes (1995) descreve. Sua principal referência era a efervescência de grupos sociais marginalizados, identidades invisibilizadas e culturas não representadas na mídia oficial que o movimento de rádios livres politizava cotidianamente, provocando uma circulação de artistas independentes, debates políticos e atividades culturais nos espaços ocupadas pelas estações FM sem regularização. Nesta esteira, em São Paulo era criada em 1991 a ARLESP (Associação de Rádios Livres de São Paulo), como mecanismo de defesa contra as apreensões de equipamentos promovidas pelo extinto DENTEL; No Rio de Janeiro em 1994, era criada a AR LIVRE para ampliar e unificar as lutas das diversas rádios no Estado (ROCHA, 2007). O segundo motivo para sua criação era o de os movimentos de rádios livres e suas organizações terem tomado conhecimento, segundo Luz (2011), das experiências latinoamericanas e sua concepção comunitária. Tal conceito era proveniente das experiências revolucionárias de países latino americanos; da referência a comunicação popular, proveniente do movimento popular e dos projetos advindos de uma ala progressista da igreja católica. Andriotti (2004), anuncia as dificuldades de conceituar o que é livre e o que é comunitária, motivando as organizações e os sujeitos dos movimentos de rádios livres e comunitárias a debaterem sobre suas concepções,

tendo em vista que a Frente Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) já havia iniciado outras reivindicações a nível legislativo¹⁰.

O Gráfico 1 apresenta o que o período demonstrava: um intenso e caloroso debate na sociedade sobre a democratização da comunicação e a liberdade de expressão. Com a facilidade da apropriação técnica e a publicização que segmentos da sociedade possuíam propostas de legalização, muitas rádios foram criadas na esperança de conseguirem a concessão de uso. Destaca-se o período de 1994 à 2002, onde em menos de 10 anos o crescimento de rádios subiu vertiginosamente (2000%). No entanto tal crescimento era acompanhado de uma gigantesca repressão.

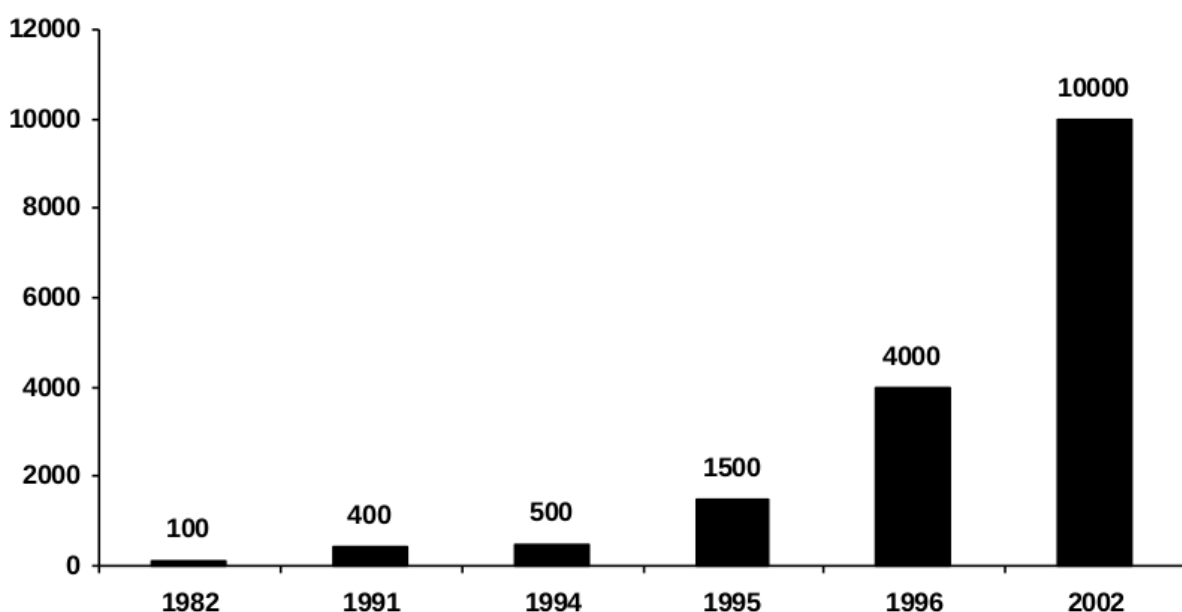


Gráfico 1. Crescimento de Rádios Livres e Comunitárias Sem Concessão (Adaptado de COELHO NETO, 2002 e SJPDF, 2005)

Em 1995, O FNDC convocou um encontro sobre radiodifusão comunitária e livre que teve como tema central a construção de uma proposta de legislação para as rádios que se consideravam “comunitárias”. Para o FNDC, o conceito de

¹⁰ A frente nesta altura pautava a partir da constituição, a criação de um conselho nacional de comunicação, surgido exclusivamente da categoria dos jornalistas (LIMA, 2013), se preparava para a primeira reforma constitucional e alimentava os diálogos com os militantes e organizações de rádios livres e comunitárias.

comunitárias era entendido como “[...] aquelas que têm gestão pública, não tem fins lucrativos, sua finalidade é servir a comunidade.” (LUZ, 20011. p.3).

Para Marisa Nunes e Cristiane Andriotti, que realizaram suas pesquisas e participaram do movimento de rádios livres e o início do movimento de rádios comunitárias, o conceito de comunitária enunciado por uma parte do movimento de democratização das comunicações representava apenas setores mais politizados com o tema, ou a *frente legalista*. Havia uma clara intenção de forjar uma identidade em um terreno pouco propício (Congresso Nacional) e com um debate ainda pouco amadurecido para se buscar uma ‘legalidade’. Andriotti (2004) aponta essa tática oportunista de que, com a proposta de legalização, muitas rádios que ainda não discutiram internamente um modelo de gestão e apropriação, adotarão tal proposta. Ela ainda discorre esse processo de reflexão.

Essa identidade deve estar em acordo com a orientação política do movimento geral de democratização, que prevê a formulação de uma lei e um modelo de apropriação e gestão para as rádios e com responsabilidades sociais bem definidas. A frente ilegalista concorda que as rádios devem ter responsabilidade social, mas é contrária à formulação de um modelo geral implantado em nível nacional, como resultado da negociação entre as rádios e os monopólios estatal e privado das comunicações. As rádios livres devem ser autônomas com relação ao Estado e ao mercado. Devem se aliar aos movimentos sociais como instrumento de luta, mas não subordinarem sua autonomia às orientações políticas destes ou dos partidos que os representem. A frente ilegalista defende que as rádios são instrumentos de voz para todos os excluídos e não apenas para os segmentos politizados da sociedade. Esta também prevê que a intervenção do Estado sobre as rádios livres trará por consequência, um maior controle por parte deste sobre o espectro eletromagnético. Se a proposta do movimento de rádios livres era, sobretudo, a de liberar o espectro para a apropriação do povo, a legalização irá promover o contrário. Assim as rádios livres que quisessem a quebra do monopólio estatal e comercial do espectro, teriam o dever de permanecer na ilegalidade. (p. 132)

A cisão explícita entre o movimento de rádios livres e o *setor mais politizado* que também reivindicava a democracia nas comunicações, assemelha-se ao momento anterior destacado da Assembléia Constituinte entre o movimento popular e entidades partidárias, instituições de representação profissional e empresas.

Estes debates e divergências em torno da radiodifusão, realizados a duras e burocratizados caminhos, alicerçou, como relata Bruno Rocha (2009) a trajetória da organização de comunicadores e comunicadores para a efetivação da radiodifusão

comunitária. Em 1996, já despontava como organização nacional a ABRAÇO (Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária) que endossava essa proposta de criar uma lei que amparasse as rádios identificadas como comunitárias. Tal argumento da legalização feita pela ABRAÇO é justamente com o intuito de cessar as ações de repressão e fechamento de rádios pelo DENTEL e pela Polícia Federal, numa política de externalizar o que o movimento pensava. Internamente, o movimento de rádios comunitárias, assim entendido pelo autor, enfrentava grandes dificuldades

Diferente de outros setores dos movimentos sociais, a balbúrdia entre identidades no movimento de rádios comunitárias no Brasil afeta diretamente a construção da organização destes comunicadores populares. Nas rádios comunitárias, cabem todos, incluindo diferentes motivações e projetos, independentes de ideologias. A diversidade sempre é positiva, mas a falta de objetivo estratégico gera a um sem número de posições confusas e conflitantes, dificultando a articulação. (ROCHA, 2009. p.22).

A partir das primeiras sinalizações do Governo Federal em legalizar as rádios comunitárias, acontece uma corrida de ocupação das frequências, liderada principalmente por lideranças religiosas de igrejas evangélicas. Também é nesse período que o coronelismo eletrônico se faz mais presente. Venício Lima (2007) caracteriza o coronelismo eletrônico destas últimas décadas como majoritariamente urbano, apesar de existir muitas experiências no campo. Ele funciona basicamente com a disponibilidade da base material para a instalação de uma Rádio FM (legalizada ou não) ou uma Retransmissora; a moeda de troca seria a possibilidade de controlar os votos e ter o apoio político comunitário; as 'recompensas' seriam de ambos os lados, tanto dos mandatários federais quanto os coronéis locais; este coronelismo se dá principalmente nos municípios, estabelecido desde a Constituição como Ente Federativo.

Dioclécio Luz (2011) aponta que em 1996 por pressão de partidos e entidades como o FNDC a câmara dos deputados realizou um seminário sobre rádios livres e comunitárias, onde a partir daí surgiram mais de 8 projetos de lei para regulamentar a atividade de radiodifusão comunitária. O autor, que participou desse processo, completa

O extraordinário é que coube à Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), que lida com emissoras comerciais,

definir os principais dispositivos da nova lei. O Governo Federal abriu mão da posição de Estado, endossando a posição da ABERT. (LUZ, 2011. p.4).

A lei 9612/1998 então sancionada, desta maneira, teve muitas consequências, a primeira que se coloca é a o elevado procedimento burocrático que necessita para dar início a uma rádio comunitária; a segunda é o conceito de comunitária, ignorando o papel da geografia que a lei deixa a entender, fixando uma potência de 25 Watts e um raio de 1km de alcance, não levando em consideração as especificidades de uma comunidade rural, ribeirinha, indígena, periférica; a terceira é que se considera um serviço a radiodifusão comunitária, não um direito, como estabelecido na Constituição; a quarta e agora mais importante que pode ser constatado no quadro 4 a seguir é o alto índice de repressão destas rádios que buscavam a legalização.

Repressão (Número de Rádios Apreendidas pela Polícia Federal)	
Ano	Quantidade
1998	1672
1999	1705
2000	2721
2001	2093
2002	1950
2003	2759

Quadro 4. Escalada da Repressão

Fonte: Dossiê 'Querem calar a voz do povo', SJPDF (2005).

Organização: FEDEL (2016)

Essa escalada da repressão observada no quadro, foi fruto da inoperância do Estado em encaminhar as legalizações, como também da propaganda de criminalização das iniciativas de comunicação comunitária. As rádios que solicitavam a concessão esperavam até 8 anos para sua autorização ser registrada em portaria pelo congresso nacional. Na maioria das vezes por falta de documentos esse pedido era negado. Nesse período a maioria das rádios iniciavam suas operações e como consequência desse contexto de ilegalidade e de propaganda contra as rádios sem autorização, a Polícia Federal realizou uma onda de apreensões. Tal onda de repressão motivou a presidência abrir por decreto um Grupo de Trabalho para

analisar os casos de repressões as rádios comunitárias, surgiu então o dossiê “Querem Calar a Voz do Povo”. Segundo o dossiê, em menos de 6 anos da legislação em vigor, já havia mais de 10 mil pessoas sendo processadas pelo crime de falar. “São os presos políticos dos dias atuais”. (SJPDF, 2005. p.4)

Após o advento da Lei 9612/98, nenhuma rádio comunitária tinha sido autorizada a funcionar, não obstante oito mil requerimentos com pedidos de autorização tramitando no Ministério das Comunicações. Não só. Uma campanha da ABERT (Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão), sem apresentar uma única prova sequer, encarregou-se de difundir boatos catastróficos, no sentido de que rádios comunitárias derrubam aviões. Outros rumores têm sido disseminados, não raro oriundos de supostas fontes idôneas, no sentido de que as “RadCom” não só derrubam aviões, mas também afundam navios e interferem em ambulâncias. (COELHO NETO, 2002. p.79).

O Quadro 5 completa a interpretação do período, se comparado com o quadro anterior, sobre a quantidade de rádios que estavam em operação, sejam outorgadas ou não.

Rádios Comunitárias Outorgadas	
Ano	Quantidade
1999	78
2000	542
2001	1001
2002	1703
2003	2052
2004	2213
2005	2452
2006	2729
2007	3126
2008	3494
2009	3815
2010	4192
2011	4420
2012	4504

Quadro 5. Quantidade de Rádios Comunitárias com Outorga

Fonte: Ministério das Comunicações, 2013.

Organização: FEDEL (2016)

Armando Coelho Neto, delegado da Polícia Federal aposentado, em uma obra intitulada “Rádio Comunitária não é Crime” (2002) aponta a maneira em que o ordenamento jurídico em grande sintonia com os órgãos públicos, instituições do governo e associações de empresas do setor das comunicações construíram uma imagem criminal da radiodifusão comunitária e livre.

o que se verifica é que o órgão público que administra o espectro eletromagnético no Brasil, ao invés de informar coerentemente a população da realidade sobre as interferências das rádios em aeronaves, ajuda a implantar o terrorismo corroborando para a desinformação. (COELHO NETO, 2002, p.79).

As repressões externas refletem também as dificuldades internas. No II Congresso Nacional da ABRAÇO, em 1998, dentre as resoluções publicadas ao final de seus debates e encaminhamentos, um ponto nevrálgico levantado pela coordenação era a falta de capacidade formativa da entidade e sua relação com os comunicadores e comunicadoras associados.

Há muitas experiências enriquecedoras na área de formação radiofônica ocorrendo em nível nacional, cuja dimensão não é alcançada pela ABRAÇO. Vários aspectos determinam esta dificuldade: desde o problema da comunicação entre as entidades estaduais até a não existência de uma política de formação dentro da própria ABRAÇO, pois esta não poderia ser a prioridade do movimento, que até hoje centrou sua luta no projeto de regulamentação das rádios comunitárias e na mobilização em nível nacional. (ABRAÇO, 1998. p.14).

Percebe-se que mesmo após uma lei aquém da realidade da comunicação que acontece hoje, os movimentos neste período continuaram a concentrar seus esforços em uma luta de âmbito nacional e principalmente em espaços institucionalizados. Com exceção desta resolução de atividades formativas, todas as outras resoluções deste congresso da ABRAÇO tinham objetivo Brasília, seja na disputa de concessões, na alteração da lei, no movimento de ações no STF (Supremo Tribunal Federal) ou em articulações com parlamentares federais em campanhas nacionais. Internamente na ABRAÇO há, a partir de 2001, um debate entre as entidades regionais e as reivindicações de âmbito nacional, procurando priorizar emergências das rádios comunitárias, ao invés de focar suas atenções nas

reivindicações legislativas e institucionais, deixando tais pontos para uma frente parlamentar.

No contexto do movimento de rádios livres, foi na primeira edição do Fórum Social Mundial que acontece em 2001 em Porto Alegre o encontro entre rádios livres, rádios comunitárias e ativistas do CMI (Centro de Mídia Independente)¹¹. Segundo Flora Gonçalves (2010), o movimento já havia realizado muitos encontros paralelos à caminhada da legalização das rádios comunitárias e havia princípios orientadores do por que construir a noção de rádio livre. Andriotti contribui neste momento de um dos encontros entre coletivos de rádios livres:

As rádios livres devem nascer a partir de um modelo de apropriação, geridas por entidades constituídas de lideranças do próprio movimento que irão apoiar as iniciativas coletivas e sem fins lucrativos ou proselitistas [...] É consenso no movimento que as rádios livres não devem ter finalidades comerciais ou proselitistas, mas para que então elas são necessárias? Para permitir o acesso popular, em sentido amplo, aos meios de comunicação [...] A finalidade dessas rádios seria então a de criar um fluxo de informação e produção cultural que permitisse a representação cultural das minorias. (GONÇALVES, 2010. p. 100).

O movimento neste período estava há pouco tempo iniciando também transmissões de suas rádios via internet e as discussões fomentaram maneiras de apoiar tecnicamente outras rádios livres e coletivos de comunicação independentes de transmitirem pela rede mundial de computadores. Foi assim que a aproximação do Centro de Mídia Independente aconteceu de maneira mais profícua. Após outro encontro de rádios livres, surgia o Rizoma, expressão da maneira de organização dos coletivos de rádios livres.

[...] as Rádios Livres se reúnem em uma rede de interconexão, o qual, então [...] chamam de rizoma de Rádios Livres. Os coletivos de Rádios Livres entendem que o rizoma é um conceito mais amplo do que o conceito de rede, pois, o rizoma abre um espaço maior para uma multiplicidade [...]. (GONÇALVES, 2010. p.103).

¹¹ O CMI é uma rede internacional criada em 1999 para cobrir de forma alternativa o encontro em Seattle da OMC (Organização Mundial do Comércio) e que se espalhou por vários países pelos seus princípios de produção independente de mídia. No Brasil nasceu em 2000 no chamado movimento antiglobalização.

Essa multiplicidade é compreendida como uma política espacial para as quais as rádios livres e movimentos sociais contemporâneos começam a dar abertura, onde as trajetórias dos sujeitos e dos coletivos produzem determinada potência política capaz de entrelaçar pautas transversais às reivindicações específicas, criando assim uma rede de solidariedade de maneira não institucionalizada, mas sim relações sociais pautadas na confiança, no apoio mútuo, na autonomia e na autogestão. Daniela Beskow (2014) demonstra de outra maneira essa capacidade (e às vezes dificuldade) organizativa do movimento de rádios livres

Enquanto movimento de rádios livres não há estratégias e metas, objetivos claros a serem atingidos em determinado período de tempo. Há muito mais uma prática cotidiana em transmitir, uma transmissão que questiona a legislação, inadequada no caso das rádios comunitárias, por exemplo, e da própria constituição, quando fala da liberdade de expressão. Alguns se referem ao 'direito' de transmitir, de se expressar. Ou ainda, a 'liberdade' em comunicar. Diria que manter a prática de transmitir através do rádio é o grande objetivo das rádios livres. Uma prática diária que coloca em prática a descentralização dos meios de comunicação. (p.108).

A prática diária, enquanto uma prática espacial é compreendida como a fagulha da produção de um espaço que proporciona a multiplicidade de práticas e trajetórias espaciais¹².

Com o Rizoma estabelecido e com um portal¹³ próprio, foi após as edições do Fórum Mundial Social que as relações de cooperação entre coletivos de rádios livres aumentaram, descentralizando inclusive os encontros e as iniciativas de apropriação insurgente da comunicação. Assim, a partir da década de 2000, o movimento de rádios livres iniciava práticas de convergência tecnológica, das quais o CMI já possuía experiência, além de se agremiar na esfera de movimentos atuantes também no meio digital. Com estes passos realizados, a discussão da digitalização das comunicações transpassava pelo movimento de rádios livres, principalmente porque há pouco tempo o governo sancionou a Lei Geral de Telecomunicações, que abriria escancaradamente os ativos do setor de comunicações do Estado, sofrendo

¹² Voltaremos a este ponto no capítulo seguinte, onde apresentaremos os trabalhos de campo sobre a comunicação popular e livre em Curitiba.

¹³ <http://radiolivre.org>

drásticas mudanças pelas empresas transnacionais atuantes no mercado mundial do setor, notadamente o setor de telecomunicações.

No campo institucional, desde 2005 haviam reuniões, produção de relatórios e apresentação de argumentos para o governo da necessidade da criação do sistema público de comunicação, conforme o que já previa a Constituição. Com a criação da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), o setor público das comunicações se fortalecia, além da Agência Brasil e outras emissoras de rádio FM e AM. Em 2007, quando estes avanços eram concretizados, o FNDC, o coletivo Intervozes, a FENAJ entre outras entidades buscavam legitimar agora o controle público sobre as políticas públicas para o setor das comunicações. Esse passo sendo dado se estabeleceria uma agenda de atividades, que se iniciaria com a Conferência Nacional de Comunicação (Confecom).

Ainda em 2007, o governo promove um evento intitulado de conferência, onde contata e convida somente representantes de empresas de telecomunicações internacionais, consultores econômicos na área da comunicação e empresários do setor. Somente em 2009, durante o Fórum Social Mundial com muita pressão direta ao então presidente Lula, foi anunciado que dentre pouco tempo haveria um comunicado convocando uma comissão organizadora para a realização da primeira Confecom.

Com a convocatória da conferência, o governo proporcionou subsídios em apoio com os estados e municípios para realização das conferências e definiu como seria a comissão organizadora e sua composição, composta pela sociedade civil, sociedade empresarial e poder público. Os 28 membros seriam então doze do poder público, com oito indicados pelo Executivo e quatro pelo Congresso Nacional e dezesseis da sociedade. Destas dezesseis vagas, estavam definidas oito para entidades de representação de trabalhadores e oito para o empresariado.

No decorrer das reuniões da comissão organizadora, a fim de definir textos bases para realização das conferências municipais e estaduais e uma metodologia para a sistematização de propostas, mais da metade das entidades representativas do empresariado assinam uma carta de saída da comissão organizadora. Na carta, o maior motivo alegado era de que as discussões estavam caminhando para um “[...] cerceamento da liberdade de imprensa através de um observatório de direitos

humanos e mídia.”¹⁴. As expectativas para a conferência se davam em delimitar a partir deste evento uma agenda de reivindicações, com base principalmente nos avanços de 1988 da constituinte que ainda careciam de regulamentação e clareza de entendimento, como por exemplo, a regulamentação do setor comercial, a separação das faixas no espectro eletromagnético com possibilidades de fortalecimento do sistema público não estatal (comunitário e popular) de comunicações, investimentos nos meios de comunicação não estatais, entre tantas outras expectativas.

A Conferência que teve sua convocatória e início em abril de 2009, definiu a comissão de organização, tendo assim um período até dezembro para sua realização, portanto, oito meses.

O Instituto Humanitas Unisinos (IHU), em datas anteriores a conferência, realizou diversas entrevistas com intelectuais e professores universitários¹⁵ sobre o que esperar da conferência. Todas as entrevistas tinham ao menos um ponto em comum: avaliaram em extrema consonância a preocupação de este processo estar sendo levado em sua maioria por profissionais do setor do jornalismo e da comunicação, um debate marcado pela presença de profissionais, que segundo Bruno Lima Rocha “evita sempre a luta direta”. Para este último autor

[...] há uma carência de quadros de militantes experientes na base do movimento [...] a opção desses ativistas é pela via da pressão institucional, muitas vezes, autorreferenciada e que termina por substituir representações com bases sociais reais, ainda que sem o preparo deles [...]. (IHU, 2009. p.2).

A realização da Conferência em três dias resultou dos três eixos temáticos (Produção de Conteúdo, Meios de Distribuição e Cidadania: Direitos e Deveres) mais de 670 propostas para a plenária final do evento que foram aprovadas. Diante

¹⁴ O Jornal Nacional em nota informava que a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, a Associação Brasileira de Internet, a Associação Brasileira de TV por Assinatura, a Associação dos Jornais e Revistas do Interior do Brasil, a Associação Nacional dos Editores de Revistas e a Associação Nacional de Jornais decidiram sair, restando na composição do empresariado a ABRA (Associação brasileira de radiodifusores) que representava as empresas Band e Record, e a Telebrasil (Associação Brasileira de Telecomunicações) representando as empresas de telecom.

¹⁵ A professora Ivana Bentes, e os professores Bruno Lima Rocha, Valério de Mattos e Venício Lima são pesquisadores e estudiosos na área da comunicação, tendo em muitas vezes contribuído para o movimento de democratização das comunicações em períodos diferentes.

de tantas propostas aprovadas e sem praticamente nenhum avanço na concretização destas desde 2009 até o início deste trabalho, se fez urgente procurar interpretações sobre esse motivo e também (re)conhecer a trajetória de sujeitos e suas organizações que participaram do processo da conferência, bem como suas impressões. Neste momento, na realização de alguns trabalhos de campo, que neste caso foi acompanhando audiências e outros tipos de eventos, se encontrou comunicadoras e comunicadores que participaram ativamente deste processo da conferência. No processo de coleta de informação primária, seja em conversações ou na forma de entrevistas semi estruturadas, adotou-se a preservação do nome dos sujeitos, por motivos de privacidade e segurança, uma vez que a temática da pesquisa ainda passa por uma linha tênue entre a necessidade da exposição direta dos acontecimentos e as consequências desta exposição, como por exemplo a perseguição. Resquícios de um tempo de extremo conservadorismo e ausência completa de liberdades democráticas.

No mês de maio de 2016, encontrei M. T.¹⁶, uma comunicadora com uma trajetória dentro do movimento de agroecologia. Participamos de uma roda de conversa sobre comunicação e nessa roda ela comentou sobre sua participação na Conferência nacional de comunicação. Após a roda, fui conversar com ela sobre como foi sua participação na conferência e ela comentou e conversou comigo sobre a elaboração e o desenvolvimento da Confecom.

[...] no governo Lula havia uma grande esperança em avançar a reivindicação sobre a democratização da comunicação, a Conferência Nacional foi a tentativa de reunir todos os atores para concretizar e pautar isso [...] não sei se foram todos os estados mas em vários municípios foram realizadas as conferências. Em cidades onde o governo apoiou foram chamadas Conferências municipais. Em cidades em que não houve apoio, chamaram Conferências livres. [...] nas Conferências que participei houve muito mais participação da sociedade, dos movimentos, dos sindicatos do que dos empresários e empresas de comunicação.. mas na conferência nacional as *teles* (Oi, Vivo, Claro, TIM) compareceram em peso [...] a organização que participava na época levou algumas experiências para debate nas Conferências e no comitê estadual. Em Brasília foram muitas propostas encaminhadas, o Impressionante era que

¹⁶ O encontro foi na realização do I Encontro regional sul de grupos de agroecologia em Florianópolis-SC <https://regabrasil.wordpress.com/2016/06/04/integrar-para-nao-entregar-agroecologias-do-sul/>

após a conferência não soube de mais nada.” (Entrevista com M. T., maio de 2016).

Em outubro de 2016, encontrei D. O.¹⁷, uma psicóloga que já foi radialista em uma rádio comunitária na região de Passo Fundo-RS. Participamos de uma audiência pública, sobre radiodifusão comunitária, em que se discutiu com objetivo de encaminhar ao Ministério Público Federal algumas propostas concretas em relação a três pontos: a legislação estabelecendo um caráter comparativo com a América latina¹⁸; financiamento da radiodifusão comunitária, oriundo dos debates da conferência nacional de comunicação, e por fim, a fiscalização das rádios comunitárias pelo seu caráter e interpretação pelo judiciário e instituições reguladoras como extremamente criminal para os comunicadores comunitários¹⁹.

Nas palavras de D. O. sobre a conferência

Então. O conselho regional de rádios comunitárias, entidade que participo, vem desde 2001 atuando no estado do Rio Grande do Sul, foi um dos que participou da organização. Aqui a nossa mobilização, foi uma mobilização da sociedade civil né? Participaram várias entidades, desde o conselho regional de psicologia, do qual eu faço parte, que sou psicóloga de formação, até o sindicato de jornalistas, FNDC, Abraço [...] todo mundo participou. Nós realizamos seminários de preparação e realizamos a Conferência estadual aqui. Onde tiraram os delegados né? Então Até hoje to com a camiseta da nossa conferência [...] e então na conferência a gente tinha convidado a Luiza Erundina, que na época era a principal na luta contra esse processo. Ela sofria uma perseguição do monopólio... e ela não veio e eu acabei representando ela na mesa... mas eu já estava escalada na mesa e acabei fazendo a mediação também no lugar dela [...] bom, daqui o que eu percebi foi: O que tinha de proposta era que os pessoais ligados ao PT, ao FNDC, a Abraço

¹⁷ O encontro aconteceu na III Audiência Pública “Rádios Comunitárias: Desafios e Perspectivas” Promovida pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Público Federal, em Porto Alegre-RS. Cabe destacar que dentre as entidades presentes na audiência, O FNDC e a ABRAÇO não lembraram de nenhuma das propostas da conferência durante todo o evento que possuíam gigantesca sintonia. <https://audienciapublicaradioscomunitarias.wordpress.com/2016/09/12/radiodifusao-comunitaria-e-tema-de-audiencia-publica-em-porto-alegre/>

¹⁸ Tal debate teve contribuição da AMARC (Associação Mundial de Rádios Comunitárias) com recentes estudos sobre as diferenças e semelhanças das legislações de rádios comunitárias na América latina

¹⁹ Tal debate teve contribuição de um estudo realizado pela Artigo 19 apontava que mais de 50% das ações propostas contra rádios comunitárias caracterizavam-se como de ordem criminais, em detrimento de ações cíveis e administrativas. Também apontou-se que mais de 80% dos julgados são decididos por unanimidade, sem nenhum tipo de debate divergente sobre a temática. O estudo ao fim aponta teses do ordenamento jurídico aplicáveis ao tema das rádios comunitárias (ARTIGO19, 2016).

estavam apoiando o acordo com os empresários... já daqui se saiu com esse *tititi* entende? Mas a gente só foi ver mesmo a coisa lá (em Brasília) entende? Assim como eu to falando isso pra ti eu falei pra TV comunitária do RJ, onde fui uma das fundadoras de 1997, quando eu morei lá. Então eu vo te dizer o mesmo que eu disse pra eles. O Lula não entrava, não entraria na Conferência se todos os presentes não aceitassem o acordo com os empresários entende? Então ficou [...] A conferência não começava. Os membros do Abraço, FNDC, ficavam lá fora e fizeram todo um acordo com o Lula e o PT. Venderam a conferência. Tava dada. Para as Telecom, entende? Então, o que aconteceu? Ficou um cantinho de gente... nós éramos assim, 10, 15%, nós não chegávamos a 20%... gritando lá: “não ao acordão! Não ao acordão!” bem alto... não adiantou nada e eles fizeram o que quiseram. Fizeram o acordo com os empresários e nos lascaram... Porque depois dali nunca mais.... Mais de 600 propostas reunidas, discutidas exaustivamente, nos grupos que eu participei estavam se matando nos grupos.... e quem tava lá... a passeio no bem bom... advogados da Brasil Telecom, advogados da Oi, Vivo ... os empresários.. era esse o tipo de gente [...] porque de lá não saiu resultado concreto, nem política pública nem coisa nenhuma? Por causa disso. (Entrevista com D. O., outubro 2016).

A respeito da Conferência Nacional os próprios representantes do FNDC e Intervenientes fazem um balanço em 2014 e continuaram apregoando o caminho institucional

A Confecom foi uma novidade histórica, que mostrou ser possível elaborar soluções aos problemas do setor fora das reuniões de gabinetes e dos eventos das associações empresariais. No entanto, se o balanço de sua realização é positivo, o da implementação de suas resoluções é desanimador. Entre as mais de 600 propostas aprovadas nos grupos de trabalho e na plenária final, praticamente nenhuma ganhou consequência por parte do governo federal. [...] Dando seqüência à luta por um novo marco regulatório das comunicações, foi criada, em 2012, a campanha “Para Expressar a Liberdade”, comandada pelo renovado Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações. A partir da plataforma, e como eixo principal da nova campanha, o FNDC coordenou a elaboração de um projeto de lei de iniciativa popular, batizado de Lei de Mídia Democrática [...]. (FNDC, 2014, p.2).

Com estes olhares sobre três diferentes processos de debates, lutas e reivindicações sobre a democracia nas comunicações se pode tecer reflexões das quais se concorda com o que Pablo Polese (2017) recentemente denominou como a estratégia do modelo democrático-popular de contrarrevolução permanente. Para o autor, o processo de realizar a luta de classes a partir do momento em que ela é

mediada por gestores dentro e com o Estado, este processo se transforma em uma “derrota” (p.4) estratégica. Essa derrota estratégica tem como fundamento principal a realização da participação quando não se compreende como tática. Polese (2017) delinea a participação dos movimentos populares nas escalas geográficas do Estado como “[...] lastro material que a legitima e que leva ao aprofundamento da heterorganização, a organização hierárquica na qual as normas da própria prática social são ditadas por outros.” (p.4). Desta maneira a participação torna-se algo a ser recusado gradativamente, e como consequência desta, se aponta a extrema fragmentação no campo dos movimentos sociais e populares. Tal fragmentação a nosso ver se acentuou nos movimentos de democratização da comunicação a partir da vigência da legislação de Radiodifusão Comunitária e da realização da Conferência Nacional de Comunicação. Por terem sido processos históricos de grande mobilização da população (legitimação através da participação) que pouco ou nada trouxeram de avanço. O sentimento e a organização transformam-se em práticas fragmentadas no cotidiano, com alto teor de recusa em construção de espaços de participação popular.

Com esse panorama histórico-geográfico sobre os movimentos de democratização das comunicações e seus conflitos, buscou-se compreender os recentes estudos da geografia a partir de uma matriz miltoniana, que aborda os meios de comunicação e a mídia, indicando caminhos de investigação na relação entre a temática e uma fecunda produção do espaço geográfico.

3. A GEOGRAFIA DA COMUNICAÇÃO, DA INFORMAÇÃO E DA MÍDIA

3.1 O Lastro de Milton Santos

O lastro teórico e de estudos de Milton Santos e daqueles(as) que seguiram os estudos a partir de uma perspectiva geográfica crítica, proporcionou uma evidência as técnicas antes pouco imaginado. Tal evidência se deu muito pelas categorias de analisar o espaço, conceito chave da geografia. As duplas de categorias como os sistemas de objetos e sistemas de ações, da tecnosfera e da psicosfera e das horizontalidades e verticalidades complementam-se e desdobram-se. Tais construções teóricas auxiliam um aprofundamento da análise geográfica sobre os meios de comunicação. Seja em sua materialidade como também sua imaterialidade e o sentido empregado.

Além de resgatar essa contribuição miltoniana, reuniu-se o que recentemente a ciência geográfica vem produzindo a respeito dos meios de comunicação e informação a fim de criar um quadro de referência que subsidie uma melhor reflexão e análise.

Milton Santos, em sua vasta obra, não se dedicou especificamente sobre os meios de comunicação, no entanto sua abordagem privilegiou um olhar às técnicas, ao buscar as ontologias do espaço a partir do que ele apresenta em seus trabalhos. Elaborando categorias para analisar o espaço, ele forneceu pistas possíveis de investigação dos meios de comunicação que outros grupos e pesquisadores(as) deram seguimento. Buscou-se nesse subcapítulo reunir suas reflexões sobre o espaço geográfico

O geógrafo em questão teve em sua concepção de espaço geográfico ao logo do tempo mudanças, que demonstraram o tratamento com a questão da técnica. Ao considerar o espaço como conjunto de fixos e fluxos (SANTOS, 2006), demonstrou que estes elementos fixados, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados, recriando condições sociais, redefinindo cada lugar. Para o autor neste momento os fixos e os fluxos em interação expressam a realidade geográfica. No entanto “[...]os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados no

solo, já os fluxos cada vez mais diversos, mais amplos, numerosos e rápidos” (SANTOS, 2006. p.38).

Na obra *O Espaço Dividido* (SANTOS, 1979) em uma abordagem mais econômica e com um recorte mais amplo, traz a proposta de existência do circuito inferior e do circuito superior dentro do modelo econômico brasileiro. Segundo o autor, esse último circuito seria caracterizado pelo comércio varejista moderno: a indústria e o comércio de exportação, os bancos e os conglomerados multinacionais. Já o circuito inferior seria constituído de atividades de fabricação tradicionais, como o artesanato e da prestação de serviços. Seria caracterizado pelo sub-emprego, o não emprego ou a terceirização. Os dois circuitos, de maneira contraditória e conflituosa, se complementam e trazem a realidade do mundo do trabalho no capitalismo. Apesar do autor não apontar explicitamente e aprofundar sua análise, seu olhar sobre as diferenças de organização e de tecnologias empregadas pelos circuitos é evidente. Em um pano de fundo, seu olhar geográfico sobre a urbanização dá um tom de demonstrar as consequências de uma modernização engendrada por políticas macroeconômicas e os reflexos nas respostas do Estado e do capital nacional, resultando nas desigualdades e concentrações. Emerge um “circuito superior marginal”(p. 246) que alimenta a dinâmica competitiva intraurbana e entre cidades, dando vazão as práticas econômicas ditadas pelos grandes centros.

Em outra possibilidade de investigação do espaço, o autor trouxe para o debate outro par de categorias: A configuração territorial e relações sociais. Assim o espaço é concebido como materialidade histórica e vida que anima (1988). A configuração territorial possui uma existência material. No entanto sua existência social é somente dada pelas relações sociais.

O espaço como histórico produzido, elemento estrutural da totalidade, que realiza a mediação determinante da história até então em sua concepção materialista histórico dialética foi preservada, mas no período adiante inscreve outro elemento fundamental que dará a tônica de sua produção, que é a técnica. Chegando ao cume de sua produção intelectual, o espaço pode ser compreendido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (1996) ao longo da história. Reflexo da produção de objetos técnicos, com um horizonte de natureza transformada através do trabalho humano.

Este par de categorias para Milton Santos é interdependente, os sistemas de objetos não nos permitem conhecermos se vemos separados dos sistemas de ações.

Ao conceber o espaço geográfico como sistema de objetos e sistema de ações, Milton Santos reconhece ao mesmo tempo o meio técnico-científico-informacional, compreendendo uma geografia do tempo presente onde “[...] as técnicas, a ciência e a informação ganham destaque na construção e reconstrução do espaço” (2008, p.37). Outra noção que o autor traz para compor sua visão geográfica de mundo é a expressão de globalização. Neste momento os sistemas de objetos e de ações concretizam em três 'unicidades'. A unicidade técnica, que “[...] através de um conjunto homogeneizado, sistêmico, preenchido e comandado por relações mundializadas sistematicamente unificadas” (2006, p.196). A unicidade dos momentos, sendo a possibilidade de conhecer instantaneamente eventos longínquos e por fim, o motor único como plano econômico e social em “emergência de uma mais-valia no nível mundial” (2006, p.204).

Para Santos e Silveira (2006), a questão do território, pode ser compreendido da melhor forma se considerar como extensão apropriada e usada. Quase um sinônimo de espaço geográfico. O conceito proposto pelos autores de território usado pode ser um subsídio para analisar sistematicamente a constituição do território. Nessa proposta, a periodização dos usos, destacando seus usos diferentes nos tempos históricos distintos. Nessa periodização os autores destacam: história particular e história global, comportamento do Estado e da Nação e as feições regionais.

As técnicas ao analisar o uso do território representam elementos das épocas históricas, concebem-se em sistemas e com isso apresentam-se como uma proposta de método. Tais sistemas funcionam em duas vias: a primeira seria a materialidade e a segunda os modos de organização e regulação delas.

Nesta discussão das técnicas, Santos e Silveira (2006) afirmam que um conjunto delas tem se tornado hegemônico e constituído a base material da vida em sociedade. “A ciência esta sendo dominada por uma técnica notadamente informacional [...] o meio técnico científico informacional é a expressão geográfica da globalização”. (p.21). No entanto ao tratar do espaço geográfico, o autor distingue

precisamente a informação da comunicação, tratando-as como densidades. A densidade informacional, variável fundamental na acumulação capitalista:

deriva, em parte, da densidade técnica [...] nos indica o grau de exterioridade do lugar e a realização de sua propensão a entrar em relação com outros lugares, privilegiando setores e atores [...] unívoca, obediente às regras de um ator hegemônico, (ela, a informação) introduz, no espaço, uma intervenção vertical, que geralmente ignora o seu entorno, pondo-se ao serviço de quem tem os bastões de comando. (SANTOS, 2006. p.257).

A informação produzida hoje e seu sistema também pode ser complementada através do conceito de verticalidade, conceito que expressa, num território, um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos. Fluxos de informações, por exemplo. Esse conjunto de pontos são adequados às tarefas produtivas hegemônicas, características das atividades econômicas que comandam este período histórico, uma espécie de sistema reticular, exigente de fluidez e que age no tempo rápido por grandes empresas que “ganham um papel de regulação do conjunto do espaço”(SANTOS, 2006. p.106) e do próprio sistema técnico vigente.

A densidade comunicacional seria

esse tempo plural do cotidiano partilhado [...] o tempo conflitual da co-presença. Como lugar do acontecer solidário[...] criador da interdependência obrigatória e da solidariedade, geradas pelas situações de cara a cara[...]dentro da realidade diretamente vivida [...]. (SANTOS, 2006. p.258).

Ao processo de produção do espaço a partir da densidade comunicacional pode-se completar a reflexão ao conceito de horizontalidade, onde o próprio espaço geográfico proporcionaria uma “[...] solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum.” (SANTOS, 2006. p.109). Por fim, as horizontalidades trazem consigo uma noção de outra matriz de racionalidade, chamada pelo autor de contra-racionalidade,

que, em seu bojo são “[...]formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território[...]” (p.110) que atualmente ao nosso ver estão numa relação contraditória de longa data pela presença das ações da verticalidade (densidade de fluxos de informações centralizadas, influenciando os lugares da densidade das comunicações).

Na geografia humana, em especial a geografia urbana, percebe-se que as contribuições de Milton Santos sobre a comunicação, a informação e as mídias estão presentes em estudos sobre o planejamento urbano, sobre a formação e o desenvolvimento socioespacial de bairros e também sobre a questão da segregação urbana.

3.2 Circuitos de informação e comunicação e lugares da mídia popular e comunitária

Nesta subseção procurou-se refletir as contribuições recentes da geografia em relação a constituição de uma mídia popular e comunitária, seus recortes espaciais, recortes temáticos e propostas de investigação com relação a comunicação, informação e mídia.

Com isso, visa-se a análise dos trabalhos de Angelo Serpa e do grupo de pesquisa onde o professor coordena na UFBA, dos trabalhos de Cristiano Nunes Alves e Helena Fonseca, integrantes de um grupo de pesquisa da UNICAMP e do trabalho de Nola Gamalho, da UFRGS.

Tais trabalhos foram escolhidos propositalmente, pois demonstram convergências e apontam, cada um ao seu modo, possibilidades da geografia contribuir em estudos tanto analíticos sobre os meios de comunicação como também analíticos-práticos, onde o conhecimento geográfico torna-se a uma possível *práxis* geográfica.

Angelo Serpa em seu livro *Lugar e Mídia* (2011) teve como pano de fundo as pesquisas desenvolvidas pelo grupo de pesquisa espaço livre de pesquisa-ação da Universidade Federal da Bahia, onde tem a participação de estudantes de graduação e pós graduação do curso de geografia e de outros cursos. Com a temática da cidade contemporânea, articulando com a discussão recente de espaço

público e a produção do espaço geográfico na periferia da metrópole contemporânea, o livro produzido pelo pesquisador é resultado de estudos em Salvador-BA sobre a apropriação dos meios de comunicação por grupos populares e iniciativas de cultura contra hegemônica e também de sua pesquisa de campo em Berlin - Alemanha também com grupos que se apropriam de meios de comunicação na cidade.

Ao buscar relacionar Lugar e Mídia, Serpa (2011, p.16) enfatiza o discurso como componente na fabricação dos lugares por ele analisados, discursos da “[...] criatividade e da subversão. [...] pois se trata aqui de grupos e iniciativas que produzem espaço na cidade contemporânea para afirmar ideias alternativas de cultura, para fabricar o lugar a partir de táticas cotidianas de enunciação”.

Mídia e meios de comunicação geralmente são abordados enquanto um sistema técnico e com um recorte tradicional, que enfatiza os agentes de produção do espaço, explica o autor, no entanto sua proposta é, a partir do conceito de lugar gerar uma visibilidade para “[...] as trajetórias e as táticas dos diferentes grupos e iniciativas responsáveis pela apropriação sócio-espacial dos meios de comunicação.” (p.18).

Um viés marxista conjuntamente com um olhar fenomenológico é o que Serpa procurou evidenciar as apropriações sócio espaciais dos meios de comunicação nos bairros populares. Lugar podendo ser “[...] as distintas versões dos processos de reprodução do capital ao redor do mundo.” (p.22) como também “[...] o lócus da reprodução da vida cotidiana, permeada por diferentes visões de mundo e diferenciadas ideias de cultura.” (p.23).

Tais abordagens suscitam questões sobre o papel dos lugares nas cidades contemporâneas em um contexto de metropolização, fragmentação e homogeneização, que vai conformando cada vez mais e de modo mais profundo lugares hierarquizados por lógicas econômicas e políticas, em geral de caráter extralocal. A metrópole parece negar os lugares, sobrepondo valores e conteúdos hegemônicos às experiências enraizadas na vida cotidiana de cada lugar. (SERPA, 2011. p.23).

Lugar enquanto os processos de reprodução do espaço na lógica capitalista nos levam a interpretação acima, no entanto ela invisibiliza a experiência humana

nos lugares, o que o autor questiona sobre quem vai contar o enredo desses lugares. A partir dessa problematização o autor se utiliza das categorias de ação e discurso fornecidas por Hannah Arendt afim de dar mais solidez ao conceito de lugar, chegando ao ponto de afirmar na “enunciação de lugares”. Para o autor, tais atitudes dos grupos e iniciativas que se apropriam taticamente dos meios de comunicação produzem uma esfera pública e por isso adotam princípios universais como “[...] a complexa reversibilidade dos pontos de vista a partir dos quais os participantes apresentam seus argumentos; a universalidade, no sentido de uma inclusão de todos os concernidos; e finalmente, a reciprocidade do reconhecimento igual das pretensões de cada participante por todos os demais.” (HABERMAS, 2003. *Apud* SERPA, 2011. p.26).

O autor ainda acredita que tais princípios conseguem ser efetivados através de táticas, reconhecendo as estratégias. Se utilizando da leitura de Michel de Certeau (1998) se baseia na relação tática-estratégia, onde a tática são os movimentos rápidos, uma ação cotidiana utilizando habilmente o tempo e buscando mudar a organização do espaço “[...] a tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar no terreno que lhe é imposto[...] ela opera golpe por golpe, lance por lance.” (CERTEAU, 1994. *Apud* SERPA 2011 p.26). Já a estratégia se assemelha aos comandos de instituições do governo e do Estado, com modelos abstratos e práticas tecnocráticas. A adoção desta postura teórica do autor reflete sua relação com a pesquisa de campo, onde as iniciativas e grupos analisados não possuem (ou possuem precariamente) um lugar próprio como base segura de suas ações. Assim há uma relação entre os agentes hegemônicos dos meios de comunicação de massa e os grupos analisados de ocupar as brechas deixadas pelos primeiros.

Ao discutir direito à cidade através dos meios de comunicação, Angelo Serpa enfatiza a necessidade das rádios comunitárias e livres e suas atividades de informação, criação de símbolos e novos imaginários e atividades lúdicas. Essas atividades admitem a existências de culturas alternativas e que nos lugares do possível possam se manifestar e renovar “[...] não só o conteúdo da cidade e do urbano como também da esfera pública e do planejamento”. (SERPA, 2011 p. 31). Nesse ponto de sua análise dos sujeitos, grupos e iniciativas de apropriação dos

meios de comunicação o autor insere mais uma categoria para consolidar sua proposta geográfica que é a atuação. Para ele, a reunião do falar e do agir é um modo indissociável de construir trajetórias no tempo e no espaço. Atuação enquanto aqueles que dispõem de um próprio arsenal. “De uma base segura para formulação e implementação de suas estratégias de produção do espaço: aqueles portanto que controlam a produção de conteúdos para os meios de comunicação”. (SERPA, 2011 p.36). Essa operacionalização atua na unidade inseparável na construção de espaços vividos, percebidos e concebidos.

A pesquisa de campo em Salvador, conta-nos Bruno Soares (2009) ocorreu em duas fases. A primeira observando a presença em seis bairros populares de rádios comunitárias. A segunda aprofundando a observação e fazendo incursões em campo em dois bairros. A pesquisa se desenvolveu nos anos de 2006 e 2007, contando com levantamento bibliográfico, fotografias, documentos, arquivos de órgãos públicos e bibliotecas. O campo nos dois bairros foram realizados em dois momentos de extração de dados primários. Um momento com entrevistas gravadas e posteriormente transcritas com dirigentes, presidentes e colaboradores das rádios e outro uma espécie de enquête junto aos moradores, comerciantes. Também houve um mapeamento do alcance das rádios comunitárias dos bairros realizados os campos.

Com isso os autores perceberam desde a história de surgimento e sua relação social com os bairros como também a íntima relação de apoio financeiro proveniente dos comerciantes locais com as rádios em troca de divulgação de seus produtos, serviços. Tais apoios parecem fundamentais. A sobrevivência das rádios é por ‘paixão’ pois os integrantes não são remunerados (ou pouco remunerados). Não há divisão dos trabalhos e frequentemente observou-se uma pluriatividade dos integrantes (o faz- tudo). Além da programação musical, mensagens de interesse público, propaganda de festas, relatos amorosos e serviços diversificados constatou-se a proximidade dos moradores com a rádio (SOARES, 2009; SERPA, 2011).

Essa relação com os moradores se dá principalmente com os que trabalham no comércio local, sua faixa etária é considerada como jovem a renda é de até três salários mínimos. Grande parte das rádios pesquisadas operam em LM (Linha

Modular)²⁰ característica marcante da cidade de Salvador que possui uma lei específica junto aos órgãos municipais de planejamento urbano para estes tipos de meios de comunicação. A localização das rádios faz com que as parcerias entre o comércio local se dê com determinada periodicidade, subsidiando economicamente a vida das rádios. Nas conclusões dos autores, as rádios pesquisadas “[...] se melhor organizadas e estruturadas, podem vir, em alguns casos, a desempenhar uma função de articulação e informação através da comunicação nos lugares onde estão inseridas.” (SOARES, 2009). Indo além Serpa (2011) afirma serem espaços da produção da solidariedade e lugares do acontecer político e cultural podendo promover novas táticas e estratégias de planejamento da cidade e do urbano.

Nola Gamalho e Álvaro Heidrich ao estudarem também os meios de comunicação, percorreram um caminho diferenciado, porém com uma contribuição muito importante.

Com o título “Rádiodifusão Comunitária como Movimento Social” os autores objetivaram discorrer as dinâmicas de desenvolvimento desigual do espaço e o processo de alienação do cidadão, com foco no bairro Restinga, periferia de Porto Alegre. O trabalho se faz em duas partes que são a discussão teórica sobre os processos de alienação e sua relação íntima com o poder dos meios de comunicação, demonstrando a contradição possível e discutindo a formação histórica e atual do bairro Restinga e sua relação com a radiodifusão comunitária e outros movimentos sociais.

A globalização como processo contraditório, que de um lado aprofunda a alienação dos sujeitos e dos espaços também fornece subsídios para criação de uma determinada resistência. O capital e a mídia articulam a globalização como mediadores deste processo de alienação. Quando os autores reforçam que a valorização de cada indivíduo é diferenciada a partir da posição que ocupa no espaço, ela procura associar com sua posição de produtora ou espectadora dos fatos, dando a ideia de alienação a qual quer transpassar. Se apoiando em leituras dos estudos culturais e também na leitura crítica de Milton Santos sobre os circuitos da informação, os geógrafos demonstram sua posição ao dizer que “[...] as formas

²⁰ Ao invés de operar nas ondas AM ou FM, os integrantes das rádios comunitárias instalam caixas de som e por meio de cabos que levam dos estúdios até as ruas mais movimentadas e ruas do comércio, se escuta as músicas, notícias, serviços e propagandas locais.

de poder no espaço social, conhecidas tradicionalmente como os meios de produção e posse de riquezas, são substituídas pelos símbolos e os mecanismos que produzam e garantem referência a sociedade”. (GAMALHO; HEIDRICH, 2006. p. 166). Eles apresentam o Bairro Restinga, como um espaço de contradições, ao mesmo tempo produto dos processos homogeneizantes da globalização e da mídia, como também contraponto a eles. Em relação a esse contraponto os autores pontuam a presença de movimentos sociais (Comitê de Resistência Popular, Movimento Hip-Hop, Grafite) e também a radiodifusão comunitária, que em sua posição é uma nova forma de reconstituir o espaço público do diálogo. Fazendo uma reflexão sobre a informação no espaço público e privado, Nola afirma que a informação é um trunfo do poder (RAFFESTIN, 1993. *Apud* GAMALHO; HEIDRICH, 2006), no entanto necessitando aliar tal discussão conceitual com as noções de esfera pública e privada. A esfera pública é o espaço do diálogo, da troca, do lugar comum. Ela possibilita o compartilhamento da palavra. Esse processo é a transformação do indivíduo em ser político. Nesta esfera o indivíduo passa de mero observador e espectador, para um sujeito ativo e crítico. O contrário parte para o processo de alienação. Na esfera privada, onde é caracterizada por uma manipulação das informações, há um processo de transformação do cidadão em espectador. Tal capacidade de selecionar moldar e dirigir informação é instrumento de poder. Linguagem, uso do lúdico, do emocional, de códigos sociais são elementos da mídia na esfera privada.

Caracterizando o Bairro Restinga, sua extensão, população, origem e políticas públicas, os autores demonstram o processo de segregação urbana e produção do desenvolvimento desigual do espaço na capital gaúcha. A partir de gráficos comparativos de renda e de escolaridade do bairro e da média da cidade também traçam um perfil da população que através da mídia tem sua única fonte de informação e conhecimento sobre o mundo, a cidade, o país e a sociedade.

Com um debate sobre o conceito de território, demonstrando especificidades políticas, culturais, econômicas e principalmente na ênfase do cotidiano e na produção da identidade dos moradores do bairro, Nola e Álvaro inauguram uma reflexão sobre identidade e território. Identidade enquanto processo de construção de um determinado grupo. Para os autores a identidade de resistência do morador

do bairro restinga é um processo de construção que “[...] congrega indivíduos estigmatizados pelo restante da sociedade”. (GAMALHO; HEIDRICH. 2006. p.173). Ao descrever esse processo histórico de construção de uma identidade do bairro, coloca em um patamar elevado o processo de reivindicação e apropriação, no sentido simbólico e físico. Simbólico ao tratar dos aspectos culturais como o Grafite, o Rap e suas práticas desencadeadoras, como oficinas realizadas no bairro de teatro, rádio e Grafite. Também menciona as escolas de samba do bairro e a construção de monumentos de luta popular. São “[...] Identidades vinculadas ao território. É a constituição de camadas representadas por grupos culturalmente distintos”. (p.173).

A partir deste debate feito, eles descrevem o processo de como foi dado esse passo de produção da comunicação interna do bairro, relatando os primeiros contatos com outros grupos e rádios comunitárias (do RJ) para se pensar o início da rádio no bairro. Com início na década de 1990, diretamente com as escolas do bairro como rádio-poste e oficinas de rádio e teatro como mecanismos de formação e incentivo ao processo.

Com a fundação da associação da rádio, no final da década a rádio ocupa uma faixa da frequência modulada (FM). No período em que a rádio esteve no ar, os autores realizaram uma pesquisa de campo sobre a aceitação das músicas, programas e possíveis dificuldades. A participação dos ouvintes era reduzida, contudo, a programação era diversificada com vários estilos musicais e espaços para notícias que se relacionava ao bairro.

A questão da legalidade da rádio perante o Estado também foi bem esclarecida, com investidas da ANATEL e Polícia Federal, justamente porque a rádio além da própria programação se inseria em pautas concretas que os moradores do bairro reivindicavam, configurando-se enquanto um movimento social também. Como relatado pelos autores

Em agosto de 2004, a rádio atuou ativamente na mobilização dos moradores para reivindicar melhorias no sistema de saúde do bairro. Em contrapartida, no mesmo mês teve seus equipamentos apreendidos pela Polícia Federal. Contudo, a população não deixava de participar das oficinas de rádio comunitária, organizadas e produzidas pelos moradores, assim como o eventual reaparecimento do rádio poste. O Comitê de Resistência Popular vem promovendo

discussões quanto à função da radiodifusão comunitária, assim como tem realizado transmissões esporádicas. (GAMALHO; HEIDRICH, 2006. p. 178)

Fica claro que a produção do espaço através da apropriação dos meios de comunicação pelas camadas populares só é aceita na sociedade enquanto a ordem pre-estabelecida não for questionada ou alterada.

O trabalho de Cristiano Nunes Alves²¹ apresenta o surgimento da produção fonográfica a partir das primeiras rádios em Campinas, desde seu início até sua dinâmica atual. Ele destaca nesse processo inicial o conceito de *esquizofonia*²² relacionando a formação sócio-espacial da cidade e do território brasileiro no crescimento da cultura radiofônica e fonográfica. A partir de um diálogo de autores da perspectiva crítica da geografia, incluindo uma bibliografia histórico-geográfica da região de Campinas, o autor desenvolveu o argumento da existência de circuitos espaciais, em que se aprofundou principalmente com auxílio da teoria dos dois circuitos da economia, proposta por Milton Santos, e aprofundada por Adriana Bernardes, para desenvolver seu estudo da radiodifusão FM, o chamado “circuito sonoro”. De maneira contextualizada, ele relaciona o crescimento deste mercado (fonográfico), da industrialização dos meios de comunicação e o processo de urbanização do território em questão. A partir de uma série de inventários -como menciona o autor- dos objetos técnicos deste circuito, de conversações com agentes e da identificação de lugares, seu objetivo principal foi identificar a relação entre os circuitos ascendentes(rádios comunitárias, rádios livres, estúdios independentes e seus agentes produtores) e descendentes(rádios comerciais, redes nacionais de rádios, empresas internacionais de serviços para radiodifusão, estúdios de alto padrão) através do conteúdo informacional da radiodifusão e da produção fonográfica recente em Campinas – SP juntamente com sua repercussão espacial. A interpretação que o autor obteve é que entre estes dois circuitos previamente reconhecidos, também há outro circuito, denominado por ele de marginal, entre os dois, onde permeia-se um repertório médio construído por estes circuitos.

²¹ O Circuito Sonoro: Radiodifusão FM e Produção Fonográfica em Campinas SP (dissertação de Mestrado), 2008.

²² “ [...] refere-se ao rompimento entre um som original e sua transmissão ou reprodução eletroacústica.” (SCHAFER, 1997 *apud* ALVES, 2008. p.7).

Já o trabalho de Helena Fonseca²³ se deu a partir do grande debate do planejamento urbano e direito a cidade. A autora da dissertação buscou compreender o processo de urbanização na cidade de Campinas. Seu estudo de caso se deu nas duas maiores ocupações urbanas da cidade, relacionando de um lado os programas e políticas públicas de planejamento com os usos do território, que atingem tais ocupações, e de outro as ações, atividades coletivas e mobilizações da população destas na produção do espaço urbano.

Focou-se atenção na última parte do trabalho da autora em que ela nomeou como “A construção da cidade pelos agentes hegemonzados: as contraracionalidades nos espaços opacos da Região Sul de Campinas – os usos do território”, que seriam as resistências das famílias, do cotidiano instalado no processo da ocupação da terra e a formação de movimentos e mobilizações populares reivindicando direitos. Destaca-se a importância do saber local e da comunicação (panfletos, pequenos jornais, *lan houses* e uma rádio livre) para a consolidação das ocupações urbanas estudadas por Helena, desencadeando na instalação informal de estruturas urbanas, das associações de moradores e de um circuito de informações ascendentes captado em seu trabalho de campo. Seu objetivo é enfatizar “[...] o lugar, o cotidiano e a resistência que se constituem de forma plural e, dificilmente, sistematizada.” (FONSECA, 2014. p.155).

A Geógrafa que já estudou anteriormente a produção e difusão de informações na região, ampliou seu foco, considerando os novos usos do território através da análise dos fluxos constituídos pelos moradores das ocupações, das resistências necessárias ao construir objetos urbanos precários para facilitar o acesso a equipamentos públicos do município, e o saber local constituidor da densidade comunicacional, presente nas organizações. Sua abordagem notadamente crítica, possui grandes relações com as referências e sua pesquisa de campo. Ao mencionar as contraracionalidades, noção emprestada de Milton Santos (1996) já faz a relação com as práticas adotadas pelos moradores das ocupações (maneiras de adquirir abastecimento de água; construção de sistema de despejo de esgoto, etc) não deixando abstrata sua leitura.

²³ O Recente processo de urbanização da cidade de Campinas-SP(1990-2014): As ocupações urbanas-Um estudo dos usos do território da região sul (dissertação de Mestrado), 2014.

Tais trabalhos aqui apresentados demonstram as grandes possibilidades de estudos da relação entre a geografia e a comunicação, servindo de referência para nossa pesquisa de campo, que teve como intuito visibilizar na cidade de Curitiba iniciativas de rádios comunitárias e livres, suas múltiplas faces e práticas cotidianas. Buscou-se apresentar um contexto histórico sintetizado da formação urbana tendo como fio condutor a comunicação enquanto uma prática de produção e transformação do espaço urbano, seja na prática corporativa do circuito FM comercial, ou seja nas práticas espaciais de sujeitos, de movimentos populares e da juventude. As diferentes posições que tomou-se nestes percursos, apresentadas a seguir, oportunizou visibilizar um processo de construção de lugares propícios para ampliar reivindicações sociais e consolidar identidades marginalizadas de maneira não sectarizada, no entanto como são espaços construídos relacionalmente também inseridos em outras escalas, observou-se e conviveu-se com intensos conflitos de diferentes ordens, produzidos tanto na própria relação entre os sujeitos como também pelos tradicionais agentes de produção do espaço urbano, encontrando dificuldades e contradições.

4. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DA COMUNICAÇÃO POPULAR EM CURITIBA

4.1 Percursos Metodológicos

Ao iniciar esse capítulo onde aproximamos a lente da pesquisa à escala do espaço urbano, esboçamos algumas reflexões sobre a investigação, as reviravoltas e variações na busca e na participação gradual com o tema envolvido e, uma tentativa de conceituar o processo, demonstrando os limites estabelecidos durante o trabalho de campo e pesquisa bibliográfica. Concordamos com Fals Borda (1981), que a ciência necessita de proximidade com o saber popular, objetivando a reflexão constante sobre as aspirações de conhecer e agir dos segmentos da população. Na pesquisa participante e na pesquisa ação, é nítida a existência de dois grandes campos de enfoque desta abordagem de pesquisa. Um do campo educacional, onde busca reagir contra o positivismo pedagógico, contra as formas tradicionais de entender e fazer educação, e o outro, seria o campo sociológico, reagindo aos paradigmas dominantes de interpretação da realidade social (GAJARDO, 1986). Concordamos com ambos os enfoques e observamos a coexistência de visões metodológicas na pesquisa participante que foram geradas a partir da “[...] iniciativa da Igreja, grupos de orientação cristã e organismos não governamentais de pesquisa e desenvolvimento educacional” como também as práticas de pesquisa que se dão como “[...] componentes de políticas esboçadas e executadas pelas organizações populares, frentes políticas e movimentos sociais em geral” (ibidem, p. 51).

Reconhecem-se as dificuldades, como bem apontadas por Gajardo (1986) do vazio teórico, das debilidades metodológicas e da imprecisão e dispersão das atividades realizadas no processo de uma pesquisa com viés participativo. Assumiu-se tal postura, correndo o risco, como bem colocou Brandão (1984) que

[...] a lógica, a técnica e a estratégia de uma pesquisa de campo dependem tanto de pressupostos teóricos quanto da maneira como o pesquisador se coloca na pesquisa e através dela e, a partir daí, constitui simbolicamente o outro que investiga. (p.8).

A complicada questão da construção do outro, exige o exercício da prática, da não separação sujeito-objeto e a não redução de termos que causam um anonimato dos sujeitos e de suas próprias identidades sociais.

A pesquisa participante parte de uma modalidade de conhecimento produzido de maneira menos centralizada sobre o mundo e das condições de vida de pessoas, grupos, e classes populares. Conhecimento esse que recria, de dentro para fora um embrião “[...] de direito e do poder para pensarem, produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprios.” (BRANDÃO, 1981. p. 09-10).

Diferentemente de grande parte das pesquisas sobre a temática urbana, onde as fontes e referências primárias são índices, indicadores, mecanismos e comparações numéricas, muitas vezes construídas pelos agentes hegemônicos, nossa proposta caminhou por outro viés. Concorde-se com Massey (2008) que as narrativas, histórias e trajetórias outras, são todas elas suprimidas na emergência da ciência como a escritura do mundo. E esse processo de escritura, mais geralmente, de fazer uma marca no espaço em branco de uma página, é que remove o dinamismo da “vida real” (p.50). A autora complementa que a direção a partir da qual se chega a um argumento influencia sua forma. E foi através das práticas coletivas e individuais das chamadas “pessoas comuns”, visíveis ao olhar cotidiano que fomentaram o início e o desenvolvimento desta pesquisa. Foram memórias, relatos e relações estabelecidas nestes espaços e pelos espaços. De maneira relevante, todas as entradas à campo que tivemos no intuito de participar e registrar as relações e práticas sociais estabelecidas, o reportar ao “especialista” ao “técnico” ao “representante oficial” a “instituição competente” estava sempre em debate.

Michel Thiollent (1998), ao apresentar a relação entre o saber formal e o saber informal destaca uma postura incompatível por parte dos pesquisadores onde

[...] consideram que, de um lado, os membros das classes populares não sabem nada, não têm cultura, não têm educação, não dominam raciocínios abstratos, só podem dar opiniões e, por outro lado, os especialistas sabem tudo e nunca erram [...]. (p.67).

Essa interdição, ou negação, dialoga com a crítica proferida por Marilena Chauí (2011) do discurso competente e sua consequente ideologia que esta arraigada na sociedade, legitimando a uma organização hierárquica, a

burocratização e um sistema onde a palavra final consiste na autoridade, com um poder instituído que é reconhecido entre os semelhantes, mas muito mais na relação com seus diferentes. Assim, há um questionamento nesta relação entre o trabalho da pesquisa (a posição enquanto pesquisador) e as classes populares de “[...] como fica a questão da produção de tipos de saber sobre elas, sobre os seus mundos e sobre o horizonte do seu trabalho?” (BRANDÃO, 1981. p.11). É por meio deste questionamento que se destaca que o percurso de pesquisa não se deu de maneira linear. Em nossa proposta inicial, protocolada inclusive no Programa de Pós Graduação em Geografia da UFPR, a pesquisa concentraria sua atenção nas iniciativas de rádios livres em Curitiba e no Rio de Janeiro, procurando analisar as trajetórias espaciais de seus integrantes e seus coletivos.

Desde o final de 2013 e início de 2014, após o término da pesquisa monográfica, começamos a participar das reuniões de organização de um coletivo de comunicadores e jovens entusiastas por uma rádio livre em Curitiba, se utilizando, na pesquisa, de dois momentos como procedimentos metodológicos. Num primeiro momento adotando da observação participante, como um membro apoiador, auxiliando em articulações e contribuindo nas discussões quando possível, e depois, como integrante, adotando técnicas da pesquisa-ação, com um programa nessa Rádio chamado “La Cidade”. Aqui a espiral característica da pesquisa ação, constituída pela intenção/planejamento, seguida da ação, e analisada pela crítica ou revisão, ao que Bob Dick (2003) menciona, trouxe subsídios aos caminhos realizados na pesquisa que apresentaremos mais adiante.

No planejamento inicial da pesquisa, a participação para analisar as iniciativas no Rio de Janeiro se daria a partir dos encontros realizados pelos coletivos existentes naquela cidade, no entanto, no decorrer dos primeiros meses de pesquisa, houve uma grande reviravolta que, se de um lado nos impossibilitou em acompanhar as iniciativas de coletivos de rádios livres no Rio de Janeiro, nos abriu a possibilidade de entender as histórias, trajetórias e experiências de comunicação popular na cidade de Curitiba. Surgiu para a pesquisa então a comunicação popular, já trabalhada em capítulo anterior.

Com o início de uma jornada de trabalho como Educador no Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo²⁴ no ano de 2015, pelo seu intermédio, obteve-se a oportunidade de estar mais próximo de experiências de comunicação realizadas nas periferias da cidade de Curitiba, como a Rádio Bairro Novo, a qual iremos, mais adiante, apresentar em nossa pesquisas de campo.

A opção metodológica pela pesquisa participante e pesquisa ação se deu principalmente na intenção de visibilizar os movimentos nos/dos espaços que o pesquisador observou, participou e contribuiu de maneira singela. Tal opção condiz com as escolhas teóricas para leitura do fenômeno estudado, das quais se apresenta a seguir.

A partir das observações em coletivo, dos diálogos, das provocações e das atividades realizadas durante esse período, foi possível perceber variações da comunicação popular. Primeiro, a comunicação popular produzida no âmbito do movimento popular, enquanto um encontro dos sujeitos que proporciona a valorização de seus saberes, a partilha das dificuldades e possibilidades, e potencializa a organização de atividades e mobilizações coletivas. Segundo, a comunicação popular produzida no âmbito de uma rádio comunitária, enquanto um meio de comunicação de fácil acesso à população, proporcionando a circulação da produção cultural e do comércio do bairro. Terceiro, os traços de comunicação popular produzidos no âmbito de uma rádio livre, enquanto um lugar de comunicação de fácil acesso à juventude, também proporcionando a circulação da produção cultural e de práticas de visibilidade a este grupo.

Estas variações, dizem respeito aos sujeitos que dela fazem parte, traz à tona questões sobre suas sociabilidades, suas práticas e suas trajetórias espaciais, ou seja, dizem sobre uma determinada produção de lugares e de espaços.

Se a maneira de se pensar o espaço importa, como enuncia Doreen Massey (2008), num olhar como “produto de inter-relações” (p.30), “esfera de possibilidade da existência da multiplicidade” (p.31) e “sempre em processo” (p.30), a produção do espaço pode ser entendida como as trajetórias espaciais dos sujeitos e suas

²⁴ O CEFURIA é um Centro de Formação em Educação popular, localizado em Curitiba e fundado em 1981, que possui uma longa história de experiências de comunicação popular e alternativa, além de trabalhos na perspectiva da educação popular e economia solidária referenciados principalmente na região sul da cidade de Curitiba e municípios da região metropolitana. <http://www.cefuria.org.br/>.

organizações na atualidade, seus diálogos e práticas visando escalas geográficas como ferramenta de incidir qualitativamente no espaço.

Para Massey (2008), a diferença e a multiplicidade podem ser associadas, ora a desarticulação e exteriorização, principalmente quando na coexistência dos processos vivenciados ou das práticas espaciais realizadas. A diferença aqui é posta de lado e segue-se apenas uma orientação.

No entanto a diferença e a multiplicidade também podem ser associadas a articulação, a interiorização e a formação continua entre os sujeitos. A diferença é posta no centro, proporcionando o dissenso e com isso os caminhos podem ser diferentes. O que está no centro é a imaginação construída, que pode ser analisada enquanto potência para propiciar o diálogo entre os diferentes, e terreno fértil para visibilizar as multiplicidades.

A autora analisa a problemática desta imaginação

Ela reduz o potencial para apreciação de uma multiplicidade positiva para além da constante reprodução do par Mesmo/Outro. Isto é tanto politicamente incapacitante quanto problemático para repensar o espacial. [...] o reconhecimento da multiplicidade e da diferença conduziu de forma exagerada para um foco na fragmentação interna e na contemplação do descentramento interno, em vez de para um envolvimento com o que esta relacionado externamente (p.84-85).

Massey (2008) afirma que “se o tempo se revela como mudança o espaço se revela como interação” (p.97-98). Interação essa compreendida como atividade política.

[...] Neste sentido, o espaço é a dimensão social não no sentido da sociabilidade exclusivamente humana, mas no sentido do envolvimento de uma multiplicidade. Trata-se da esfera da produção contínua e da reconfiguração da heterogeneidade, sob todas as suas formas- diversidade, subordinação, interesses conflitantes. À medida que o debate se desenvolve, o que começa a ser focalizado é o que isso deve trazer à tona: uma política relacional para um espaço relacional. (p.98)

A produção do espaço pela comunicação popular e livre a que nos referimos pode ser compreendida como táticas. Isso porque, como Certeau (1998) coloca, elas não visam obedecer a lei, no entanto elas intervêm e criam condições de relações com elas, as estratégias tecnocráticas, majoritariamente provenientes de

corporações e do Estado. Para o autor a tática esta sempre visando atingir o outro, ela vai operar ação por ação.

Já para Marcelo Lopes de Souza (2013), uma maneira de valorizar os agentes sociais e as relações que eles mantêm entre si está na construção cotidiana de práticas espaciais. Para o autor a pratica espacial enquanto uma pratica humana não é

[...] totalmente independente do espaço social, por outro lado é preciso admitir que muitas das ações humanas se mostram como sendo dependentes da dimensão espacial da sociedade de um modo indireto, fraco, sem grande complexidade (p.246).

Para o autor existem práticas sociais densas de espacialidade e elas podem ser variadas, no entanto, no percurso da história elas têm servidos ora a dominação, manutenção das hierarquias e o estabelecimento de leis e normas que regulam a vida de um grupo ou de uma sociedade, ora a emancipação à autodeterminação e ao autogoverno. Para o autor, simplificando, as práticas espaciais estão a serviço ora a heteronomia, ora a autonomia.

Ângelo Serpa (2011), a respeito das rádios comunitárias e livres, questiona que se estas práticas espaciais partem de um lugar e constituem um enredo, “[...] Quem conta, afinal, os enredos dos diferentes lugares nas metrópoles capitalistas?” (p.23). Sua conclusão é a de que há uma convivência entre uma competição de lugares influenciados pela lógica da cidade, e, iniciativas de apropriação de meios de comunicação que fabricam a partir de discursos e práticas, lugares do possível, em direção ao direito à cidade e a um planejamento urbano alternativo.

Sobre essas iniciativas, que “[...] reconhecida em pequenos atos corriqueiros e, aparentemente, sem sentido, vulgares, mas que criam laços profundos de identidade entre habitante - habitante, e habitante – lugar” (CARLOS, 2007. p.44) consideramos que a comunicação, a mediação espacial entre os sujeitos vão criando sentido aos lugares, daí o seu uso político.

A comunicação popular enquanto uma prática que valoriza o espaço, só se faz relevante quando se relaciona transversalmente com outras reivindicações e lutas sociais. Souza (2013) corrobora com tal posição quando menciona o valor que se devem ter as discussões sobre as relações sociais e o espaço. O espaço deve ser como “[...] um ingrediente essencial e pleno de implicações da sociedade

concreta”. (p.236). A prática da comunicação popular compreende então que há um espaço e que o próprio sujeito e as relações que são mantidas são elementos deste espaço. O diálogo entre os sujeitos revelando sentimentos e pensamentos construídos com objetivos coletivos é o elemento estruturador da comunicação popular.

Acredita-se ser necessário construir uma perspectiva histórica dos sujeitos e seus movimentos de reivindicação, relacionando com seus espaços e lugares de vida. No caso, o espaço urbano. Seja a luta por moradia ocasionando a imbricação com a comunicação popular, seja a importância da valorização do comércio e da cultura do bairro, ou seja, a luta pela visibilidade da juventude, também se relacionando com a comunicação popular.

Estes espaços e lugares estão conectados a diferentes escalas, as quais para Smith (2000) podem conter processos contraditórios e de cooperação. Ela é lugar fecundo de processos sociais específicos, demarca o espaço de disputa social e define fronteiras como também as dissolve possibilitando o saltar de escalas. Para nosso percurso de pesquisa foi imprescindível conceber as escalas e assim analisá-las as que se relacionam cotidianamente com o fenômeno.

Assim, ao apresentar nosso estudo de caso em Curitiba acerca da associação de radiodifusão comunitária Bairro Novo e do Coletivo Rádio Gralha, procurou-se apresentar um pano de fundo histórico de outros contextos e escalas espaciais que envolvem os estudos, conjuntamente com trajetórias espaciais de sujeitos envolvidos e as práticas espaciais que estão engendradas nestes processos e articuladas com práticas e definições de outras escalas. Por conseguinte, visualizam-se escalas geográficas produzidas ou reproduzidas por estes sujeitos e como este olhar privilegia a compreensão dessa outra comunicação que é produzida e circulada no espaço urbano.

4.2 Curitiba e o Circuito FM: A gestão corporativa do território através da comunicação de massas

Curitiba teve início de sua história com o rádio a partir de meados da década de 1920, segundo Maí Mendonça (1996). Com a importação de transmissores westinghouse para o Brasil, um destes foi trazido para a capital paranaense,

inaugurando em 1924 a primeira rádio da Cidade, a PRB-2, conhecida como Rádio Clube Paranaense. Segundo Mendonça (1996) a sede era no centro da cidade, no entanto participavam correspondentes do interior do estado na programação da rádio. Sua organização interna era constituída por conselhos e diretoria.

Somente em meados da década de 1940 a PRB-2 começou a adotar a política de anúncios de produtos e a publicidade, transformando-se em uma organização comercial. Segundo o autor, essa transformação se deu com comerciantes da cidade adentrando na diretoria e conselhos da Rádio. “[...] A programação se dava com leituras dos jornais; a narração de jogos de futebol dos times da cidade; concertos musicais; retransmissões de rádios de RJ e de Buenos Aires e as incipientes produções das rádionovelas [...]” (MENDONÇA, 1996. p. 27).

As rádios possuíam programas mesclados. Pessoas que buscavam notícias, anúncios na cidade, faziam entrevistas, procuravam concertos e produziam programas de auditório. Acontecia uma espécie de produção e enunciação do espaço da cidade daquela época, que de acordo com Canclini (2002), produzia uma determinada interpretação da cidade. E como os cidadãos que a ouvia e participava, compreendia da cidade. A cidade difundida pelo rádio era uma cidade produzida principalmente pela publicidade. A propaganda surgida a partir da década de 1940-1950 ampliou a influência das rádios em relação à população e com isso a audiência se tornou um elemento importante para as emissoras. Os cartazes publicitários em ônibus, ruas, praças e outros lugares de grande concentração demonstrava esse “[...] padrão estadunidense nas emissoras radiofônicas, na indústria fonográfica e em estúdios cinematográficos”. (CALDAS, 1995. *Apud* ALVES, 2008. p.15.).

Em nosso estudo, as emissoras que atualmente encontram-se no *dial* curitibano adquiriram suas outorgas (autorização para funcionamento) desde a década de 40 até o início da década de 90 ²⁵. Durante tal período houve mudanças nas estruturas e nas políticas internas e externas relacionadas a emissoras. As mudanças se referem principalmente na ordem urbana que influenciavam

²⁵ Da década de 1940 como é o caso da Rádio Ouro Verde. Da década de 1950, como é o caso da Rádio Intercontinental, atual 98FM. Da década de 1960, como é o caso da Intercontinental, atual Rádio Mundo Livre. Da década de 1970, como é o caso das rádios Estúdio 96, atual Band News; a Rádio Transamérica; a Rádio Clube Paranaense e a Rádio Caiobá. Da década de 1980, como é o caso das rádios Scala FM, atual BBN; da Rádio Educativa Paraná; da Rádio Marumby, atual Rádio Aleluia; da Rádio Menina do Paraná, atual Rádio Massa e da Rádio 91Rock, atual Rádio Igreja Mundial. Da década de 1990 a Rádio Exclusiva, atual Rádio Transamérica Light (ANATEL, 2015).

diretamente este circuito em formação. Elegemos três fatores. O primeiro condiz às transformações na indústria cultural que marca a união do circuito de radiodifusão com a produção fonográfica no país (ALVES, 2008). Essas transformações ocorrem na integração do território por meio de pontos em torno de um programa de tecnificação do território instrumentalizado em favor do grande capital. Tal programa tem a informação como essência dos objetos e ações (SANTOS, 2006) e na circulação de bens materiais e simbólicos. O segundo fator são as ações urbanistas, vindas dos planos diretores e do planejamento urbano de caráter modernista que se inseriu no Brasil, em especial Curitiba que teve episódios de aprofundamento nas intervenções urbanas (OLVEIRA, 2000; ALBUQUERQUE, 2007).

O último fator, que viria a acentuar mais nas décadas posteriores é em relação as transformações realizadas no campo, no interior do estado do Paraná. O processo de modernização no campo provocou um grande movimento migratório de famílias do campo para outras regiões e cidades. Destas categorias de migração, aquela que contribuiu substancialmente foi a dos não proprietários de terra, constituída de parceiros, colonos e pequenos arrendatários (NEVES, 2006).

Esse período de grande migração para Curitiba também foi o da constituição das Regiões Metropolitanas no Brasil. Também é neste momento que os elementos constitutivos do discurso da cidade modelo iniciam, segundo Aline Albuquerque (2007). A rua XV de Novembro como exemplo de pedestrianização, a criação e revitalização dos bosques e parques, das áreas verdes, a prioridade no transporte de massa e geração de empregos através da cidade industrial são o que a autora denomina de elementos do discurso de um planejamento que “deu certo”.

Essas três ações, adoção da informação como elemento integrador do território, de políticas de modernização da agricultura resultando na migração da população do campo para a cidade e de projetos urbanísticos resultando na segregação e estruturação do espaço intra-urbano (VILLAÇA, 2001) como também na acentuação da desigualdade socioespacial (VASCONCELOS, 2013) são motores na produção do espaço urbano de Curitiba, principalmente no período entre as décadas de 1970 e 1990.

A porção centro-norte da cidade de Curitiba, alvo de intervenções do planejamento urbano da “cidade modelo” de caráter modernista preocupou-se com a

desapropriação de áreas para promoção de espaços verdes, parques e áreas de lazer (OLIVEIRA, 2000). Sabendo que tal área possui uma altitude mais elevada em relação ao restante da cidade e as cidades próximas, as empresas de comunicação e de telecomunicação (rádio, TV's e operadoras de celular) foram instalando-se neste espaço.

O circuito FM de Curitiba é composto por emissoras que não são necessariamente da cidade de Curitiba, ou seja, sua autorização de explorar os serviços de radiodifusão se deu em outro município. No entanto seus estúdios e torres de transmissão localizam-se na cidade. O alcance e sua programação se dão praticamente para o público da cidade e sua região metropolitana. No mapeamento do circuito FM, tentou-se manter nossas análises somente no circuito que mantém seus objetos técnicos e repercussões espaciais no território da cidade de Curitiba. No trabalho de campo observou-se que é uma estratégia de algumas emissoras conseguirem concessões de rádio FM em outros municípios e assim redirecionar seu alcance para a capital e realizar todas suas práticas de publicidade na cidade de Curitiba.

Em sua maioria, estas emissoras estão concentradas em bairros do centro e arredores, num sentido a porção norte do município. Os bairros são Pilarzinho, Centro, Mercês, Jardim Social, Cristo Rei, São Francisco e Vista Alegre. Com destaque (Figuras 2, 3 e 4) a concentração de 8 estúdios e 9 torres de transmissão no bairro Pilarzinho.



Figura 2. Concentração de torres de transmissão no Bairro Pilarzinho, Curitiba-PR
Fonte: FEDEL (2016).



Figura 3. Estúdios de emissoras FM no Bairro Pilarzinho, Curitiba-PR
Fonte: FEDEL (2016)

Todas as emissoras têm uma relação entre seus fixos (torre de transmissão e estúdios) e seus conteúdos difundidos. Esse ponto de vista do sistema técnico concebe que cada frequência, que é preenchida pela emissora através do aparato técnico (transmissor e sua potência), é recebido em determinadas parcelas do território, sendo emitido a partir de uma localidade.



Figura 4. Estúdios de emissoras FM no Bairro Pilarzinho, Curitiba-PR
Fonte: FEDEL (2016).

De acordo com o levantamento (quadro 6 a seguir), encontrou-se destas 19 rádios, 15 rádios com concessões comerciais, 3 com concessões educativas e 1 com concessão comunitária. Remetendo-se a legislação que prevê disponibilidade de espaço na mídia para a comunicação público-estatal e a pública não estatal, há uma clara disparidade em relação a comunicação comercial. A questão da potência em relação a abrangência é outra disparidade entre as rádios de tipo comercial e as demais, tal disparidade segundo a ANATEL (2015) tem suas bases na legislação para as emissoras comerciais que possuem 10 classes de potências e distâncias. Além desta diferenciação entre classes de potência o estabelecimento de redes e retransmissoras é autorizado, assim ampliando o alcance destas. Ao visualizar o gênero de cada emissora é perceptível a importância na questão musical e informacional. Neste ponto a empresa *Crowley Broadcast Analys*, empresa de consultoria no setor de rádio, realiza pesquisas de mercado e abastece as emissoras e redes de emissoras que procuram aumentar seu público ouvinte.

Nome da Rádio	Potência (w)	Frequência	Altura (m)	Torre de Transmissão	Estúdio (Endereço)
Rádio Aleuia	60963	88,5	54	Bairro Pilarzinho - Curitiba	Av. Sete de Setembro, 3597 – Centro
Rádio CBN	241760	90,1	129,7	Bairro Cristo Rei – Curitiba	Endereço: Rua Oyapock, 649 - Cristo Rei
Rádio Igreja Mundial FM	192286	91,3	144	Pilarzinho, Curitiba – PR	R. Jorge Cury Brahm, 712 – Pilarzinho
Rádio Difusão Bíblica (BBN)	225100	92,3	135,3	Bairro Pilarzinho – Curitiba	Rua Maria Kateiva de Oliveira, 389 – Pilarzinho
Rádio Mundo Livre FM	47709	93,9	140	Bairro São Francisco - Curitiba	R. Manoel, 763 - São Francisco
UnifM	21749	94,5	69	Bairro Centro – São José dos Pinhais	R. João Negro, 280 – Centro
Transamérica Light	99531	95,1	150,8	Bairro Pilarzinho – Curitiba	R. Amauri Lange Silveiro, 81 – Pilarzinho
BandNews FM Curitiba	39019	96,3	153	Jardim Vista Alegre – Curitiba	R. Afonso Pedri, 65 – Pilarzinho
Rádio E-Paraná	28000	97,1	42	Bairro Pilarzinho – Curitiba	R. Júlio Pernetta, 695 – Mercês
Rádio Massa FM Curitiba	112000	97,7	138	Via Dom Pedro II, Campo Largo	R. Zen Bertapelle, 531 – Santa Felicidade
Rádio Bairro Novo FM	25	98,3	30	Sítio Cercado - Curitiba	R. São José dos Pinhais, 1244 - Sítio Cercado
98 FM	89930	98,9	71	Bairro Mercês – Curitiba	R. Júlio Pernetta, 570 – Mercês
Rádio Lumen FM	5789	99,5	90	Bairro Pilarzinho – Curitiba	R. Amauri Lange Silveiro, 270 – Pilarzinho
Rádio Transamérica de Curitiba	395178	100,3	96	Bairro Pilarzinho – Curitiba	R. Amauri Lange Ribeiro, 81 – Pilarzinho
Rádio Clube FM Curitiba	189600	101,5	91	Bairro Pilarzinho – Curitiba	R. Amauri Lange Ribeiro, 270 – Pilarzinho
Rádio Caiobá FM	97140	102,3	105	Jardim Social – Curitiba	Av. Mal. Castelo Branco, 590 - Jardim Social
Rádio Joven Pan FM Curitiba	107070	103,9	96	Bairro Pilarzinho - Curitiba	R. Amauri Lange Silvério, 660 – Pilarzinho
Rádio Ouro Verde FM	108550	105,5	87	Jardim Social – Curitiba	Av. Mal. Castelo Branco, 590 - Jardim Social
Rádio Novo Tempo	19800	106,5	88	Bairro Pilarzinho – Curitiba	R. Dep. João Ferreira Neves, 159 – Vista Alegre

Nome da Rádio	Abrangência/Alcance	Tipo da Rádio	Gênero	Grupo Proprietário
Rádio Aleuia	Região Metropolitana Curitiba (RMC)	Comercial	Gospel, Informação	Igreja Universal do Reino de Deus, Rádio Marumbiy
Rádio CBN	Região Metropolitana Curitiba (RMC)	Comercial	Informação, Esportes	Sistema Globo de Rádio, Grupo J. Malucelli
Rádio Igreja Mundial FM	Região Metropolitana Curitiba (RMC)	Comercial	Gospel, Informação	Rede Fenix de Comunicação Ltda, Igreja Mundial
Rádio Difusão Bíblica (BBN)	Região Metropolitana Curitiba (RMC)	Comercial	Gospel, Informação	Scala FM Stereo de Curitiba Ltda
Rádio Mundo Livre FM	Região Metropolitana Curitiba (RMC)	Comercial	Música	Rádio Continental de Curitiba Ltda
UnifM	Região Metropolitana Curitiba (RMC)	Educativa	Música, Informação	Fundação da Universidade Federal do Paraná
Transamérica Light	Região Metropolitana Curitiba (RMC)	Comercial	Música, Informação	Rádio Exclusiva Ltda
BandNews FM Curitiba	RMC; Campos Gerais	Comercial	Informação, Esportes	Grupo J. Malucelli
Rádio E-Paraná	Região Metropolitana Curitiba (RMC)	Educativa	Música, Informação	Governo do Estado do Paraná
Rádio Massa FM Curitiba	Região Metropolitana Curitiba (RMC)	Comercial	Música, Informação	Grupo Massa, Grupo Silvio Santos
Rádio Bairro Novo FM	Sítio Cercado	Comunidade	Música, Informação	Assoc. de Radiodifusão Comunitária Bairro Novo
98 FM	RMC; Campos Gerais	Comercial	Música, Informação	Grupo Paranaense de Comunicação
Rádio Lumen FM	RMC; Litoral; Campos Gerais	Educativa	Música, Informação	Fundação Champagnat
Rádio Transamérica de Curitiba	RMC; Litoral; Campos Gerais	Comercial	Música, Informação	Rádio Transamérica de Curitiba Ltda
Rádio Clube FM Curitiba	RMC; Litoral; Campos Gerais	Comercial	Música, Informação	Fundação Nossa Senhora Do Rocio
Rádio Caiobá FM	RMC; Litoral; Campos Gerais	Comercial	Música, Informação	Sistema Integrado de Rádios
Rádio Joven Pan FM Curitiba	RMC; Litoral; Campos Gerais	Comercial	Música	Grupo RIC
Rádio Ouro Verde FM	RMC; Campos Gerais	Comercial	Música, Informação	Sistema Integrado de Rádios
Rádio Novo Tempo	Região Metropolitana Curitiba (RMC)	Comercial	Gospel, Música, Informação	Sistema Adventista de Comunicação

Quadro 6. Levantamento do Circuito FM de Curitiba
Organização: FEDEL (2016)

FONTE: Ministério das Comunicações (2015); Donos da Mídia (2015); ANATEL (2015)
ELABORAÇÃO: FEDEL, André e FRANCO, Rafael (2016)

Segundo Alves (2008), a segmentação, as paradas de sucesso e os critérios de mercado estabelecidos sobre o gênero musical têm a ver com o mercado conquistado pela empresa. Para o autor a empresa

[...] fornece um repertório mediante contratos de execução e, desse modo, pode fazer “estourar” este ou aquele “sucesso”, uma vez que a empresa tem acesso aos lançamentos musicais das principais gravadoras do país e conteúdo jornalístico. Ao que parece a empresa direcionaria as paradas induzindo-as e registrando o próprio resultado dessa indução. A empresa disponibiliza o “hot list diário e semanal”. Este relatório mostra quantas execuções cada música teve em cada rádio, com a classificação decrescente relativa ao total geral de execuções da praça para o dia ou semana. (p.77).

A Crowley, empresa transnacional, com influência em mais de 29 regiões brasileiras, atua em Curitiba com 17 emissoras do Circuito FM e AM, oferecendo informação atualizada e um relatório das paradas de sucesso²⁶.

Quanto aos grupos proprietários das emissoras, é nítido que estas afiliadas na cidade de Curitiba são mais uma em uma rede multilocalizada, desempenhando um papel de organização espacial, podendo exercer determinado controle sobre amplo e diferenciado território.

Assim sendo, optou-se em caracterizar minimamente o circuito a fim de demonstrar as diferenças de público, segmento consumidor, e eventos espaciais promovidos e suas relações. Não nos aprofundamos nas relações entre o circuito promovido pelas rádios comerciais e seus demais circuitos sonoros, como fez Alves (2008), mas sim na caracterização de sua programação. Mais adiante nos aprofundaremos na composição interna de uma rádio comunitária, sua história, seus sujeitos e suas práticas espaciais de comunicação.

Como Alves (2008) apontou, o circuito se estabelece entre a cooperação e a competição, motivada principalmente pela questão econômica que mantém as corporações de comunicação. Com base na teoria dos circuitos da economia (SANTOS, 1979) no espaço urbano há o denominado circuito superior composto por agências internacionais de notícias, empresas de administração de redes nacionais de rádios, estúdios fonográficos de alto padrão, selos internacionais e músicos reconhecidos nacional e internacionalmente. E o circuito inferior, composto por

²⁶ <http://www.crowley.com.br>

rádios livres e comunitárias, artistas e shows independentes, estúdios caseiros, produtores locais e jornalistas de bairro. Para Alves (2008), a convivência entre os dois circuitos cria um circuito do “repertório médio” e um elo através da propaganda.

Para o autor

A adoção do repertório médio implica a vinculação de músicas “estouradas nas paradas” com o predomínio da prática do jabá, o que entre outros, dificulta a inserção de artistas locais, ainda que reproduzam o repertório padrão de um determinado segmento. (ALVES, 2008. p.76)

Realizando os trabalhos de campo de caracterização, praticou-se a escuta destas emissoras durante duas semanas em horários intercalados no período da manhã, da tarde e da noite. Pode-se conceber a realização das parcerias entre outros agentes do circuito, como agências de publicidade, casas de shows, estúdios, mídias diversas, entre outros. É justamente na proporção de parcerias entre estes agentes que Alves (2008) aponta a espessura do circuito sonoro, suas capacidades e limitações.

Com base na caracterização realizada no quadro 7, a abertura para a produção local no circuito FM de Curitiba é quase nula. Notam-se poucas rádios, com exceção a Educativa e a Rádio Bairro Novo. Tal situação soma-se as rádios que hoje centram sua programação e eventos para o público jovem, provenientes de cadeias nacionais ou regionais de artistas e músicos, utilizando de um grande leque de ferramentas publicitárias para atingir o público. Também é visível a intenção de grupos econômicos em ter propriedade em emissoras que focam suas transmissões em informações noticiosas (CBN e Band News), fortalecendo o que mencionamos no segundo capítulo sobre a formação dos oligopólios e sua relação com agências de informação nacionais e internacionais. No caso aqui levantado o grupo J. Malucelli. Uma característica geral não só de Curitiba, mas no Brasil, é o crescimento de grupos religiosos adquirindo e construindo emissoras com sentido quase exclusivo da promoção destas identidades. O circuito por assim dizer, não opera com uma ruptura entre o circuito inferior e circuito superior, no entanto ele não é linear e vai produzindo ao longo do espaço e do tempo desigualdades e diferenças.

Gêneros musicais, segmentos de mercado e repercussão espacial do Circuito FM de Curitiba	
Empresa/Rede/ Proprietário	Programação e Eventos
Rede Aleluia/ Igreja Universal do Reino de Deus (88,5)	<p>-Alguns conteúdos formatados via rede (Nacional) para público adulto e de baixa renda.</p> <p>-Pregações e programação musical gospel.</p> <p>-Relação com eventos religiosos no centro da cidade pela Igreja Universal do Reino de Deus.</p>
Rede CBN Notícias/ Sistema Globo de Rádio/ Grupo J. Malucelli (90,1)	<p>-Conteúdos formatados para a rede (estadual, Nacional) para público majoritariamente adulto.</p> <p>-Alto grau de publicidade do comércio da cidade e região metropolitana. Contém spots de informações do governo municipal e estadual</p>
Rede Fenix de Comunicação/ Radio Igreja Mundial FM (91,3)	<p>-Conteúdo para público adulto de baixa renda</p> <p>-Pregações e programação musical gospel</p> <p>-Realização de eventos da Igreja Mundial do Poder de Deus em sua sede no centro da cidade.</p>
Rede de Radiodifusão Bíblica (92,3)	<p>-Conteúdo para público adulto de baixa renda</p> <p>-Pregações e programação musical gospel.</p> <p>-Divulgação de eventos religiosos em SP</p>
Rádio Mundo Livre/ Grupo Paranaense de Comunicação (93,9)	<p>-Programações Voltadas ao público com poder de consumo. Pequena abertura para produção de música local e independente. Contém spots de informações do governo municipal e estadual</p> <p>-Emissora trabalha com o slogan "uma atitude sonora" produzindo eventos em parceria com empresas de eventos da cidade e casas de shows, contando com agência de publicidade local, anúncio em revistas e jornais, mídia na rua, camisetas, folders e net marketing. Na maioria das vezes para público Jovem. Gêneros Pop, Rock, Alternativo.</p>
UniFM (rádio UFPR)/ Fundação Universidade Federal do Paraná (94,5)	<p>-Programação com informações da UFPR; Músicas internacionais e nacionais para o segmento jovem. Basicamente Rock e Pop.</p> <p>-Acompanha e cobre eventos institucionais da UFPR</p>
Rede Transamérica/ Transamérica Light (95,1)	<p>-Programação com conteúdos da rede transamérica, voltado para o segmento adulto e mais velho.</p> <p>-Rock 80's e 90's, pop, "flash back".</p> <p>-Promoção de eventos na cidade e região metropolitana voltados ao segmento de publico e gênero musical em parceria com agencias de publicidade e casas de shows.</p>
Rede Band News/ Grupo J. Malucelli (96,3)	<p>-Conteúdos formatados para a rede (Estadual, Nacional) para público majoritariamente adulto.</p> <p>-Alto grau de publicidade do comércio da cidade e região metropolitana. Contém spots de informações do governo municipal e estadual</p> <p>-Divulgação de eventos do gênero sertanejo, não informando parcerias.</p>
Rádio E-Paraná (97,1)	<p>-Rádio com spots de informações do governo municipal e estadual</p> <p>-Gênero musical Nacional (Samba, Bossa, Erudito, Rock, Pop) tocando grandes músicos. Abertura de espaço para produção local</p> <p>-Promotora e organizadora de eventos em equipamentos públicos do município.</p>
Rede Massa FM (97,7)	<p>-Rádio voltada ao segmento jovem e adulto, com programação musical sertaneja em sua grande maioria.</p> <p>-Programação articulada com eventos musicais na cidade em parcerias com agencias de publicidades</p> <p>-Programas da rede nacional de televisão SBT na programação.</p>

Rádio Bairro Novo (Nova FM) (98,3)	<ul style="list-style-type: none"> -Rádio voltada em grande parte ao segmento adulto tocando na maioria da programação o gênero musical sertanejo. Abrindo espaço para produções locais e independentes como também replicando produções nacionais de grandes gravadoras. -Com programas de cunho religioso, esportivo e informativo. -Rádio promotora e organizadora de eventos em estabelecimentos nas regiões do sítio cercado/bairro novo -Inserção de <i>spots</i> de informações do governo municipal.
98 FM/ Grupo Paranaense de Comunicação (98,9)	<ul style="list-style-type: none"> -Rádio voltada ao segmento jovem e adulto tocando praticamente o gênero musical sertanejo. -Rádio promotora e organizadora de eventos musicais sertanejos na cidade de Curitiba e demais cidades da região metropolitana.
Rádio Lumen FM/ Grupo Marista (99,5)	<ul style="list-style-type: none"> -Com o <i>slogan</i> "o melhor da musica nacional", gênero musical predominante (Samba, pop, Bossa Nova) -Voltada majoritariamente ao segmento adulto -Conteúdos formatados para a rede (Estadual, Nacional) para público majoritariamente adulto.
Rede Transamérica/ Rádio Transamérica (100,3)	<ul style="list-style-type: none"> -Alto grau de publicidade do comércio da cidade e região metropolitana.
Rádio Clube/ Grupo Marista/ Fundação Nossa Senhora do Rocio (101,5)	<ul style="list-style-type: none"> -Rádio majoritária voltada ao segmento jovem e adulto tocando praticamente o gênero musical sertanejo. -Promotora de eventos musicais sertanejos no Teatro Positivo
Rádio Caiobá/ Sistema integrado de Rádios (102,3)	<ul style="list-style-type: none"> -Rádio voltada ao segmento jovem e adulto tocando os gêneros samba, pagode, sertanejo. -Promotora de eventos musicais sertanejos, não informando parcerias.
Rede Jovem Pan/ Grupo RIC (103,9)	<ul style="list-style-type: none"> -Conteúdos e Programas formatados via rede (Nacional). -Programações Voltadas ao público com poder relevante de consumo. Sem abertura para produção de música local. -Com parceria com empresas de eventos e agências de publicidade, promove eventos em casas de shows, em sua maioria das vezes de grupos e músicos de renome nacional e internacional. Gêneros Sertanejo e pop .
Rádio Ouro Verde FM/ Sistema Integrado de Rádios (105,5)	<ul style="list-style-type: none"> -Rádio voltada ao segmento adulto , tocando pop, gospel -Programação com conteúdos religiosos, como testemunhos e leituras bíblicas.
Rádio Novo Tempo/ Sistema Adventista de Comunicação (106,5)	<ul style="list-style-type: none"> -Conteúdos de programação formatados para a rede (Nacional) para público majoritariamente adulto. -Música gospel -Pregação, testemunhos e orientações de estudos bíblicos.

Quadro 7 . Caracterização do Circuito FM

Fonte: Trabalho de campo de informação primária.

Organização: FEDEL(2016)

A gestão corporativa do território como colocada por Corrêa (1992), é a face dessas desigualdades políticas e econômicas. Realizada através de práticas espaciais de grupos e empresas, a gestão do território na cidade de Curitiba pelo circuito FM é fundamentalmente construída através da difusão de um repertório de músicas e informações, que em sua maioria são formatados em rede em uma escala mais ampla (regional ou nacional) e que dinamizam eventos e conformam segmentos de públicos consumidores dos produtos materiais e imateriais. Essa gestão do território pode ser concebida como "[...] práticas que visam, no plano imediato, ao controle da organização espacial " (CORRÊA, 1992. p.115). Ela aqui

nesta análise opera na segmentação do público e na seletividade de suas ações, produzindo o espaço urbano.

Desta caracterização, a Rádio Bairro Novo, localizada na porção sul de Curitiba é a única atualmente com a concessão de Rádio Comunitária e que realiza suas transmissões. Desse modo, procurando refletir sobre a história, sobre as práticas espaciais e as trajetórias de seus sujeitos integrantes, fez-se muito importante compreender a maneira que é produzida a comunicação e qual sua relação com as escalas geográficas presentes em seu cotidiano.

4.3 Bairro Novo: Radiodifusão comunitária e a comunicação popular

Há uma divisão técnica e territorial do trabalho (SANTOS 2006), que envolve o circuito FM de Curitiba. Se, por um lado, em nosso trabalho de campo com o circuito FM comercial encontramos os estúdios e antenas condensados na área de maior altitude e de presença da classe média e alta da cidade, por outro, ao buscar as rádios comunitárias, encontra-se trabalhos acadêmicos, memórias de extintas rádios, relatos de antigos locutores e apenas um estúdio e sua pequena antena, na extremidade da porção sul em pleno funcionamento. Apesar de alguns locutores da Rádio Comunitária do Bairro Novo (Nova FM) já relatarem breves passagens em outras (até extintas) rádios comerciais e rádios comunitárias, nota-se grandes diferenças e semelhanças no cotidiano da realização desta comunicação.

Ao dar seguimento a pesquisa e procurando um fio condutor da interpretação que não invisibilize os movimentos e as trajetórias espaciais e assim construir o fenômeno estudado em sua plenitude, procurou-se trabalhos acadêmicos, livros, relatos e sujeitos portadores de histórias sobre a constituição da Associação de Radiodifusão Comunitária Bairro Novo. Neste patamar da pesquisa, nos apoiamos ao que Marcelo Lopes de Souza (2013) distinguiu três critérios para melhor abordar a noção de bairros. Eles seriam, o conteúdo composicional, o conteúdo internacional e o simbólico. Para o autor eles auxiliam na identificação de “[...] características distintivas do bairro, entre a objetividade e a (inter)subjetividade” (p.152). A surpresa era que, na construção desse percurso, anteriormente a Rádio se constituir, a área foi (e ainda é) espaço de conflitos fundiários, constituindo um pano de fundo. Em nossas entradas à campo para o Bairro Novo e a Rádio Comunitária construiu-se

uma interpretação de uma relação escalar. Perceberam-se as diferenças e as multiplicidades dos sujeitos que produzem o lugar da rádio em relação ao espaço da vizinhança, do bairro e da administração regional.

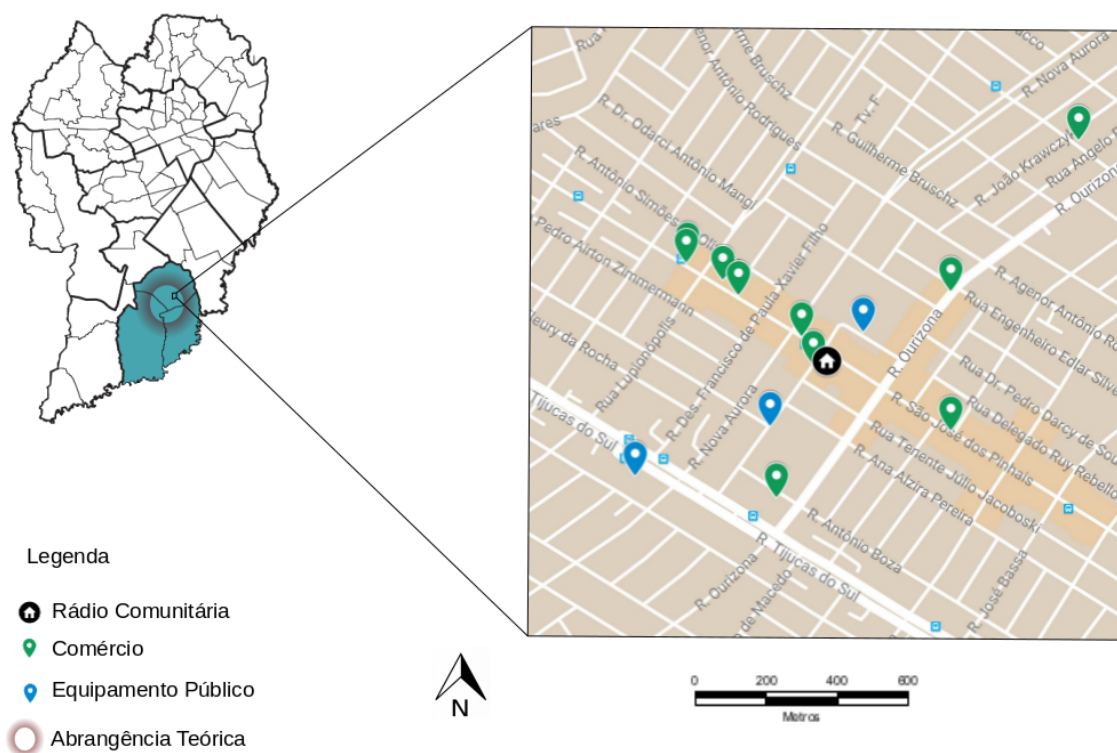
A rádio que teve sua origem em 2008, atualmente é composta por oito locutores e uma locutora, todos com programação fixa, um jornalista de bairro, parcerias com pequenas casas de shows, atividades de publicidade e articulação com o comércio da vizinhança além de promover trabalhadores do bairro com recados a todo o momento (ver Mapa 02). Ocasionalmente ela recebe a visita de vereadores, funcionários da prefeitura e também divulga propaganda institucional da municipalidade, com alertas sobre saúde, informes da rede de educação, entre outros pontos.



Figura 5. Entrada da Rádio Bairro Novo
Fonte: FEDEL (2015)

Alguns dos radialistas, que também são moradores dos bairros próximos, comentaram sobre a história da rádio, como é seu funcionamento e o histórico do bairro. “Antes, aqui era um terreno vazio e logo que a Cidade cresceu para esses lados, Pinheirinho [...] a prefeitura criou um projeto habitacional” (Entrevista com L. S., outubro de 2015). Para outro “[...] foi o povo das ocupações, o movimento de ocupação dos terrenos” e “logo em seguida quando os lotes das casas saíram foi

constituída a associação de moradores do Bairro Novo e Sítio Cercado, que faço parte” (Entrevista Com G., novembro de 2015). G., um dos diretores e fundadores da Rádio ainda comenta mais um pouco “Era a época que o Jornal do Bairro tinha mais circulação, hoje fazemos mais a versão digital. Ele (o jornal) ajudou a gente perceber que ter uma rádio aqui era fundamental”.



Elaboração e Cartografia André Fedel

Mapa 1. Localização da Rádio Bairro Novo e estabelecimentos parceiros
Organização: FEDEL (2017)

G. comenta que na época da implementação do Sítio Cercado-Bairro Novo, contribuiu na mobilização com a regularização da área, o que o fez ter uma posição privilegiada frente as organizações comunitárias. Ao perguntar como foi o processo de constituir a rádio comunitária ele vai disparando suas sentenças

Aqui tivemos que conversar com as igrejas, ninguém tem preconceito, vem os evangélico, vem os batista, os carismático, conversamos com todos e quem quiser pode ter seu programa [...] assim, tem no site do Ministério da Comunicação, o MC, daí procura

rádios comunitárias e tem todos documento que precisa mandar [...] Curitiba tem quatro rádios e tem mais de 300 pedidos e não sai [...] porque não sai as rádios? Porque tem os político que tem as rádios, os grandão, as rádios comerciais, onde eles ganham e não deixa os pequeno crescer [...] nós somos pequenos mais nós temos uma grande população na mão [...] imagina, nós somos em 310 rádios dentro do Paraná, nós temos nosso sindicato também, quando tem matéria importante a gente coloca no nosso site, e todo mundo fica sabendo [...] mas da rádio comunitária, não deixa nós cresce, não querem deixar. Nós crescemos junto [...] as rádios comerciais não deixa cresce, nós crescemos do outro lado da história, do lado do nosso povo, do povão mesmo e [...] como que monta uma rádio?

É assim nessa parte formal né [...] da associação assim, tem que ter diretoria. Antes éramos uma associação de bairro, normal. Ah vão pedi uma, então vai, pede. A gente pediu (concessão). Daí a gente pediu [...] aí falaram, olha, não dá. Não pode uma associação de moradores. É uma associação exclusivamente para a rádio.

Daí tivemos que mudar estatuto da associação e por: "rádio comunitária" Só isso. Mais nada. O objetivo qual é? difusão de ideias, da cultura. Cultura o que que é? Música essas coisas, idéias, você tem uma idéia de melhorar a vida do povo? então você vem. A gente abre um espaço pra você falar, não precisa pagar nada [...] Precisa pagar pra manter a rádio. Mas aí é quem? Ah, então eu quero uma hora pra fazer meu programa, do jeito que eu quiser, dentro das normas, então tu vai pagar um x, para manter a rádio, porque o sinal é de graça, mas, o aluguel que se paga, a luz, a água, os equipamentos, não é de graça, então [...] tá na lei que a gente tem o direito de arrecadar dinheiro para manter a rádio [...] Uma rádio igual essa aqui [...] entorno de 4.500 reais por mês ela gasta. E num pensa que é só comprar os equipamentos e deixar aí. Não [...] vira obsoleto cada ano. Tem que trocar. E o transmissor, quando dá um raio, as vezes já queima, mais 3, 4mil reais e se queimar o transmissor. Uma vez queimou tudo [...] até o [...] levou um choque. tivemos que trocar tudo. Foi 12 mil. Então eu já acabei de falar que pra montar uma rádio com 12 mil você monta. Monta [...] sim os equipamentos. Agora a torre, só a torre são mais ou menos 10 mil reais pra montar, daí aquela antena.. a torre é só essa armação de metal, a antena mesmo... é aquela que tá lá em cima que manda o sinal [...] então a antena também cada dois anos tem que trocar, mais 800 à mil reais. Tem umas antenas que você vê pela propaganda, mas tem que comprar uma específica. Pra mandar o 98,3, que é a nossa frequência. (Entrevista com G., Novembro, 2015).

Em sua fala, G. comenta a existência de outras rádios comunitárias em Curitiba, o que em nossa pesquisa bibliográfica já apontou recentes iniciativas na Cidade Industrial de Curitiba, no Jardim Esperança (Pinheirinho) e no Boqueirão. Em sua pesquisa, Aline Gonçalves (2007) relata que em pouco tempo estas rádios comunitárias foram sendo fechadas. No foco da investigação da autora estava a

relação entre os dirigentes e seus perfis políticos e assim ela identificou grandes relações com partidos políticos e atividades de assessoria para vereadores de governos da época. Também mencionou os conflitos e a grande repressão que estas iniciativas de 2004 a 2007 receberam da Polícia Federal e ANATEL, seja pela não adoção das normas impostas na legislação ou simplesmente pela denúncia feita contra elas.

O presidente da associação também mencionou os altos custos para manter o funcionamento físico da rádio e a grande dependência das instituições reguladoras para a efetivação da comunicação.



Figura 6. Transmissor homologado pela ANATEL de 25 watts da RBN
Fonte: FEDEL (2015)

Sobre a relação com as rádios comerciais o sentimento foi visível durante o tempo permanecido na rádio, onde constatamos a esperança de alguns locutores em galgar espaços de programação em outras emissoras como também uma forte reivindicação para com o respeito a prática de outra comunicação e de denúncia na situação que está a radiodifusão comunitária em Curitiba. Alguns se manifestaram “Aqui na RBN, o programa que faço que puxa audiência. Depois dele cai

novamente” (B., Locutor, março 2016). Outro faz a denúncia da realidade da rádio comunitária

[...] nós estamos exprimidos pelas duas grandes maiores famílias de comunicação da cidade. Entre a família cunha pereira, que detém a 98 FM e a família Massa que detém a Rádio Massa... nós estamos na 98,3 no meio das duas [...] (Entrevista com J., abril, 2016).

E depois manifesta sua prática como importante e pouco reconhecida

[...] porque eu saio daqui e vo pro centro. Eu vou vindo de ônibus a pauta que tá. Como eu falo: me tornei um ratão, aquele repórter ratão, de bairro e que fica fuçando. As vezes não sendo reconhecido pela grande mídia porque você acaba ficando né, um pouco isolado [...] mas a gente faz um trabalho, como é que fala, que é pão e água. A questão do jornalismo a gente sabe que é geral né [...] Mas é muito gratificante estar perto da comunidade, tá vindo a participação do bairro [...] porque hoje em dia o que acontece [...] as reportagens são muito de redação. O jornalista fica na redação e aí ele liga pro G. G. como é que tá aí no bairro novo? aí o G. fala: tá tudo bem, tudo tranquilo. Agora o jornalista saindo, as pessoas tão vindo como é que tá o bairro, como é que tá a limpeza a questão ali do ônibus né [...] e essa que é a grande bandeira que eu também optei, ser um repórter comunitário (Entrevista com J., abril, 2016).

Quando perguntamos a respeito das relações entre a rádio comunitária e o bairro, J. já aponta uma delas que é a proximidade destes agentes que produzem e circulam determinada comunicação que as vezes não é dada tamanha importância.

[...] por exemplo, a gente atendia os detentos por telefone, os parentes dos detentos aqui, e tinham algumas rádios na delegacia. Eles mandavam a mensagem e o rap.. porque o rap [...] o rap eles entendiam que é a cultura deles que falavam sobre o bairro deles sobre eles [...] a periferia ela vai ter mesmo hoje o sertanejo o rap, vai ter o funk né, tem que entender a vertente né, as vertentes culturais que acontece, mas eu falo dessa questão porque é importante pra gente e para todo mundo que está em volta da rádio que não se pode apenas tocar sertanejo ou gospel (Entrevista com J., abril de 2016).

Além da questão das informações jornalísticas do bairro, a produção e circulação cultural e o comércio são outros grandes pilares em que se é percebido

no cotidiano da rádio e sua relação com o bairro. Js. e L., locutores, em seus programas, articulam a vinda de duplas sertanejas, cantores, escritoras e agentes culturais do Bairro Novo.

Js., por exemplo, promove e organiza shows sertanejos em casas de shows das vilas e bairros próximos e estabelecimentos parceiros da rádio. Além de locutor é cantor e músico. Ele faz parte de uma dupla sertaneja há 21 anos. Para ele “A rádio me ajuda nesse trabalho, ao mesmo tempo em que meu trabalho ajuda na divulgação da rádio. A gente gosta de ver o poeirão subir, ainda mais agora nas juninas” (Entrevista com J., Junho de 2016)

Já C., G. e M. ao nosso perceber, estão mais ligados aos chamados “apoios culturais” com os comerciantes e trabalhadores autônomos. A tarefa não parece ser fácil, sendo necessária uma grande paciência, ocasionando desabafos nesse processo de firmar as parcerias. “[...] quando conseguimos algum apoio cultural, precisamos *carregar no colo* o comerciante” (Entrevista com M., janeiro de 2017). Para C., “Precisamos montar aqueles stands com equipamento de som e auxiliar o comércio na promoção dos seus produtos” (Entrevista com C., Janeiro de 2017). Suas práticas dentro da rádio além de seus programas estão no planejamento de ações publicitárias no bairro (para o bairro), por exemplo.

S., a única mulher do grupo, faz o programa intimista com o ouvinte, estabelecendo longos diálogos sobre temas cotidianos da casa, do bairro e de Curitiba. Com um toque romântico e com declarações de amor no meio de sua programação, é a única pessoa do grupo que percebemos envolver o público feminino. Para ela, “[...] a rádio precisa se mostrar ao lado do ouvinte, não podemos estar na frente.”.



Figura 7. Locutores no estúdio da Rádio.

Fonte: FEDEL (2015)

No geral, todos parecem fazer um pouco de tudo na rádio e praticamente não há nenhum retorno financeiro direto pela atividade que a associação realiza, somente quando alguns dos locutores se utilizam da rádio para intermediar outros trabalhos. O que nos faz concordar que tais percepções sobre a rádio, seus proponentes, o cotidiano e as trajetórias e práticas espaciais visualizadas, vem ao encontro o que Ângelo Serpa (2011) caracterizou na relação entre lugar e mídia.

Para o autor, as rádios comunitárias e livres, através do falar e do agir das pessoas que as constroem, potencialmente se constituem como lugares da produção da solidariedade e do acontecer político e cultural (SERPA, 2011). Suas trajetórias diferentes e suas aspirações entre o individual e o coletivo favorecem a fabricação de lugares.

Ao iniciar a caminhada pelas ruas da vizinhança e do bairro novo, munido de fichas de campo para orientar conversas, ouvido atento aos dizeres dos moradores

e olhares para o percebido, algumas considerações são necessárias se fazer. Percorreu-se num raio de aproximadamente 500 metros por estabelecimentos comerciais como *lan houses*, distribuidoras de bebidas, restaurantes e lanchonetes, lojas de comércio de vestuário, bem como cabeleireiros, mercados e oficinas de manutenção mecânica e elétrica industrial e automobilística, principalmente na avenida São José dos Pinhais e suas transversais. Nesta vizinhança, estabelecemos conversas com os trabalhadores e trabalhadoras destes estabelecimentos, bem como com os representantes destes comércios, assim como conversamos com alguns moradores.

A respeito deste espaço percorrido no bairro, há majoritariamente um conhecimento geral pela Rádio Comunitária, poucos não sabem onde ela fica e muitos sabem e já inclusive estiveram no estúdio dando entrevistas, pedindo músicas ou firmando parcerias (apoio cultural) para promover seu comércio. Ao perguntar se atualmente tem ouvido a rádio, poucos demonstraram estar ouvindo, optando em ouvir outras rádios, como a Clube FM.

Percorreu-se, também no bairro, por algumas casas de moradores e o que se percebeu é que em grande parte destes, mulheres e homens de idade acima dos 45 anos, tem ou já tiveram fortes ligações com a rádio comunitária, seja pelo conteúdo transmitido por antigos locutores²⁷, pelas atividades realizadas pela rádio ou, pela figura do antigo presidente da rádio, G.

M, sobre o público ouvinte da rádio acrescenta “O povo tá tudo no whatsapp e no facebook, então temos que alcançá-los lá também!”. O atual presidente e filho de G. disse que antes de assumir a diretoria da rádio já foi conselheiro tutelar do bairro e essa experiência lhe deu capacidade de lidar com o público e de realizar conversas sérias sobre a gestão da rádio.

Nosso bairro é carente de cultura. Aqui, como somos vistos só em época de eleições, a cultura poderia ser bem mais investida, e qualquer corte em gastos, a cultura é a primeira a diminuir. Quando temos oportunidade, realizamos parcerias com a administração regional em atividades culturais. Nós sempre replicamos alguma notícia ou informe na área da cultura, da saúde e da educação, principalmente (Entrevista com M., dezembro 2016).

²⁷ Nas conversações com moradores, lembranças de atuais locutores-pastores que hoje estão em rádios comerciais-evangélicas do circuito FM de Curitiba que passaram pela Rádio Bairro Novo.

Notando determinadas carências de interpretação do próprio bairro, sua configuração, como também na relação da rádio com o bairro, voltamo-nos aos estudos e ao trabalho de campo por outras vias. Procuramos por documentos, relatos e trabalhos por meio do Centro de documentação Maria Vallauri²⁸ e por meio de educadores que já trabalharam no apoio com movimentos populares e acompanharam a história de formação do que hoje se chama Bairro Novo.

Se o centro e a região norte estavam sendo alvos de intervenções urbanísticas para a promoção de uma determinada “qualidade de vida”, as extremidades oeste e sul da cidade haviam ganhado o status de regiões que mudariam a “face da economia urbana, assegurando o desenvolvimento da capital” (OLIVEIRA, 2000. p. 52), com a implantação da Cidade Industrial de Curitiba, as mudanças nas vias urbanas que ligavam estas regiões ao centro mudavam “em favor de um maior adensamento” (ibidem, p.53).

Segundo Silva (2014), esse adensamento era construído a partir de uma periferia autoconstruída, no período entre 1970 e final de 1980. Tendo como característica o “crescimento e a concentração das favelas, bem como da produção habitacional financiada pelo Estado no Município de Curitiba.” (p.232).

Esse período lembra Neves (2000), foi o período de maior expressão das associações de moradores. “Foram essas associações que desenvolveram uma expressiva resistência contra a repressão do poder público local devido às ocupações de áreas públicas e particulares” (p.60). O autor comenta as inúmeras situações de amedrontamento e expulsão de moradores para impedir o crescimento das favelas, para o IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) então realizar uma proposta de desfavelamento na cidade (NEVES, 2000).

Para o referido autor, “O início dessas associações se dá pela resistência e mobilização dos moradores para garantir a posse da área ocupada. Após essa organização, várias outras áreas são ocupadas” (ibidem, p.65). Esse é o contexto da organização Xapinhal (Organização das Associações de Moradores do Xaxim, Pinheirinho e Boqueirão) e que em nosso trabalho de campo foi de grande importância, pois foi a partir dela que construímos uma interpretação de contraponto

²⁸ O Centro de documentação Maria Vallauri é uma biblioteca popular organizada pelo CEFURIA com uma grande quantidade de documentos sobre a história e formação de movimentos sociais e populares de Curitiba, Região e do Brasil <http://www.cefuria.org.br/cedoc-mara-vallauri/>.

ao discurso institucional proveniente do IPPUC, COHAB (Companhia de Habitação) e infelizmente de grande parte das pesquisas sobre a constituição da região sul²⁹.

Ao compreender minimamente esse conflito, partimos para a coleta de entrevistas e relatos de pessoas e organizações que construíram esse período de lutas pela moradia, procurando criar um elo entre esse processo de conflito e a proposta de constituir uma rádio comunitária. Encontramos A., educador, morador e ex-integrante da organização Xapinhal, que nos contou sob a perspectiva do movimento por moradia o cenário da questão habitacional. Brevemente ele comenta:

[...] a primeira luta nossa do Xapinhal começou em 1986 e a ocupação foi em 1988, final de 1988 [...] e depois da ocupação do Xapinhal nós esperávamos que a prefeitura de Curitiba nos desse mais credibilidade, topasse fazer um projeto de moradias populares junto com a gente [...] e a prefeitura não topou. Por isso em 91 ocupamos de volta [...] Foi daí que ocupamos 23 de agosto [...] E naquele ano além da nossa ocupação 23 de agosto aí houve a ocupação do Xapinhal, no dia 25 de dezembro. Do Jardim Natal, quer dizer [...] e ferrovia, campo cerrado e muitas outras [...] então em 1991 12 mil famílias ocuparam terras na cidade, foi aí que o Jaime Lerner chamou o movimento para conversar, aí é.. na conversa o que nós dissemos para ele: se tiver algum programa que atenda população de baixa renda, não aconteceria mais ocupação. Ninguém vai pra ocupação por achar bonito [...] e o que falta é programa para famílias de baixa renda e foi aí que ele decidiu desapropriar o Bairro Novo [...] foi 4 milhões e 500 mil metros quadrados. Um projeto de 20mil apartamentos e 10mil lotes. Isso atendeu num primeiro momento a demanda reprimida da população de baixa renda [...] por isso cessou as ocupações de Curitiba [...] Eu continuo dizendo, o movimento de moradia, final da década de 80, início da década de 90, criou um impacto muito grande no mercado imobiliário em Curitiba [...] Você imagina 12 mil famílias que ocupou terras, desocupando casas em que moravam (aluguel), depois um projeto com mais 30 mil unidades, num primeiro momento porque depois teve mais, isso então significa que foi jogado no mercado mais de 40 mil unidades, dentro de 2 anos mais ou menos né? [...] Então isso significa que deu impacto muito grande no mercado imobiliário em Curitiba [...] Eu defendo que isso foi do movimento de moradia em Curitiba, do movimento social que fez com que alterasse a correlação de forças na questão imobiliária em Curitiba (Entrevista com A., janeiro 2017).

²⁹ Com exceção das pessoas entrevistadas das associações de moradores que levam consigo a história da região em época de ocupação, suas dificuldades, estratégias e as conquistas hoje materializadas, poucos moradores(as) do bairro novo e região em nossos questionários de campo, ou ouvintes e comerciantes do Bairros que nutrem alguma relação com a Rádio Comunitária Bairro Novo relataram algum acontecido ou episódio histórico que remetesse ao período das ocupações na área.

Ao constatar, através do estudo de Albuquerque (2007) sobre a ausência da questão habitacional na produção da imagem de “cidade-modelo”, em relação ao Bairro Novo ela comenta com base nas fontes institucionais

Ao procurarmos registros oficiais do Projeto Sítio Cercado, também chamado Bairro Novo, encontramos, em relação à data de sua implantação, documentos que afirmam que a ocupação do Bairro Novo teve início no ano de 1989 (IPPUC) e outros documentos que colocam que o projeto foi concebido em 1990 (COHAB-CT). Por sua vez o projeto, chamado “Projeto Sítio Cercado” que define as diretrizes de ocupação da área que mais tarde será conhecida por Bairro Novo, é datado de junho de 1991. Consideramos esse projeto relevante na política habitacional de Curitiba porque ele se constitui na última grande intervenção do Município no setor da habitação desde a década de 1990. Após a implantação desse projeto, as ações da Prefeitura Municipal tenderam a se concentrar nos processos de urbanização e regularização fundiária e na promoção de loteamentos populares via parceria com a iniciativa privada (p.92).

A região deste novo projeto habitacional, era uma região ainda denominada pelo município como rural, o que corrobora com a mudança das diretrizes da instituição e também com a percepção de Madianita Silva (2014), que caracteriza que a produção de espaços informais de moradia no final da década de 1980 se faz no crescimento de domicílios juntamente com os setores de comércio e serviços, não mais nos entornos da cidade industrial. Criando assim sub-centros, com administrações regionais da prefeitura e um grau de autonomia e independência política.

Com o relato de A., que demonstra a complexidade e fragilidade do conflito, e sua posição enquanto um dos articuladores do movimento por moradia, buscamos em seguida famílias e pessoas que participam ainda das associações de moradores e estiveram presentes durante este processo de organização do movimento por moradia e das ações de ocupações (ver figura 8). Nossa inquietação pairava na maneira em que a organização do movimento realizava processos de comunicação, buscando dar visibilidade ao que mencionamos no terceiro capítulo, no que Regina Festa (1986) discutiu sobre os níveis da comunicação popular e de que maneira estas práticas espaciais conduziram as conquistas do movimento.

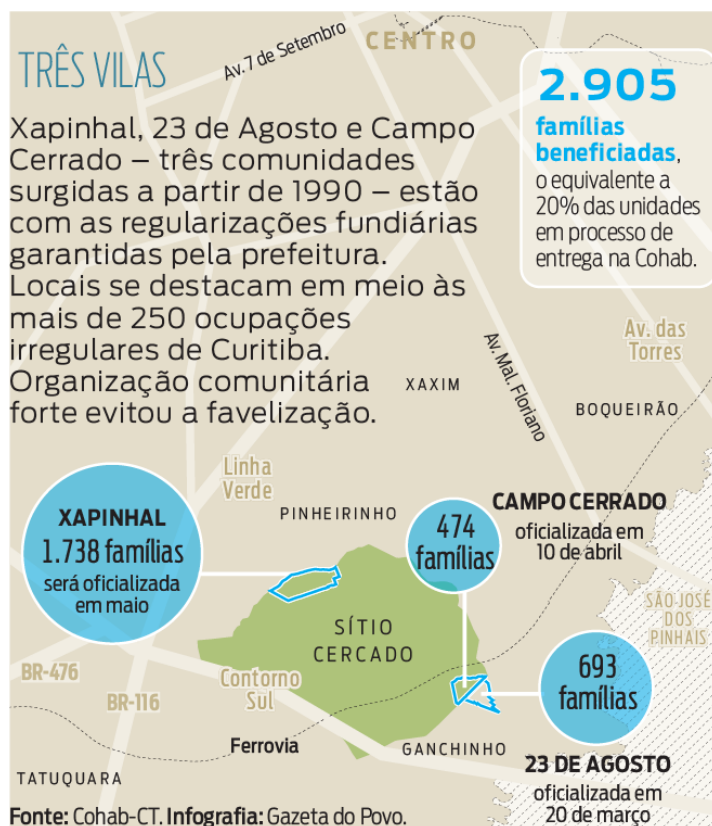


Figura 8. Trecho de notícia sobre a regularização das ocupações. Adaptado de Fernandes (2015).

Por intermédio de A., encontramos V. Na manhã do dia 04 de Fevereiro de 2017, percorremos até o Bairro Ganchinho, no Sítio Cercado/Bairro Novo para conversar com V., liderança do bairro, mãe e padreira de uma padaria comunitária da região. Ao me apresentar, comentei a maneira que cheguei a ela, através da pesquisa que venho fazendo sobre a comunicação e a questão da moradia, muito presente em Curitiba. Comentei sobre o A., que havia me passado o contato dela. V. puxou duas cadeiras na sala vazia da associação e então comentou que não havia participado de um movimento até sua vinda para Curitiba. A nossa conversa e o seu relato, de maneira simples, percorreu a história de vida dela paralelamente com a trajetória do movimento de moradia e da Associação 23 de Agosto.

Em São Paulo, na capital, onde morava na década de 1980, só havia água de poço e teve algumas vezes que alguns animais entravam no poço e ficavam lá. Morriam, apodreciam. A gente sentia o cheiro quando abria a nossa torneira, mas não conseguíamos tirar os animais mortos de lá. Eu tentava falar com o presidente da associação, para pedir para a SABESP a água encanada, mas ele

dizia que não havia jeito. Foi aí que eu sozinha fiz um abaixo assinado, a mão mesmo, e fui passando de casa em casa. Juntei e enviei para a SABESP (empresa pública de saneamento de SP). Não demorou muito e eles me retornaram falando que já conheciam a realidade e os casos de intoxicação e doenças. Eles fizeram um estudo e começaram a implantar a rede de água para o bairro lá. Essa foi a minha primeira experiência de fazer um movimento. Quando me mudei para Curitiba, morava no Bairro Xaxim. Morava de aluguel. Nossa maior preocupação era pagar o aluguel. Depois de pagar gente via como conseguir comida e as outras coisas. Foi na Paróquia de São Pedro que tomei conhecimento da organização Xapinhal e da luta já começada pelo pessoal e pelo apoio da Paróquia, do CEFURIA, das pastorais e das CEB's. A gente foi convidado por uma amiga e eu de primeiro achei que ia dar em nada. Mas ela me provocou: “- ou você participa das reuniões, e isso demora, ou você continua a pagar o aluguel e fica parada”. Aí eu comecei a participar das reuniões (risos). (Entrevista com V., Fevereiro, 2017)

Compreendendo os níveis da comunicação popular no âmbito do movimento, nossa conversa se desenvolveu no sentido de dar visibilidade à maneira que foi construído o processo das ocupações. Para nós, compreender esse momento de formação desta prática é entender a maneira que a comunicação popular teve sua importância antes, durante e depois do ato propriamente dito.

As reuniões que se davam, era ou na sede do Xapinhal ou na Paróquia. Eram mensais no início. Com o aumento do pessoal, se tornaram quinzenais. Nesse momento demos início as comissões, onde cada grupo tinha algumas responsabilidades, uma comissão ficava sempre de olho nos jornais sobre as notícias de programas habitacionais, outro grupo tentava um diálogo com o prefeito, na época era o Lerner, ele era muito ruim, em nenhum momento recebeu a gente. E outro grupo começou a olhar terrenos e ver quais eram os proprietários. Na região aqui era bem plano e praticamente só tinha grama e aqueles matos rasinhos sabe? [...] Foi quando as reuniões começaram a ser semanais e só ia o povo que queria sair do aluguel, como eu. Estávamos em mais de 300 famílias. A gente já sabia que esperar do governo os programas de habitação para famílias de baixa renda não existiam, não ia vir. Foi então, um mês antes mais ou menos de 23 de agosto, o dia que a gente ocupou este terreno aqui que já tínhamos um comum acordo: Os representantes dos grupos e das famílias que não voltarem para suas casas porque naquele dia iria ocorrer a ocupação. Era o sinal. Eu tratei de ir à imobiliária e não renovar o contrato. As atendentes me alertaram que eu estava me arriscando, mas eu sabia que era um direito que eu estava buscando. (Entrevista com V., Fevereiro, 2017).

Pode-se visualizar que a prática organizativa no seio do movimento por moradia, só poderia existir se houvesse um aumento de comunicação e que os grupos ou comissões só poderiam ter êxito se soubessem o que deveria ser feito. Na fala de V. não está explícito, mas é perceptível que o aumento da periodicidade e de encontro das pessoas nos espaços relatados, demarca o interesse pelo objetivo comum. Esse movimento de cada família/pessoa tecia toda uma rede de solidariedade que é aos olhos das pessoas mais distantes, praticamente invisível. Essa rede era tecida na formalidade das reuniões, no encontro das comissões ou grupos de cada tema sobre o movimento discutido, formado e apresentado a percepção de cada pessoa como também na informalidade quando as famílias e pessoas contatavam e informavam outras pessoas sobre as ações que o movimento estavam tomando e assim agregando mais famílias. Nos dois exemplos, eram praticados grande parte dos fundamentos da educação popular, o principal era a denúncia da realidade e o anúncio de uma proposta coletiva (FREIRE, 1967).

Partindo para o processo da ocupação

Foi na madrugada do dia 23 de agosto que as famílias chegaram neste terreno. Já tinha sido previamente discutido da questão dos lotes, que seriam sorteados bem depois, e que o momento inicial era de muita atenção e união. Todas as famílias trouxeram materiais para a construção dos barracos. O terreno que ocupamos, parte era do CR Almeida e esse sujeito é demais de invocado. No início da manhã já apareceram tratores para derrubar nossos barracos [...] (pausa para respirar e um quase choro). Ficamos firmes, fizemos um cordão e os homens com os tratores tentavam nos convencer a sair da frente. Tivemos muita sorte porque tínhamos padres e o bispo daqui a época também foi lá interceder por todos nós [...] Depois que eles foram embora a gente começou a medir os lotes, colocar os piquetes né? [...] tinha um grupo que ficou de trazer os canos de água e aí fizemos 3 torneiras lá no topo pra pegar água, depois puxamos os canos para as casas. Dava o horário que o pessoal voltava do trabalho na minha casinha não caia nenhuma gota, porque todo mundo tava usando. Ainda era bem precário. A ligação de luz nas primeiras semanas foi difícil, porque sempre a COPEL cortava e a gente ia lá e religava, até um momento que eles desistiram. Dessas partes eu só te falo o que eu via, porque não participei, foram mais outras pessoas, mas o que tivemos como trabalho era a cozinha comunitária e a creche comunitária [...] Tinha muita criança, a linha de ônibus terminava uns 3 km daqui, então tinha que ir andando. Daí a gente começava a pressionar para ter asfalto e linha de ônibus até aqui. Demorou, mas conseguimos. (Entrevista com V., Fevereiro, 2017).

Por fim, ela arremata:

O Bairro Novo, ou o projeto Sítio Cercado, foi inspirado aqui no 23 de agosto, que agora chama Ganchinho, e na ocupação do Xapinhal, apesar de eles não terem dado a referência. Nossa vila e associação continuam sendo chamada de 23 de agosto, o nosso dia. (Entrevista com V., Fevereiro, 2017).

Ao relatar essa outra etapa do movimento por moradia que era a pressão popular cobrando pela infraestrutura básica, V. comenta a inserção de representantes do movimento em conselhos, como o conselho tutelar, fazendo com que sua trajetória cruzasse com a trajetória de M., um dos diretores da Rádio Comunitária Bairro Novo e filho de G.

V. comenta que a sua entrada ao conselho tutelar se deu pela saída de M. Segundo ela, M. não estava realizando as atividades de um conselheiro tutelar e faltava nos dias mais importantes para acompanhamento de casos de violência doméstica de crianças que no bairro estavam sofrendo, por exemplo. Ao perguntar para V. sobre seu conhecimento de M., G.e a Rádio Comunitária, ela comenta que não só os dois, mas outros parentes da família já foram beneficiados pela prefeitura e a administração da regional do Bairro Novo, com cargos comissionados e privilégios.

Quando conversamos com A. sobre qual a relação do movimento por moradia com a Rádio Bairro Novo e seus locutores, ele logo se recordou de G.

[...] o G. sempre teve em torno do movimento.. mas aquela liderança que esta sempre próxima do poder... ele sempre esteve do lado de quem esta no poder [...] Não é uma pessoa que tem uma posição ao lado do trabalhador [...] sempre tentou tirar proveito. Tinha o jornal do bairro, depois a rádio [...] e sempre teve nesse campo, sabe? (Entrevista com A. G., Janeiro 2017).

Somando tais considerações com nossa observação no cotidiano da rádio, parecem ficar visíveis algumas relações assimétricas estabelecidas. Ao questionar sobre quando acontecem às reuniões, alguns locutores relataram que não há reuniões e sim conversas em momentos antes e depois de cada programa ou em outras oportunidades. Já M., afirma ter reuniões e que alguns locutores não aparecem, pois para ele:

[...] são pessoas que não se fixam, uma semana estão aqui, outra semana não, daí voltam [...] com essas pessoas fica difícil contar. Eles não entendem quando apresentamos as contas da rádio e falamos que cada um tem que colaborar com 300, 400 reais, sabe? Tem internet, tem o site, tem pessoas que deixam a rádio online, no ar, tem água, luz, sem contar as multas, sanções e custos que o Ministério das Comunicações já enviou para nós. (Entrevista com M., Janeiro 2017).

Compreendendo os níveis da comunicação popular, que se dão no âmbito dos movimentos populares, as realidades das associações de moradores e a constituição de veículos de informações com objetivo de envolver e alcançar essa população, a escala da comunidade que pretensamente a rádio comunitária Bairro Novo se insere/constrói, está imbricada em, no mínimo, outras cinco escalas que se pode conceber enquanto espaços de conflitos e de produção intensa de política cotidiana: primeiramente a escala da rádio comunitária, onde é o lugar privilegiado de produção (e/ou de elucubração) de alternativas políticas, culturais e sociais entre seus integrantes. Aqui encontramos uma grande potencialidade no falar e no agir de cada entrevistado, no entanto os conflitos aqui são mais invisíveis e o exercício de poder pode esvaziar a escala ou deixá-la inerte. A escala da vizinhança e a escala do bairro são espaços produzidos onde os conflitos que estão latentes na escala interna da rádio parecem vir a tona, ou seja, é onde o projeto individual de cada um tenta se sobrepor ao projeto do outro e a figura do presidente ou da diretoria se sobrepõem aos demais. Também é a escala onde a solidariedade e a multiplicidade podem ser mais bem percebidas, através das articulações e das práticas de outra comunicação. A dinâmica ascendente de informações, a participação de ouvintes ativos na programação, os movimentos de músicos locais e os movimentos de outros agentes. Todos estes elementos introduzem um movimento de constituição de uma identidade do bairro, marcando um elemento espacial de apropriação, no sentido simbólico e físico. No entanto, ao mesmo tempo em que essas duas escalas dialogam entre - si e com a escala da rádio comunitária, a realidade de cada entrevistado, cada morador ou trabalhador da vizinhança que estabelecemos conversações, sobre o bairro e sobre seu cotidiano a preocupação esta na sobrevivência financeira de cada um e também na atmosfera de violência, crimes e

medo que é construído nas periferias. A isso muitos caracterizam como fragmentação ou alienação. Em especial ao bairro e a vizinhança, Souza (2014) conceitua como a “[...] nítida fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade, a atomização dos indivíduos, o declínio ou abandono dos espaços públicos e o refúgio n[a] vida privada”. (p.158-159). Nota-se, assim como bem observou Nola Gamalho e Álvaro Heidrich (2006) no espaço privado (vida privada) é o lugar da intimidade, da privacidade. E bem nesse lugar é que o diálogo sobre o espaço público parece sofrer dificuldades. Para os autores

As transmissões feitas pela mídia são realizadas no espaço privado, mas tem como finalidade à abrangência pública. Em contrapartida, o público tornou-se privado, porque a notícia que tem caráter de ser pública tem sua recepção no espaço privado, o lar. O que deveria ser coletivo tornou-se individual devido à separação entre a comunicação e a ação política, pois o indivíduo politicamente ativo tornou-se um receptor passivo. Neste contexto, a mídia torna-se a mediadora da informação, não sendo mais necessária a presença física dos sujeitos para dar conotação de cenário público. (GAMALHO ; HEIDRICH, 2006. p.167).

Parte do processo de alienação, caracterizado pelo monopólio e manipulação das informações contribuem grandiosamente na transformação do cidadão em espectador. Tal capacidade de selecionar moldar e dirigir informação é instrumento de poder. Linguagem, uso do lúdico, do emocional, de códigos sociais são elementos deste instrumento. O possível rompimento dessa fragmentação/alienação é perceptível na escala da regional, da administração regional, ou da região, onde o conflito e a convivência com o poder público é mediada somente em épocas de campanhas provenientes da prefeitura. De um lado a rádio comunitária apóia e promove atividades públicas para a diversidade dos segmentos populacionais em equipamentos públicos quando a parceria é estabelecida, no entanto essa parceria é fragilizada ou é posta em troca com favores políticos com os dirigentes e locutores da rádio.

4.4 Bairro Centro: Radiodifusão livre, comunicação popular e práticas insurgentes

A seguir, inscrevem-se relatos a partir da pesquisa de campo conjuntamente com as ações desenvolvidas com um grupo de jovens e seus percursos na constituição de uma rádio livre. Destaca-se que foi uma infinidade de atividades culturais, oficinas, debates, reuniões e conversas neste percurso. Buscou-se nestes relatos demonstrar o movimento, ou seja, as trajetórias e as práticas espaciais dos sujeitos integrantes da Rádio. De forma paralela, ao mesmo tempo em que estes movimentos ganham visibilidade, construindo redes espaciais e consolidando uma territorialização em sentido estrito e amplo (SOUZA, 2013), conflitos escalares surgiram, no sentido de interromper e dificultar estas práticas.

Operacionalmente, optamos em fazer um recorte temporal a partir das recentes práticas corporativas de reestruturação urbana no centro da cidade, como pano de fundo, provenientes de uma parceria público-privada, que possuem influências diretas sobre a população jovem, bem como as recentes mobilizações desta última, das quais aprofundaremos a seguir com base nas memórias, em documentos e ações dos sujeitos até o tempo presente da escrita deste trabalho. Pode-se dizer que a pesquisa de campo se desenvolveu em dois momentos. O primeiro momento de pesquisa participante onde se acompanhou um coletivo de jovens comunicadores de Curitiba, em suas experiências cotidianas, conquistas e perdas em relação ao espaço público e o espaço urbano e a relação com o direito à cidade e o direito a comunicação e livre manifestação. Na realização das atividades e a construção identitária do coletivo, uma comunicação popular pôde ser vista sendo gestada do interior do coletivo para o exterior quando práticas espaciais envolveram outros grupos sociais e organizações políticas em temas comuns. Neste processo, o segundo momento da pesquisa teve início. Realizou-se pesquisa-ação com a organização de um programa semanal intitulado “La Cidade”, com a promoção de uma comunicação popular, aproximando e aumentando os diálogos entre movimentos sociais e o coletivo em formação. Neste processo, oficinas e atividades aconteciam em paralelo com os primeiros sinais de conflitos. A posição do pesquisador ora foi enquanto um observador, ora enquanto um sujeito participante

do processo. Acredita-se que estas distintas posições auxiliaram o processo de pesquisa e de apoio ao fenômeno estudado.

A Rádio Gralha é uma rádio livre originária de 2013. Ela é gerida por um coletivo de comunicação composto majoritariamente por jovens de diversas regiões da cidade de Curitiba e região metropolitana. Suas práticas se deram durante muito tempo no centro da cidade, onde no ápice do estudo realizado observou-se a conquista de um espaço físico no prédio do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPR. Este período se caracterizou ao mesmo tempo como de grande visibilidade para a juventude em aspectos de articulação como também de repressão. A grande motivação da construção deste projeto de mídia livre baseava-se em possibilitar o acesso de grupos marginalizados à um espaço e um meio de comunicação, bem como emergir discussões de temas que o coletivo julga importante e que são invisibilizados pela mídia tradicional. Após a expulsão do coletivo e o fechamento do prédio, algumas práticas tiveram fim, como a transmissão via FM e a produção de debates, no entanto outras tiveram continuidade. Nessa história, as trajetórias individuais e do coletivo demonstram a elaboração de práticas espaciais pertinentes na produção de um espaço propício a este grupo social, que foi ao longo do tempo se ampliando e diversificando-se. Busca-se apresentar e realizar uma reflexão sobre os antecedentes, trajetórias coletivas e práticas espaciais, os conflitos e por fim a atualidade que contextualiza o fenômeno.

Em anos anteriores e principalmente no Centro da cidade, o governo municipal em conjunto com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), IPPUC e Associação Comercial do Paraná (ACP) já haviam iniciado processos de “revitalização” no chamado “centro histórico” e imediações, como é o caso das ruas Marechal Deodoro, Praça Tiradentes, Paço da Liberdade e mais recentemente nas ruas São Francisco e Riachuelo. O chamado “centro vivo”, segundo seus organizadores:

[...] será o primeiro passo do Movimento Pró-UFPR, lançado nesta segunda-feira (13), na cidade. A iniciativa prevê a realização de vários projetos em prol da UFPR e a criação de um corredor cultural no trecho da Rua XV de Novembro que vai até o Teatro da Reitoria da universidade. O movimento tem o apoio do Sistema Fecomércio/

SESC/ SENAC – Paraná e da Associação Comercial do Paraná (ACP). (ACP, 2011).

Estas políticas de especulação imobiliária que atualmente tem ganhado maior destaque, novamente com um discurso modernista, entram constantemente em conflito com as práticas das populações marginalizadas, que há tempos vem habitando o centro da cidade de Curitiba. Ermínia Maricato (2013) delinea sobre esse conflito uma lógica às vezes invisível, mas perceptível nas épocas de eleições que relaciona a legislação urbana, as obras de infraestrutura, os serviços públicos e o financiamento das campanhas eleitorais. Tal lógica se concretiza quando os agentes hegemônicos de produção do espaço urbano decidem investir seus rendimentos em áreas centrais, ou com grande fluxo de pessoas, caracterizadas pela concentração de equipamentos públicos, infraestrutura, mobilidade facilitada e comércio diversificado.

Omar Akel, administrador da regional Matriz-Centro por parte da Prefeitura, afirmou que essa área está sendo objeto dessa reestruturação. O irmão do reitor da UFPR, Zaki Akel, disse em entrevista ao jornal Gazeta do Povo que esse projeto visa a “moralização” e “domesticação” da área. Segundo o arquiteto, que é responsável pela revitalização da R. Riachuelo e S. Francisco, será devolvido a essa região o conceito de “centro histórico de cidade civilizada”. Mas, para realizar essa “domesticação” é ressaltado o aumento da repressão policial na área: além de mais câmeras de segurança, Akel afirmou que vai iniciar a ter maior presença policial. Uma verdadeira política higienista. (CAMPAGNARO, 2011. p.1).

A região em questão é frequente e massivamente habitada pela juventude da cidade e região metropolitana, seja pela concentração de estabelecimentos (bares, casas de shows, centros culturais, etc.), seja pelos eventos promovidos para este segmento da população, seja pela proximidade com diversas instituições de ensino (escolas públicas, escolas particulares, universidades, faculdades, etc.), ou seja, pela facilidade de deslocamento (malha viária urbana, transporte público) e encontro da juventude de todas as regiões da cidade.

A Polícia Militar, atuando sempre em operações localizadas, a partir de 2011 iniciou um programa contínuo de vigilância e pesquisa no centro em parceria com outras instituições do Estado e do Município.

A partir de agora, o centro passa a ser “ocupado” pela Polícia Civil, Polícia Militar e Guarda Municipal, que garantirá a manutenção da segurança da população. Os postos base estão no Terminal Guadalupe, Praça Osório e Centro Histórico. Órgãos de fiscalização, como vigilância sanitária, urbanismo, Corpo de Bombeiros e Defesa Civil vão vistoriar e embargar estabelecimentos que comprometam a segurança. (PMPR, 2011).

As ações do Estado, das entidades comerciais e empresas iniciaram um processo de dispersão dessa juventude, através da vigilância, como também a partir de um discurso de combate ao tráfico, das dificuldades do comércio e apelo a preservação do patrimônio, reivindicando assim a presença da polícia militar e guarda municipal.

Soma-se tal processo de reestruturação com os sucessivos e recentes aumentos da tarifa de ônibus municipal e metropolitana, das quais motivaram um marco político: Junho de 2013. As manifestações promovidas por movimentos por moradia e pelo transporte público, principalmente, se deram em diversas cidades do Brasil e tinham como tônica a questão do direito à cidade. Em Curitiba, onde o Movimento Passe Livre (MPL) já havia se enraizado desde 2005 (BRANCALEONE, 2014), resultava na promoção de vários espaços de encontro, debate, formações e de ações diretas pela visibilidade da questão da tarifa de ônibus. Neste período de 2013, onde a gigantesca visibilidade para as manifestações foi ampliada pelas redes sociais na internet, algumas pessoas oriundas de outras experiências em coletivos de rádio livre fomentaram na cidade de Curitiba algumas rodas de conversa sobre a democratização da mídia e a constituição de uma rádio.

É a partir deste cenário que se iniciou a observação participante, acompanhando as reuniões do coletivo a se formar e, na medida do possível realizando algumas entrevistas a fundo para desvelar as trajetórias destes sujeitos para compor a produção do espaço urbano.

Ao início, este coletivo se fez com seis integrantes. Cinco dos seis integrantes iniciais são da região central da cidade, o que auxiliava a mobilidade e a facilidade de encontro. Apenas um residia na região sul da cidade, o que dificultava sua participação em alguns momentos.

Nos dois primeiros meses, o grande debate e discussão destes sujeitos foi da escrita de uma carta-manifesto³⁰ sobre “o porquê de uma rádio livre nessa cidade”, na fala de um deles. O contexto das manifestações de Junho ainda era marcante e a grande crítica de todos era sobre a leitura que os grandes meios de comunicação fizeram e fazem sobre a juventude que foi as ruas, principalmente sobre as ações que a juventude tomou nas ruas. No entanto a intenção era de convidar mais pessoas para as reuniões do coletivo que estava se formando. Neste decorrer de reuniões, os debates sobre este documento levantavam a formação e um pouco da vida de cada sujeito naqueles momentos, trazendo a reflexão de “se nós que pouco sabemos de rádio podemos construir um coletivo de comunicação e rádio, porque outras pessoas não?” (Fala de F. Integrante do coletivo).

Não somos profissionais, nem temos exigências quanto a especialização ou conhecimento técnico de seus participantes. Como um coletivo livre estamos abertos à participação de toda comunidade, tanto na programação quanto na gestão. A Rádio Galha não é neutra – está ao lado daqueles/as em movimento pela transformação social! – o que não deve ser confundido com a necessidade de manter-se imparcial no que tange a procedimentos jurídicos envolvendo indivíduos. Esperamos uma atitude construtiva e tolerante entre os/as participantes da Rádio. Afinal, queremos juntar forças, não lutar entre nós. (Manifesto do Coletivo Rádio Galha, Setembro 2013).

Com o documento escrito também se pensou no nome do coletivo. Pela identidade histórica e regional que a ave Galha tem na cidade e o imaginário de um animal com o poder de voar (alusão à liberdade plena), foi adotado o nome de Rádio Galha.

³⁰ <https://radiogalha.noblogs.org/post/2013/09/19/manifesto-gralhofonico-2/>



Figura 9. Primeiro Cartaz do Coletivo Rádio Gralha.
Fonte: radiogralha (2013)

As reuniões iniciais se deram no ambiente da UFPR (Universidade Federal do Paraná), percorreram outros espaço públicos do centro, casas, até chegarem às proximidades do prédio do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Neste momento começa a surgir novas pessoas nas reuniões do coletivo - resultado das divulgações via cartazes espalhados pela região central da cidade- entre essas pessoas, mulheres, músicos e MC's do movimento hip-hop da cidade. A partir desse momento discutia-se com maior intensidade três pontos: ocupar um espaço para o coletivo; construir ou comprar um transmissor FM e os equipamentos de som mínimos para se ter e aproximar demais pessoas interessadas.

Destaca-se que na relação entre o objetivo a ser alcançado pelo grupo e as demandas a serem realizadas para alcançar estes objetivos, alguns dos percursos provocaram os sujeitos a adotarem, não necessariamente nesta ordem, processos como: coleta de informações sobre os principais temas a serem discutidos, comparação das representações próprias, confrontando as percepções individuais e coletivas, a fim de resolver os problemas e dificuldades encontradas no cotidiano, produção de documentos facilitadores para novos participantes do processo e

balanço coletivo entre ações positivas e negativas acumuladas pelo grupo (THIOLLENT, 1998). Tais processos assim como afirma Neto (2003) condizem com a proposta política da pesquisa-ação de possibilitar e dar subsídios dos participantes da pesquisa tornarem-se sujeitos da própria história.

Com mais pessoas participando das reuniões, as necessidades individuais e coletivas em relação a uma rádio aumentavam e o coletivo acatou a proposta de uma divisão em comissões. Essas seriam a comissão técnica, que se responsabilizaria da construção de um transmissor FM e socializar os conhecimentos sobre esse processo; a comissão financeira, que ficaria responsável do arrecadado em atividades e festas e a comissão de comunicação. O interesse em dividir em comissões foi uma demanda de alguns dos integrantes do coletivo que nesse momento ficaram na comissão de comunicação, que já tinham iniciado um processo de entrar em contato com pessoas referências na cidade sobre temas importantes para realizar debates, começando a primeira onda de visibilidade do coletivo, tornando público alguns posicionamentos do coletivo e colocando transversalmente a questão da democratização da mídia como elemento importante.



Figura 10. Intervenção a partir de projeções.
Fonte: radiogralha (2013)

A comissão financeira, a respeito de angariar verba para construir ou comprar os equipamentos principais propôs a organização de uma festa. Após um mês de

discussão, com local decidido para a realização da festa, a discussão final era tematizá-la e aproximar pessoas por meio dela:

[...] quanto ao lance da festa em si, algumas ideias que surgiram: Transmissão da festa via web, interação via FM, temática traga sua demo para divulgar sua mensagem/música dentro da festa. Nisso trabalharemos o lance da turma levar um radinho, quem sabe estabelecer algum espaço para ficar tocando, como se fosse um lado B da festa, duas interações. Microfone aberto também foi sugerido. (Memória de reunião, novembro de 2013).

A comissão também elaborou uma campanha. Este foi um dos movimentos de legitimar a criação da rádio no espaço da Universidade. Semelhante a um abaixo assinado, realizado para centros acadêmicos e estudantes individualmente. Nesse momento o coletivo também realizou intervenções³¹ nas dependências de duas Universidades (UFPR e PUC), dando visibilidade a seus objetivos.

Com os fundos arrecadados na festa, pairava a discussão entre investir este dinheiro na compra ou na construção do transmissor:

Há um consenso inicial sobre o investimento do lucro da primeira festa (vai ficar entre 250, 300 reais, quando fechar a conta eu jogo os números certos pra galera entender). Pensamos em adquirir um mini-transmissor, o qual o L. encontrou para vender via China. (Memória da reunião, dezembro de 2013).

Tal 'consenso' divergiu um grupo de cinco pessoas de duas pessoas que pautava a construção de um transmissor 'popular', 'caseiro'. Essa divergência motivava o debate interno a partir dos estudos e das possibilidades que o coletivo entendia como reais. A construção de um entendimento da questão técnica foi algo permanente:

Queremos ver com todos aqui, qual vocês acreditam ser os próximos passos para a parte técnica de transmissão. Algumas sugestões são (as quais podem ser feitas em paralelo dependendo da disponibilidade do pessoal): Testar o micro-transmissor para entendermos certinho qual o alcance dele; Estudar e testar a possibilidade de aumentar o alcance do micro-transmissor (alterar

³¹ Uma destas intervenções foi realizada em conjunto com outro coletivo, podendo ser visualizada neste link: <https://vimeo.com/220524085>.

antena); Pensar na construção do zero de um transmissor maior; Estudar a ideia de usar repetidoras (fazer outros micro transmissores que captem o sinal de rádio e retransmitam, assim tendo transmissores de pequena potência com um alcance maior); Ver como enviar o sinal de um PC para o micro transmissor por rede sem fio (assim o transmissor não precisa ficar na mesma sala do PC); Ver questão de usar baterias para usar o transmissor em intervenções (qual bateria, autonomia, etc.). (Memória de reunião março de 2014).

Grande parte das discussões não se efetivavam imediatamente, apesar da ansiedade vinda de algumas pessoas do coletivo. Foi possível ver ao longo do tempo a questão da técnica, e principalmente a intenção de construir transmissores, ser latente desde o início do coletivo e o que só se tornou capaz em setembro de 2015.



Figura 11. Intervenção em paredes convidando pessoas para reuniões.
Fonte: radiogralha (2014)

As comissões haviam ficado, além das responsabilidades acordadas nas reuniões, com um trabalho invisível que em nossa observação é importante destacar: elas aproximavam outras pessoas com conhecimentos sobre o que os jovens procuravam construir e assim constituíram uma espécie de rede de apoio para suas demandas. Aos poucos essa rede ampliava-se, ampliando também

possibilidades. Nas reuniões, integrantes de movimentos populares como o MPL já realizavam convites para os comunicadores do criado coletivo para fortalecerem outros movimentos. Marcelo Lopes de Souza (2013) menciona que tal prática configura-se como a construção de redes espaciais, onde:

[...] a implementação de práticas multiescalares integrando várias ou mesmo muitas experiências de resistência local ou regional e seus respectivos territórios dissidentes. Uma integração permite que sejam alcançadas sinergias em matéria de visibilidade pública de demandas e protestos, de eficiência logística, de solidariedade pública e de ajuda mútua entre organizações e ativistas de vários lugares [...]. (p.254).

Alguns integrantes que concluíam seus cursos ou que estavam fazendo estágio em escolas pautavam nas reuniões algumas atividades de debate sobre a mídia e o ensino e assim o coletivo tinha suas primeiras atividades públicas de formação externa como aconteceu na escola José Guimarães onde foi feito uma oficina de construção de Fanzines e debate sobre a mídia.



Figura 12. Oficina de Mídia na Escola Estadual José Guimarães.
Fonte: radiogralha (2014)

Resultado dessa rede, a comissão técnica trouxe em algumas reuniões pessoas com conhecimento técnico de eletrônica que facilitaram várias dúvidas a respeito de, “[...] independentemente de for construir ou comprar um transmissor, o importante é escolher uma frequência que não fosse entrar em choque com as outras frequências das rádios [...]” (Memória de reunião do coletivo, março 2014) já instituídas no circuito FM da cidade, por exemplo.

Entretanto, o ganho político do coletivo foi ter iniciado um uso político de um pequeno espaço físico do prédio do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Ter um espaço físico, para trânsito de pessoas, estúdio para programadores e músicos, além de ambiente propício para debates e festas, transformou completamente o cotidiano do coletivo. Com o transmissor comprado e agora transmitindo pela frequência 106,1 FM, a programação que era pequena entre os integrantes e programadores no início, foi ampliando-se. Em abril de 2014, na primeira reunião já em espaço em uso do prédio do DCE, as propostas do coletivo mudaram sobremaneira. Foi o início de um período muito intenso de articulação e movimentos do coletivo e apoiadores.

[...] Sexta-feira rolou um debate sobre a legalização na rádio e foi um sucesso. Primeiro evento que ocorreu no nosso espaço próprio, o debate teve duração de quase duas horas e meia. Em clima de descontração, foram muitas as opiniões críticas e informações sobre o assunto. Fica nosso agradecimento aos membros da Marcha da Maconha e em especial ao M. , que nos deu algumas revistas Sem Semente. Manteremos um exemplar de cada edição na rádio e o resto rifaremos para tentar levantar caixa. (Memória de reunião, maio de 2014).

Pode-se perceber que a prática espacial de articulação das redes ainda continuava, agora com mais legitimidade, no entanto foi crescendo outra prática espacial no espaço produzido pelos novos integrantes que buscavam produzir seu programa de áudio na rádio. Aqui a produção do espaço pelas multiplicidades e diferenças de cada programador ou programadora revelava as diferentes trajetórias.

T. é uma delas. Estudante da UFPR, mas que pouco se identificava com os espaços estudantis. Soube da rádio no primeiro evento de debate, onde o tema era sobre a legalização da maconha.

[...] Percebi que a maioria eram homens, convidei algumas amigas e começamos a fazer um programa. Era mais por diversão, mas também para bater de frente com alguns caras que são muito machistas. Teve uma vez que um cara falou muita merda e então propomos um cine-debate com um filme sobre representação feminina na sociedade [...] acho que foi importante [...] depois fizemos alguns espaços de debates sobre mulheres e mídia com estudantes e isso foi massa [...] Tenho boas recordações desse tempo [...]. (Entrevista com T., Maio de 2016).

V. é outro. Não é estudante da UFPR, mas sempre circulava nas festas quando aconteciam. Quando soube da rádio:

[...] fui ver o que precisava para fazer programa e pra minha felicidade só precisava saber manusear o computador e não deixar queimar o transmissor (risos) [...] eu tinha um programa duas vezes na semana [...] convidava alguns amigos para ouvir e fazer junto. Às vezes na hora do meu programa era só eu no estúdio, outras vezes tinha muita gente, daí colocava as músicas a partir do gosto do pessoal que estava escutando ali [...]. (Entrevista com V. Fevereiro de 2017).

A quantidade de programadores foi crescendo e com isso também a possibilidade de ações maiores e mais contundentes, como grandes debates, oficinas e o acompanhamento de movimentos, a partir da produção de pequenos áudios-programas e vídeos-documentários. O coletivo em determinado momento criou uma referência na prática cotidiana da democratização direta da mídia.

Também crescia na região as batalhas promovidas pelo movimento hip-hop e assim alguns MC's como G., outro programador, conheceu a rádio gralha:

[...] eu comecei a colar aqui e eu vi que tem mais pessoas para conhecer, tem mais coisas pra fazer, tipo [...] mais útil tá ligado? e tipo eu me vi com muito mais potencial pela frente que acabava desperdiçando tá ligado? tipo isso que a radio gralha fez pra mim assim tá ligado? E essa oportunidade também de poder chegar e falar o que quiser pra galera ouvir ao vivo [...] daí já trouxe muitos para fazer um som ao vivo aqui [...] as vezes eu falo de alguns fatos ocorridos na cidade, mas na maioria das vezes eu faço um freestyle, uns improviso, umas música ao vivo com outros parceiros e tal e também claro, deixo sempre uma mensagem de paz [...] e assim, estamos numa galera, um diferente do outro, mesmo que tenha os mesmos ideais parecidos e tal, mas é uma galera que é diferente um do outro, cada um pensa de um jeito, age de um jeito e claro que uma treta, uma discussão, um empecilho ou outro sempre ocorre né [...] agora eu acho que a prioridade é continuar transmitindo, continuar fazendo, continuar dando voz para quem não tem e continuar sendo ouvido pela galera e poder falar o que é o que a gente pensa tá ligado? E tipo, acho que isso é prioridade na rádio, assim a gente tá sempre discutindo questões de crescimento social. Isso eu acho que é prioridade na rádio. (Entrevista com G. Janeiro de 2015).

Na fala de G. percebemos a construção das escalas, das quais a primeira é a escala da voz, do corpo, da pessoa. A retomada da palavra e com isso o exercício

difícil do diálogo foi ao ver a escala que mais demonstrou possibilidades de construir o espaço da rádio e assim a escala da rádio gralha. Ela possibilitou a legitimidade das trajetórias e movimentos, principalmente dos ouvintes. A radiodifusão livre é marcada pelos ouvintes ativos, aqueles que além de ouvirem a rádio, participam das atividades as quais a rádio proporciona, transformando alguns ouvintes em programadores na seqüência. Esta escala, da rádio, é para nós o espaço da multiplicidade, da política entre pares, como também entre os díspares. Do consenso como também do dissenso. Ela forma o entendimento do outro, da autonomia e do “falar com ação”. Nas reuniões e debates onde esse processo da multiplicidade acontecia com mais intensidade se formava integrantes da rádio que buscavam o passo além, que é o que G. citou acima, de *continuar dando voz a quem tem*.

Os relatos afirmam, também, uma produção do espaço a partir da prática da territorialização em sentido estrito. Para Souza (2013) ela se materializa na

Apropriação e controle do espaço por meio ou com a ajuda da presença física. A escala espacial é, via de regra, ‘nanoterritorial’, às vezes local, ou pelo menos é assim que as práticas insurgentes geralmente começam, fortemente enraizadas em lugares específicos [...] Quanto à escala temporal, as territorialidades insurgentes podem ser menos ou mais duradouras, menos ou mais efêmeras [...]. (p.251).

Essa prática, por um lado, é fortalecida pelas trajetórias espaciais que cada integrante traz consigo, produzindo um espaço relacional constituído pela diferença. No entanto, por outro lado, foi perceptível alguns conflitos internos na convivência cotidiana. Com o aumento de pessoas transitando o espaço físico, presenciou-se o conflito sobre os sumiços de dinheiro angariado em festas, que questionavam a responsabilidade com o espaço e com o projeto que estava sendo construído entre todos e todas presentes. Também foi latente um debate sobre a gestão do espaço físico e dos equipamentos pelos novos integrantes.

Pelo mesmo motivo que não podemos fazer a rádio na casa de alguém, por não poder abrir conta em banco ou mesmo deixar o dinheiro acessível a boa vontade das pessoas que passam pelo espaço. Esta não pode ser uma rádio para aqueles que estão podendo, temporariamente, participar dela. Esta deve ser uma rádio que resista ao tempo, como outras rádios pelo Brasil conseguiram.

Não aceitamos peleguismo, mas essa história de querer dar de herói não resulta muito além de um xadrez, capa de jornal. (memória de reunião, Junho de 2014).

[...] desde abril deixamos a porta da rádio aberta e só agora tivemos esse problema, a rádio é livre e o espaço é para todos e todas, por isso trancar a porta não é a solução. Mostra que nós não estamos conseguindo dialogar com as pessoas sobre o que é e o que pode ser uma rádio livre [...]. (memória reunião, junho de 2014).

[...] na verdade a atitude de trancarmos a porta e conceder chaves aos programadores vai refletir um passo de amadurecimento e comprometimento com o coletivo. Enquanto estiver programadores, a rádio vai estar aberta. Somente quando não estiver ninguém que o estúdio da rádio estará fechado [...]. (memória reunião, junho de 2014).

A partir de casos como esse, posturas iam sendo tomadas no dia-a-dia, com um maior e mais profundo debate, seguido de oficinas ou documentários e o convite a todos integrantes ao maior comprometimento foi elevando-se. Ao fim, decidiu-se trancar o estúdio e chaves foram entregues aos programadores e programadoras.

No decorrer das reuniões, das intervenções junto a movimentos e da realização de debates junto com outras organizações e movimentos sociais, principalmente movimentos urbanos e estudantis³², a questão da democratização direta da comunicação tornava-se mais visível. Isso alcançou outros espaços, como o espaço sindical e do movimento popular urbano da cidade de Curitiba. A programação vinha crescendo e a juventude não era mais o único grupo social a compor o coletivo.

É nesse contexto que se iniciou nossa pesquisa-ação com o programa La Cidade³³. Com uma observação participante de longa data, agora se partia para uma espécie de pesquisa aplicada em dois níveis: a nível interno, um mergulho profundo, enquanto membro do coletivo, realizando um programa e participando das reuniões com poder de fala. A nível externo, articulando para fora com outros coletivos, movimentos e organizações, no intuito de fortalecer objetivos do coletivo.

³² Grande parte dos debates foram gravados e fotografados e estão disponíveis na página do coletivo na plataforma facebook.

³³ Os programas foram quinzenais, apresentando temas organizados por mim e pelo Geógrafo Kauê Avanzi. Alguns deles foram gravados e podem ser escutados neste link: <https://lacidade.wordpress.com/>

Na elaboração dos programas, não nos preocupamos com a audiência que eles poderiam ter entre os ouvintes externos, mas sim com as pessoas que estavam no estúdio e participavam dos debates durante o programa. Organizávamos alguns dias antes, e na maioria das vezes tentávamos tematizar o programa, que tinha como eixo central a cidade ou a data mais próxima que estávamos passando (por ex: dia das crianças, eleições, dia da consciência negra).

A partir dos programas tomamos as seguintes posturas: adoção de apelidos ou codinomes; procuramos gravá-los e também conseguimos em algumas ocasiões convidar pessoas para auxiliarem no debate no programa. Percebemos que, assim como nós, a maioria dos programadores possuía uma dificuldade de manusear os equipamentos da rádio tendo um conhecimento técnico mínimo. Assim nas reuniões posteriores propomos algumas oficinas e debates internos do coletivo, que não havia há tempos, onde se discutiu também um banco de programas gravados da rádio³⁴. As oficinas compartilhavam tanto esse conhecimento entre as pessoas mais antigas e as mais novas, como também algumas funções internas do coletivo, como por exemplo, observar se o transmissor não está esquentando.



Figura 13. Oficina interna de instalação da rádio.
Fonte: FEDEL (2015)

³⁴ Foi iniciado em uma das oficinas internas a construção desse banco de áudios dos programas que podem ser ouvidos neste link: <https://archive.org/search.php?query=radio%20gralha>

Como dificuldade neste processo interno, destacamos a simultaneidade de atividades internas que acarretavam dificuldades geracionais no estabelecimento de diálogos entre a juventude e outros grupos sociais. Muitas vezes essas dificuldades aconteciam quando era combinada uma reunião de uma comissão para se tratar com algum apoiador externo alguma atividade e as pessoas da comissão não compareciam nessa reunião. Enxergou-se uma ausência de autoconfiança e que no momento em que o coletivo acordava tal responsabilidade, algumas não assumiam, mesmo sendo responsabilidades que elas mesmas anunciavam ter afinidade.

A nível externo ao final do ano de 2014, um integrante da Rádio Interferência, uma rádio livre do Rio de Janeiro, contatou o coletivo da Rádio Gralha e me convidou para o ESC (Espectro Sociedade e Comunicação), um evento onde as recentes pesquisas sobre a digitalização do rádio poderiam ser conhecidas e debatidas, bem como seria oportunizado um encontro entre rádios livres. Por muita sorte conseguimos com que a organização do evento disponibilizasse as passagens para o RJ e assim fomos. ML produziu um relato para a reunião do coletivo sobre o encontro, que reproduzo abaixo:

[...] organizado pelo Pontão de Cultura da Escola de Comunicação da UFRJ e que foi um pano de fundo acadêmico para o encontro de Rádios Livres [...] teve como principal ponto articular as rádios livres em torno da digitalização do rádio, mas antes é importante dizer o que é rádio livre. Rádio livre é democratizar a comunicação por meio da ação direta. Levantar uma antena, ligar um transmissor e sair difundido música e informação que você nunca ouviria em qualquer outro tipo de estação. Ah, então é rádio pirata? É e não é. O nome pirata é legal, mas como diz uma frase clássica do movimento de rádios livres, "piratas são eles que estão atrás do ouro". Eles, é claro, são os barões da mídia tradicional. As rádios comerciais, institucionais e piratas (vide a Rádio Kiss que transmite no RJ sem concessão) estão todos atrás de recursos para se manter e se preservar. A rádio livre é uma iniciativa kamikaze, que se expõe às represálias da repressão levantando a bandeira da mídia livre, popular, horizontal e autogestionada. Existem várias espalhadas pelo Brasil, ocupando espaços públicos de universidades e outros locais ociosos com seus estúdios e ideias incendiárias.[...] troquei várias ideias com o pessoal que estava no ESC que não tinha conseguido conversar ainda. Foi quando me liguei que só tinha um cara lá que era oriundo do jornalismo. Todas as outras pessoas vinham de outras áreas. Antropologia, serviço social, rádio e TV, informática, eletrônica, tinha de tudo. Mas do jornalismo só eu e outro cara, que acho que nem atua na profissão. Percebi o abismo que existe entre os comunicadores "sociais" e quem faz alguma coisa pela

democratização da mídia. Mas gosto que o jornalismo tradicional esteja em crise, numa situação de puro colapso. Esse sistema de financiamento deles foi quebrado pelas novas mídias e eles estão num terreno tão incerto quanto nós, comunicadores que pretendem criar uma nova forma de fazer o jornalismo [...] o pessoal da Rádio Muda também estava, levantando as recentes ações ostensivas da Polícia Federal no campus da UNICAMP em conjunto com a guarda universitária [...] consegui trocar uma ideia com um representante da Bronka, uma rádio livre espanhola. Fiquei sabendo que lá o movimento é muito mais organizado. Na região autônoma da Cataluña, onde a rádio transmite, a autogestão faz parte da cultura local. Ele me falou que quando eles vão fazer uma reunião lá, eles se afastam "disso aqui", disse apontando pra festa. Lá eles se reúnem numa casa no meio do mato e ficam 2, 3 dias em reuniões técnicas, táticas e políticas. Sem a parte técnica consolidada, com gente que saiba consertar os equipamentos, uma rádio acaba em pouco tempo. E essa é a dolorosa realidade das rádios livres no Brasil, onde uma ou duas pessoas manjam da técnica e carregam toda essa demanda nas costas. Quando elas saem, não se sabe o que fazer. Finalizando, tirando a pauta da radio digital, os temas maiores debatidos foi o pessoal do RJ que está organizando um servidor para não depender somente do saravá ou de servidores capitalistas, e a PLIP (lei de mídia democrática) para tomarmos uma posição enquanto rádios livres. Representantes da AMARC Brasil já fizeram uma avaliação, mas nós enquanto rádios livres ainda não sentamos para ler com calma o projeto de lei. (Relato ML, novembro 2014).

Nessa mesma reunião, onde havia muitas novidades sobre o movimento das rádios livres e sobre uma rede de apoio que estava se estabelecendo, soubemos que em um dos saraus, a polícia apareceu e fez o DJ assinar o artigo 42 de perturbação do sossego. Neste mesmo final de semana, outros fatos aconteciam nas imediações do centro e que aumentavam a preocupação do coletivo.

[...] a polícia tem feito na São Francisco, ali perto da Riachuelo e em toda região do largo da ordem, um cerco contra a gente que vai tomar uma cerveja e encontrar o pessoal e mandar uns free-style [...]. (Memória de reunião, novembro de 2014).

No início de 2015, a programação chegou ao patamar de trinta programas periódicos e reuniões de grade com mais de vinte pessoas presentes (ver figura 14). O estúdio estava com uma circulação alta de pessoas. Esse aumento de programação e de circulação de pessoas de início foi encarado pelo coletivo como reconhecimento do espaço e das atividades realizadas.

PROGRAMAÇÃO SEMANAL GRALHA						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
14:00 ERVA DOCE	14:00 ADUBANDO O PINHÃO	14:00 O MANGUE	12:00 SOOOUL POWER	14:00 JAZZY	16:00 LUSOFONIA	15:00 PAPO PÓS-MODERNO
17:00 EL QUINTO	16:20 CANNABIS NEWS	15:00 NEANDERTOWN	16:20 ESTILO LIVRE	16:20 NEADERTOWN	17:30 XIXI NAS ESTRELAS	18:00 REUNIÕES
21:00 SAMBA CTBA	18:00 PSYCHEDELICA-TESSEN	18:00 ESTAMOS AQUI	18:00 PSYCHEDELIC-ATESSEN	18:00 POETICA SONORA	19:00 RUIDO METAL PUNK	20:00 LA CIDADE
19:00 PESCADOR DE ILUSÕES	19:30 CARNIFICINA	19:00 CHAPÉU NA ESTRADA	19:00 KATTOFEL PUFFEL	19:00 MUQUECA DE SIRI	20:00 PACE IS THE ESSENCE	
		20:00 AREA LIVRE	21:00 PODE CRE	20:00 DEBATE (EVENTUAL)		
		21:00 A HORA DA DESBARA	23:00 THE VICTOR'S EXPERIENCE			
		23:00 CABANA				

Figura 14. Programação Semanal Radio Gralha

Fonte: radiogralha (2015)

A respeito do conteúdo da programação, pode-se dizer que um grupo de programadores(as) dedicavam-se a difundir músicas e bandas independentes, ao mesmo tempo que articulavam shows e eventos musicais. O programa Adubando o Pinhão se dedicava ao gênero Reggae; o programa Estamos Aqui, ao gênero Punk e Hardcore; o programa Estilo Livre, ao gênero Rap e o programa Ruído Metal Punk, ao gênero Punk e Metal. Alguns trabalhavam em casas noturnas e bares do centro e a possibilidade que a rádio propiciou, potencializava a visibilidade destes segmentos, seja por meio do espaço físico da rádio com shows ou em outros espaços. Outras pessoas eram próximas a movimentos sociais urbanos, como o hip-hop ou o movimento punk e antifascista.

Outro grupo de programadores dedicavam-se numa espécie de criação/experimentação de linguagem. Realizavam programas temáticos, utilizando de elementos textuais e sonoros, não somente músicas. Divulgavam obras artísticas independentes de poetas, por exemplo. Os programas El Quinto, Neandertown, Poética Sonora, Lusofonia e Pace is the Essence se dedicavam a esse tipo de conteúdo. Alguns também possuíam experiências audiovisuais e iniciavam um trabalho com vídeos.

Outro grupo, do qual parte de nossa pesquisa ação se insere, se dedicava a construir um painel informativo sobre temas que relacionavam com os grupos sociais

que circulavam no espaço da rádio. Os programas Muqueca de Siri, La Cidade e os eventuais Debates que ocorriam, proporcionava um momento de discussão sistematizada, com momentos de música que dialogavam com os temas debatidos. Os programadores destes programas e os integrantes do coletivo que organizavam os debates também participam do movimento de rádios livres e alimentavam o debate sobre a utilização de software livre, da segurança na internet e acompanhavam as mobilizações e manifestações ocorridas no centro. Alguns materiais sobre a greve dos professores, sobre a máfia do transporte público na cidade e as manifestações pela redução da tarifa e passe livre foram produzidos no decorrer deste período.

As práticas que foram sendo desenvolvidas, a partir dos conteúdos da programação ou das comissões do coletivo eram apresentadas nas reuniões como propostas para a rádio. As vezes não eram muito bem aceitas, por se sobrepor à outras que já estavam sendo realizadas ou por opiniões pessoais. Poucas vezes se votava como método na solução de impasses.

Esse aumento de circulação de jovens, adultos, pessoas de diversos cantos da cidade e região metropolitana, seja pela intenção de realizar um programa, para acompanhar algum programa, para conviver naquele espaço que suscitava um pulsar cultural diferenciado, trazia uma problemática para o coletivo. Reforçar os princípios materializados no manifesto e de retomar os processos de formação e debates sobre a importância de se ter uma rádio livre.

O crescimento das notícias e relatos de ações policiais em eventos no centro promovidos pelo movimento hip-hop, ou mesmo nas Ruas São Francisco e Trajano Reis, fez com que alguns programadores da rádio levantassem a relação do aumento da circulação de pessoas no espaço da rádio, dado que era perceptível a diminuição de espaços para encontro da juventude.

Com o aumento da dispersão da juventude por meio do policiamento, a segregação entre grupos sociais se aprofunda de maneira nunca vista. A mobilidade destes grupos sociais para o prédio do DCE foi questão de tempo. Esse processo era acompanhado nas periferias com o também aumento de ações ostensivas pelo aparato policial.

Há também no processo do movimento estudantil uma profunda crise dos valores éticos e de representatividade, que contribuiu para o afloramento dos conflitos entre todos estes agentes.

Em fevereiro de 2014 a Universidade, sob o discurso do acontecido em Santa Maria e a necessidade de remodelar espaços fechados com o auspício da segurança, analisou o prédio do DCE e “[...] assumiu o compromisso junto ao DCE de reformar e devolver o espaço ao diretório, absolutamente adaptado às normas de segurança e apto às atividades para as quais o edifício foi projetado [...]” (UFPR, 2014).

Essas e outras informações provenientes da Universidade eram vistas com receio pelo coletivo, uma vez que, com o mesmo discurso foi interditado o prédio dos estudantes de Medicina, o Diretório Acadêmico Nilo Cairo (DANC)³⁵ no ano de 2013 e até a escrita deste trabalho nenhuma reforma foi realizada e o prédio não foi devolvido.

No entanto, o coletivo era amistoso com a gestão do DCE, uma vez que foi com legitimação dos estudantes, que conquistou um espaço subutilizado do prédio para seu funcionamento.

Pode-se afirmar que o que aconteceu para o fechamento do prédio, o fim do estúdio da rádio gralha e suas transmissões, o fatídico dia 18 de abril de 2015, teve desdobramentos de múltiplos processos espaciais e escalares que aconteciam de maneira paralela. Um deles é em relação ao movimento estudantil, outro é em relação às práticas corporativas de projetos de reestruturação urbana que a região do centro vem ao longo de mais de cinco anos recebendo e o último que é decorrência deste é a população que é dispersada/segregada por ações principalmente da polícia e acabou encontrando um espaço favorável no prédio do DCE.

Primeiro, ao que se assemelha ao processo de crise do movimento estudantil enquanto espaço para exercer a democracia representativa, Cristiane Andriotti (2004) comenta em seu estudo de caso sobre a Rádio Muda e o movimento estudantil na Unicamp. A autora definiu de maneira precisa

³⁵ Localizado na Rua Ébano Pereira

o representante oficial do movimento estudantil interno junto à instituição universitária. Por essa razão, está atrelado a um sistema eleitoral de representação e imbuído de responsabilidades como, por exemplo, gerir os espaços concedidos à livre manifestação estudantil. Teoricamente toda e qualquer manifestação política estudantil, deveria contar com o apoio e a representação do DCE, ao mesmo tempo em que o DCE deveria por sua vez, provocar o debate estudantil e propor a mobilização em torno de questões políticas relativas à vida acadêmica. (ANDRIOTTI, 2004. p. 168).

O que era percebido dessa gestão do DCE, neste período, enquanto representação do movimento estudantil foi que suas atenções estavam inteiramente focadas em assuntos inteiramente burocráticos, como os conselhos superiores, espaços de discussão e resolução de temas pertinentes a vida acadêmica e estudantil, no entanto não exclusivos. Tal movimento que essa gestão realizava, abria um vácuo no cotidiano das discussões e urgências estudantis, que, aos poucos, o coletivo da rádio e outros coletivos, que também faziam um uso político do espaço do prédio do DCE, ocupavam, porém, sem a imagem e a pretensão de representar os estudantes. Acontecia de maneira invisível um choque, que aos poucos, e principalmente com a maior presença de grupos sociais não vinculados a UFPR, foi aumentando. Outros coletivos estudantis agregavam-se e prestavam sua solidariedade

[...] os meses que antecederam o fechamento do prédio foram marcados por intenso debate sobre a utilização deste espaço físico de tamanha importância para a organização do Movimento Estudantil, seja para realizar reuniões, discussões e grupos de estudos, sediar encontros nacionais e regionais de cursos, armazenar documentos históricos ou mesmo para auxiliar no autofinanciamento de Centros e Diretórios Acadêmicos e demais entidades e coletivos por meio de festas, sarais e apresentações de bandas. Esse debate foi impulsionado porque o prédio passou a receber as atividades dos coletivos El Quinto, Rádio Gralha e Antifa 16, que não estavam diretamente vinculados à Universidade e que viram nesse espaço um grande potencial de articulação. Esses coletivos passaram a promover diariamente atividades como oficinas artísticas (de fotografia, de teatro, de circo, de zine, etc.), oficinas de autodefesa (mista e exclusivamente para mulheres), cine-debates e encontros formativos, além do funcionamento de uma rádio livre que contava com variados programas. Dessa forma, o prédio passou a ter vida cultural e política diariamente e não apenas quando havia uma atividade programada e abriu as portas para a comunidade que não estava ligada à Universidade (sem fechar as portas para a comunidade acadêmica e para as forças que compõem o movimento

estudantil), o que passou a incomodar não apenas a Reitoria, mas também alguns grupos políticos. (COLETIVO QUEBRANDO MUROS, 2017)

A grande visibilidade que a rádio e outros coletivos estavam produzindo, territorializava práticas não aceitas pela vizinhança ao prédio, pela instituição Universidade e outros grupos. Para Souza (2013), essa prática de territorialização se denomina de sentido amplo, que

[...] em contraste com a territorialização em sentido estrito, territórios são identificados, direitos formais e prerrogativas legais de proprietários privados são desafiados e regras espaciais impostas pelo Estado são quebradas mediante símbolos provocativos, porém sem a presença física duradoura dos transgressores/desafiadores (p.252)

Os símbolos dos quais o autor menciona, no estudo em que se focou, se referem às pichações, e a presença dos transgressores/desafiadores se referem, sobretudo a população de rua, população negra, os pobres e os grupos que se utilizam dos logradouros públicos dessa região para sobreviver como ambulantes e prostitutas. Em uma das reuniões onde o tema da rua da São Francisco e o Largo da Ordem era discutido, uma das integrantes faz um relato dessa transformação que acontecia cotidianamente

[...] Era rua de noia e prostituta. Virou rua de arte e boemia burguesa. Popularizou como ponto de encontro e um lugar onde se podia relaxar, fumar baseado e ver arte de rua. Eu e pessoas como eu começamos a freqüentar aquela porra. Então vêm a polícia e da um jeito de reprimir nossa presença servindo a políticas higienistas, basicamente as mesmas que tiraram os noias e prostitutas. Se fosse só burguês ciclista fumando baseado tudo bem, mas chegou os ganguistas, carçudos, maconheiros pra fazer uma rima em rodas e mais rodas de bagunça, picharam por cima dos grafites bonitinhos, zoaram as colagens com mensagens de exaltação a nossa cidade querida, aí o baseado esta "proibido" [...] (Memória de Reunião, fevereiro de 2015)

São estes grupos que agora circulavam no entorno e no prédio do DCE que escancaram o conflito e que as ações policiais e da instituição Universidade tomaram mais ênfase.

E justo neste entremeio que integrantes do rádio também estavam aproximando-se de organizações, como o Movimento de População de Rua (MNPR) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Tanto estas recentes transformações que o grupo, percebendo e dialogando, quanto as possíveis articulações, convergiam para algo que o coletivo sempre buscou: aproximar e criar um espaço comum entre movimentos, pessoas e o ambiente da comunicação. Aqui percebemos como alguns traços da comunicação popular foram imprescindíveis para que os vínculos entre cada integrante fossem construídos. O espaço interno da rádio presenciava um fluxo de pessoas enorme, quase nunca ele estava fechado, pois cada programador ou integrante do coletivo convidava amigos, colegas e pessoas próximas para eventos, debates ou o próprio programa. Percebia que ao mesmo tempo era um espaço da juventude não universitária que conhecia e permanecia, como também pouco se interava entre si e entre a proposta da rádio. Era realmente um ponto de encontro a ser trabalhado.

Sobre isso, o prédio do DCE muito subutilizado, quando deixado com as portas abertas era transformado de abrigo para muitas pessoas que transitavam pelo centro da cidade. Principalmente pessoas sem teto, em condição e trajetória de rua. Quando em algumas reuniões integrantes do coletivo pautaram em “trancar” as portas do prédio para não haver mais esse trânsito de pessoas, houve uma discussão muito acalorada da existência dessas pessoas, suas motivações e suas causas. Grande parte do coletivo que havia se comprometido em dar segurança ao estúdio, aos equipamentos e ao espaço físico, pareceu não se importar, e também alegavam não saber lidar com tal situação, principalmente por considerar que tais pessoas fazem o uso intensivo de psicoativos, impedindo algum tipo de conversa mais lúcida. Exposto as posições em algumas reuniões, dois integrantes do coletivo que já realizavam alguns tipos de trabalhos de educação popular com pessoas em situação de rua, se prontificaram a entrar em contato com o movimento social que refere-se a este segmento para entender e possibilitar alguma atividade.

Neste momento conhecemos C., um dos integrantes na época do MNPR e que quando conversamos com ele sobre, sua fala foi de aproximação, demonstrando que as pessoas em situação de rua não são violentas e que “o

verdadeiro violento é o sistema em que as autoridades compactuam com a situação delas” (Entrevista com C., fevereiro de 2015).

Estávamos em constante diálogo com C. e o MNPR, em 2015. Ele nos convidou para realizarmos uma transmissão de rádio no dia simbólico de luta para a população de rua, lembrando a chacina da Praça da Sé, um fato emblemático de violência com estas pessoas. Também como diálogo, o convidamos a participar do coletivo da rádio e ter um programa. E ele aceitou. Em março ele iniciou seu programa chamado “Leões da Calçada”. Infelizmente o programa foi ao ar em março e parte de abril, pois em abril daquele ano ocorreu a desocupação do prédio pela Polícia Federal.

A UFPR, que em poucos dias ordenava a ‘desocupação’ do prédio, com o discurso de condenar as pessoas por usar de forma indevida o espaço e pela falta de democracia no processo,

[...] manifesta a indignação pelo uso de propriedade pública por entes privados e estranhos à Universidade, registra o inconformismo pela depredação do patrimônio de todos e repudia veementemente ações que afrontam a democracia representativa dentre a comunidade universitária. O conselho registra moção de apoio ao pleito do Diretório Central dos Estudantes da UFPR pela recomposição de sua sede, com interdição imediata para início da recuperação predial conforme o plano diretor de uso pactuado. (UFPR, 2015).

Foi a mesma em que se esforçou para aglutinar mais instituições públicas e privadas para oficializar as ações de transformação nesta região denominada “Corredor Cultural”, para a Universidade:

[...] o Corredor Cultural formará um perímetro – entre o Paço da Liberdade e o Complexo da Reitoria da UFPR, com todos os ambientes das instituições envolvidas – revitalizando estruturas existentes e mesmo instalando novos aparatos (teatro, cinema, museu, cafés). Assim, atividades culturais poderão se integrar; obras terão chance de intercâmbio entre instituições; o espaço aberto à população e aos artistas paranaenses para exposições, ensaios, apresentações, oficinas, entre tantas possibilidades, será multiplicado; a cooperação com o turismo cultural de Curitiba contribuirá para maior desenvolvimento econômico e melhoria das condições sociais da região; além de novas oportunidades que surgirão para interação entre a Academia e as comunidades. (UFPR, 2015).

Dias seguintes, o coletivo que já estava precariamente organizado devido a sobrecarga de informação sobre as possíveis ações, foi surpreendido pela presença de funcionários da Universidade com uma conversa

[...] - Existe uma determinação da instância suprema da universidade, que é o reitor.
 - Mas a administração deste prédio é feita pelos estudantes...
 - Querida, esse prédio é público, é da universidade [...] quem tem a responsabilidade legal? Inclusive, quem responde legalmente por isso, é você? É você? É você? Quem responde é o reitor.
 - Então toda militância feita pelos estudantes não resultou na garantia de um prédio como este? Foi em vão?
 - Quem responde é o reitor. É ele quem vai pra cadeia se não cumprir uma ordem judicial...
 - Então cadê a ordem judicial?
 - Não [...] to dizendo, se vier uma ordem judicial [...]
 - E vocês vão fazer o que agora?
 - Agora se vocês não desocuparem vocês serão retirados a força, com força judicial, e quem determina isso é o juiz.
 (Conversa intimidativa feito por funcionários da UFPR à M.R, Abril de 2015).

Desde o processo de intimidação, havia um clima de insegurança que afetou o coletivo de comunicadores da rádio, que já havia diminuído. Das presentes, muitas pessoas estavam somente para realizar seus programas, enquanto outras poucas procuravam sempre ampliar a discussão para além da programação semanal, convidando outros grupos e representantes para construir laços duradouros com eles.

O processo de desocupação, com diálogo algum ocorreu com o início de cortes de internet, luz, água. A alegação por parte das instâncias da universidade (conselhos e reitoria) era de que havia muitas pessoas que não possuíam vínculo com a universidade, algumas morando no local. A ação perante a isso da instituição foi a intimidação e a repressão³⁶.

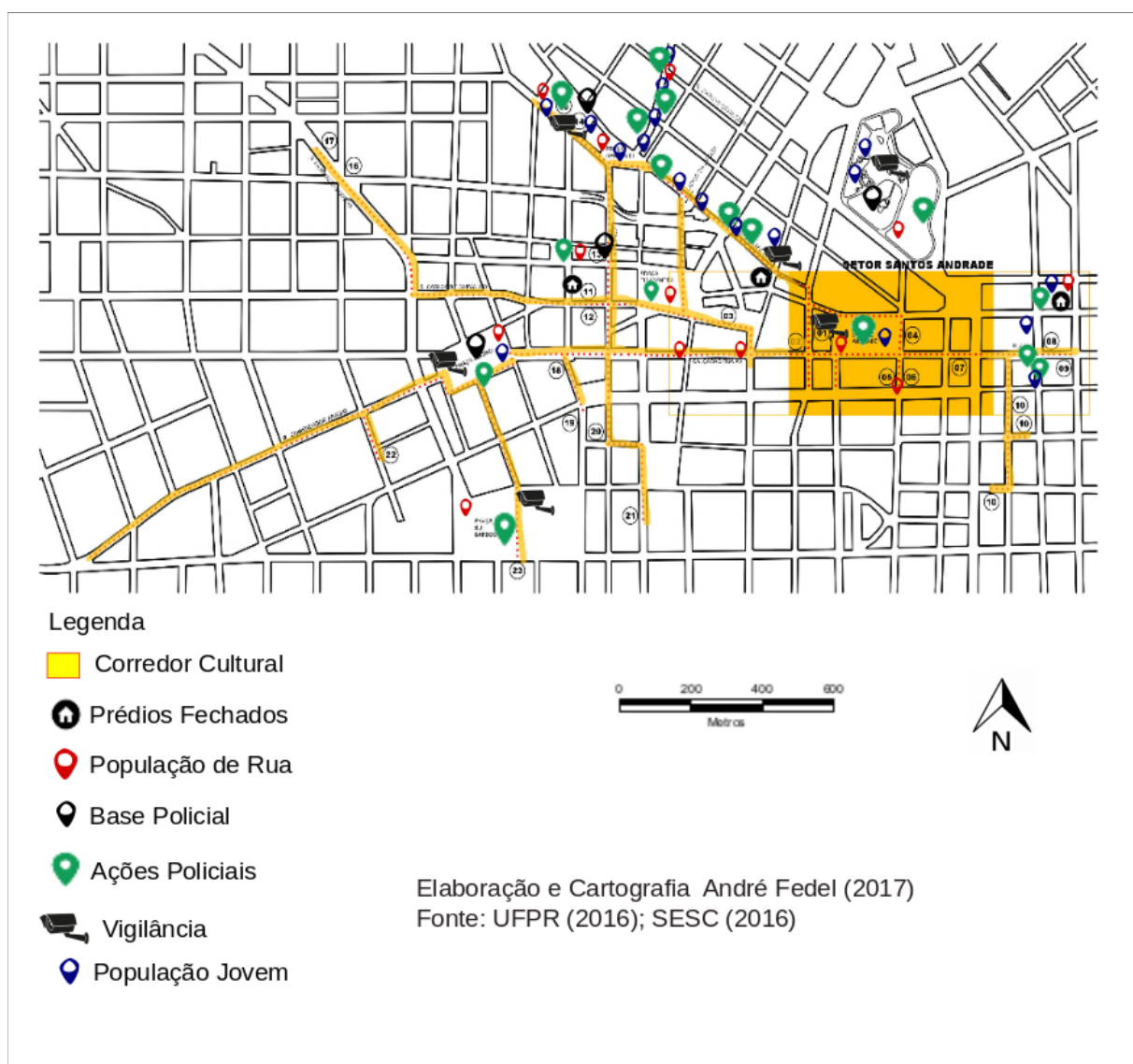
³⁶ Cabe lembrar que durante o final do ano de 2014 e início de 2015 foram realizados Conselhos de Entidades de Base e Assembléias Estudantis que legitimavam o uso político feito pela rádio e encaminhava para o conselho de extensão a problemática do prédio, no entanto a própria gestão do DCE da época alinhou-se as propostas das reitoria de retirar todos do prédio e realizar uma reforma para em seguida entregar aos estudantes. Nem a reforma e muito menos a entrega do prédio foi realizada. O prédio foi lacrado em abril de 2015 e desde então permanece fechado.



Figura 15. Polícia Federal em frente ao prédio do DCE
Fonte: radiogralha (2015)

Com o fechamento do prédio sem as reformas prometidas, pode-se compreender de que maneira a Universidade quer se relacionar com a comunidade próxima que convive: sem nenhum vínculo. Apenas se essa comunidade se sujeitar aos seus modos de pesquisa, aos seus modos de ciência e ao seu tempo de extrair informações e realizar experimentos de forma unilateral.

Após o fechamento do prédio e por meio das memórias em reuniões que recorriam às ações policiais cotidianas na região central da cidade, questionamos-nos se poderia haver relação entre o projeto denominado corredor cultural e os demais conflitos semelhantes, de outros prédios fechados, de repressão da população jovem, da população de rua ou de outros grupos sociais que realizam práticas densas de espacialidade no espaço público do centro. Tal questionamento possibilitou a realização do Mapa 3, que condensamos essas informações, acrescidas de notícias da imprensa e comunicados oficial das instituições empresariais, municipais, estaduais e federais envolvidas no projeto do corredor cultural.



Mapa 2. Corredor Cultural e ações policiais

Organização: FEDEL (2017)

Confirmou-se a intensidade em que essas coordenadas estão relacionadas principalmente nos espaços onde há práticas espaciais da população jovem e da população de rua.

Sem um espaço físico, houve uma diminuição de membros no coletivo, percebendo assim como é extremamente importante um lugar de produção e de encontro. A partir desta reflexão algumas pessoas do coletivo voltaram a reunir-se e procurar alternativas para seguirem construindo uma comunicação independente do espaço físico. As praças, o movimento hip-hop e as reuniões internas de formação e reflexão foram o cotidiano do coletivo durante alguns meses. Foi quando no decorrer

de uma reunião do coletivo que Caveira apareceu e descobrimos (ele contou) que estava agora em uma ocupação urbana na periferia da cidade, na região da Cidade Industrial de Curitiba. A ocupação chamava Tiradentes.

A ocupação Tiradentes, organizada pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), contou caveira, possui centenas de famílias com muitas crianças. Ele disse que a situação é bem complicada. Fizeram ligações de água e de luz. Muitas crianças ainda não conseguiram acessar a escola infantil e ensino fundamental. A partir deste relato de caveira, alguns integrantes do coletivo ficaram sensibilizados e por convite de caveira, ficou combinado de conhecermos a comunidade e possibilitar alguma atividade/oficina de rádio na ocupação e a partir dela ver possibilidades de algum planejamento com os jovens e as famílias.

Neste entremeio reconhecemos outra organização de educadores populares que também estavam iniciando uma articulação política com objetivo de oferecer atividades no contra turno dos jovens da ocupação. Reunimo-nos e discutimos sobre realizar um mutirão e erguer um “barraco”, onde seria organizada uma ciranda e biblioteca para os moradores e crianças da comunidade.

Organizou-se nesta reunião que alguns integrantes do coletivo e os educadores se mobilizaram para construir o barraco. Em uma tarde, dois integrantes do coletivo encontraram caveira em um depósito de materiais de construção usados para carregar um caminhão com ripas e materiais em bom estado para levantar o barraco.

Em outro dia fomos a ocupação conversar com algumas lideranças da comunidade. Uma delas chamada “Chocolate”, para a qual expusemos alguns objetivos do coletivo e o trabalho com comunicação. Tivemos alguns sinais de barreiras para seguir, mas no geral a liderança concordou e apontou o imediatismo de atividades com os moradores na ocupação, provocando todos a construir o mais rápido possível o barraco e querendo saber qual a data que a rádio estaria no ar.

Estes encaminhamentos foram levados às reuniões do coletivo, agora com pouco mais que cinco pessoas, todas com suas atividades e compromissos cotidianos, trabalhos, estudos, vida pessoal, etc. Aqui novamente percebeu-se o elemento da autoconfiança e da responsabilidade como um dificultador no processo.

Das duas pessoas mais envolvidas com este trabalho, uma delas se ausentou no dia da construção do barraco e logo após se afastou do coletivo. Isso sobrecarregou e fez com que essas ações do coletivo se interrompessem. Esta atividade toda ficou parada para ser avaliada pelo coletivo, que depois foi discutido “[...] de que maneira a Rádio Gralha enquanto coletivo se envolve em alguma luta concreta sem algum planejamento mínimo?” (Memória de reunião, novembro 2015)

Por fim deixamos o transmissor durante um tempo com caveira para ele realizar algumas transmissões com as crianças e jovens da ocupação. Buscamos meses depois o transmissor, que estava sem utilização na casa de uma das lideranças comunitárias e que cobrou do coletivo algumas ações mais efetivas.

As trajetórias e práticas espaciais dos (das) integrantes e do coletivo aqui abordado trazem consigo a temática da juventude urbana, das iniciativas de produção de lugares propícios aos encontros. Encontros estes que provocam a produção de um espaço do diálogo, da conversa cotidiana e do convívio de diferentes idéias de cultura e visões de mundo. Este espaço a ser produzido promove horizontalidades e um movimento ascendente de informações e da comunicação, podendo visibilizar práticas até então marginalizadas. No entanto a institucionalidade não consegue observar esse movimento com bons olhos, ao mesmo tempo em que possui outra proposta para os espaços públicos e o patrimônio público. O conflito é gerado e a repressão é o último capítulo que observamos nessa relação³⁷.

Os relatos apresentados aqui trazem duas perspectivas. De um lado a invisibilidade e a falta de propostas de promoção de comunicação popular para com a juventude e grupos subalternos, e de outro um embrião de planejamento do Coletivo Rádio Gralha em relação as ações desenvolvidas, que, por mais que pouco contundente, se capilarizou em outros movimentos populares, demonstrando assim certa concretude de proposta.

Diferentemente de parte da bibliografia e informações noticiosas sobre as ações de repressão em rádios livres em espaços universitários, alicerçados majoritariamente sob o discurso da ilegalidade das práticas de transmissão, no

³⁷ O coletivo da rádio gralha produziu um Fanzine sobre sua história contando que após a repressão pela polícia, pessoas envolvidas estão sofrendo processos administrativos pela universidade (ver anexos).

estudo aqui apresentado observou-se que o discurso preponderante estava nas práticas realizadas pela juventude não universitária no espaço onde encontrava-se a rádio. Acredita-se que tal afronta a sociabilidade da juventude deve ser levado em conta, principalmente em contextos urbanos de aceleradas práticas de dispersão e segregação desta população em seus lugares de lazer e convivência. Por fim, neste percurso da pesquisa o que surpreendeu foi a negação da Universidade e de seus pesquisadores(as) em aproximarem-se das iniciativas dessa juventude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O Caminho necessita ser outro

Ao reconhecer a história da implementação dos sistemas técnicos de comunicação e suas relações com a geografia política brasileira, em especial aquela tradicionalmente produzida pelo Estado-Nação, observou-se que tal implementação seguiu uma tendência seletiva de modernização do território, com caráter de aumento da concentração dos poderes.

Essa concentração pode ser vista na formação dos oligopólios e monopólios da mídia brasileira. Dos argumentos que se sobressaem desta constatação pode-se mencionar a herança colonial da criação de um imaginário de unidade nacional, da força em produzir uma homogeneidade cultural e a insistência em não dar atenção à existência de identidades regionais. Características essas que misturam-se a posição suscetível do Brasil e da América Latina no panorama do capitalismo ocidental, adotando políticas de comunicação provenientes de cartilhas internacionais e implantando sistemas técnicos sem um devido estudo sobre a realidade brasileira. Assim, dificultando a possibilidade da realização de uma outra comunicação.

O papel da comunicação realizada pelos oligopólios e monopólios da mídia brasileira é parte importante de uma estratégia territorial de produção do espaço, uma vez que ela segmenta os (receptores) públicos através de conteúdos produzidos principalmente por uma hierarquia urbana e as distribui sob determinados parâmetros para o território brasileiro. Esse processo opera no aprofundamento das desigualdades e exclusões territoriais vivenciadas individualmente como também em grupos sociais e seu resultado é percebido cotidianamente em uma perspectiva multiescalar.

Entretanto, ao reconhecer a história da comunicação produzida no âmbito dos movimentos populares, através de uma bibliografia marginal e relatos de sujeitos, organizações e agentes ativos no campo das comunicações, pôde-se perceber uma intensidade de conflitos e resistências que acompanham as trajetórias políticas de uma diversidade de mobilizações sociais. A isso valoriza-se a característica transversal da comunicação nos movimentos populares, a qual contribuiu de certa

forma de propor marcos regulatórios e mudanças nas recentes legislações que dizem a respeito desta comunicação.

Os esboços de legislação para a radiodifusão comunitária, bem como a constituição da Conferência Nacional de Comunicação, demonstram as diferenças de concepção de comunicação, ao mesmo tempo que deixam claro as relações de poder estabelecidas entre as classes sociais que disputaram tais processos.

As propostas de mudanças políticas aqui analisadas partiram de uma clara realidade de abuso e concentração de poderes, tendo como foco principalmente a repressão massiva de comunicadores e rádios livres e comunitárias. Aqui pode-se questionar que se a comunicação de massas produziu um território excludente, porque a comunicação popular não pode produzir o contrário? Um território inclusivo? Tal questionamento é propício se o caminho para este território inclusivo for outro do que as experiências históricas nos contam. A maneira construída e as relações estabelecidas nos níveis de poderes do executivo e legislativo nacional, suprimiram as propostas verdadeiramente populares e proporcionaram uma maior repressão a comunicação popular. Retoma-se que aqui a estrutura social herdada historicamente e suas transformações no tempo presente. Essa interpretação aproxima-se com a crítica do modelo democrático-popular e as modernizações do conflito neste período.

Ao analisar primeiramente a relação entre território e comunicação em Curitiba, observou-se dois projetos distintos, por meio da teoria dos dois circuitos espaciais (SANTOS, 1978). O circuito superior conformado pelas rádios comerciais, que se organiza para buscar controlar corporativamente esse território, seja através da segmentação de público de cada emissora com sua programação, seja através de suas parcerias com outras empresas fonográficas ou de publicidade, ou nos eventos espaciais na cidade. Tal prática espacial ao fim, produz um repertório médio e reforça padrões que dão uma imagem homogênea a população enquanto consumidora de conteúdos, de informações e de eventos. Por não ter sido nosso foco principal, acredita-se que o estudo dos circuitos fonográficos e informacionais na dimensão do espaço urbano da cidade de Curitiba merecem maior aprofundamento.

Ao adotarmos outras posturas metodológicas, como a observação participante e a pesquisa ação, diversas dificuldades e possibilidades se abriram no tempo de realização deste trabalho, como por exemplo a elaboração de fontes primárias da pesquisa, como a escrita de memórias de reuniões, as conversações, as entrevistas em profundidade e as entrevistas episódicas. Também, o retorno e reflexão para os envolvidos(as) com a pesquisa em desenvolvimento foi fundamental, emergindo a questão das práticas espaciais realizadas pela juventude enquanto um fator relevante para a sua ampliação da territorialização. A discussão de metodologia não se deu linearmente e assim surgiram dificuldades entre o tempo-pesquisa e o tempo-escrita.

Nos trabalhos de campo apontou-se que na escala do espaço urbano, há uma invisibilidade de processos e movimentos diversos, a partir da comunicação popular, que conformam uma espécie de circuito inferior, nas produções de um outro espaço urbano. Esse espaço produzido cotidianamente é rico em multiplicidade, proporcionando diferentes práticas espaciais potencialmente transformadoras. Ao mesmo tempo, os sujeitos que cotidianamente estão envolvidos (direta ou indiretamente) em projetos de comunicação popular são alvos das políticas de geração de conflitos, por diversas formas, sendo a mais contundente a política de segurança pública.

Se a concepção preconizada por Milton Santos de uma outra globalização a partir de um uso cidadão das tecnologias e se com esse uso outro espaço poderia ser construído ascendentemente, compreende-se assim a enorme importância dos lugares. No entanto ao aumentar o foco para os lugares e o espaço urbano, e assim para a produção destes, como em nossa pesquisa apresentamos, é nítido perceber as dificuldades do cotidiano desta produção e das próprias trajetórias dos sujeitos.

A Rádio Comunitária Bairro Novo, como percebeu-se é uma iniciativa de comunicação popular que teve como pano de fundo os conflitos fundiários e seu objetivo é promover a cultura e o comércio. Ao longo da pesquisa, a construção de uma interpretação da realidade desta Rádio e de seus integrantes, compreendeu-se que uma outra comunicação é realizada fortalecendo artistas e promovendo iniciativas sociais das quais contribuem para uma identidade do bairro. Porém, ao analisar as escalas envolvidas, essa outra comunicação é marcada por assimetrias

de poder nas relações entre radialistas, vizinhança, bairro e instituições do poder público, demonstrando claramente suas dificuldades e seus limites.

A Rádio Gralha, enquanto uma iniciativa de comunicação popular e livre, teve como pano de fundo a mobilização da juventude com objetivo de construir um espaço e um meio de comunicação para o encontro dessa população que habita a região do centro de Curitiba. A construção desta iniciativa, visualizada em profundidade, teve momentos diferenciados onde a conquista de um espaço físico propiciou o aumento e diversidade das práticas espaciais adotadas pelos sujeitos integrantes do coletivo. Ao mesmo tempo em que a iniciativa crescia e se desenvolvia sócio-espacialmente, um projeto de reestruturação do espaço urbano acontecia principalmente com ações policiais de dispersão e segregação da população que habita frequentemente as ruas e espaços públicos do centro. O conflito entre as duas práticas espaciais, a corporativa e a insurgente, se deu com o fechamento do prédio do DCE da UFPR.

Ambas iniciativas estudadas possuem (possuíam) a transmissão em FM, ambas promoviam debates sobre assuntos diversos e ambas propocionavam a difusão de culturas não massificadas e com isso a circulação de artistas em seus respectivos espaços. Contudo, são espaços e sujeitos diferentes, e com isso as variações de comunicação popular são também, no entanto há traços comuns, que as gerações mais novas hoje as ressignificam a partir das suas identidades espaciais. É através destas identidades que as práticas espaciais concentram-se. Compreender esses 'traços' da comunicação popular que são construídos e as novas formas de comunicação com objetivos coletivos de emancipação é preponderante tanto para a universidade quanto para a sociedade. Este movimento de perceber, auxiliar, mediar e debater considerou-se um processo de visibilidade desta outra comunicação.

Ao analisar a Rádio Bairro Novo e a Rádio Gralha, observamos a falta de articulação e comunicação entre diferentes gerações. Podemos falar que em nosso trabalho de campo na RBN é majoritário o grupo social adulto na produção da comunicação e do espaço da rádio, da vizinhança e do bairro. Ao contrário no cotidiano da Rádio Gralha, a presença da juventude na articulação de redes entre outros grupos e movimentos sociais. Tais diferenças se colocam grandes se não

levarmos em consideração o deslocamento da juventude das periferias da cidade ao centro em busca de atividades de lazer e encontro. O que demonstra uma das invisibilidades das quais buscamos apontar e construir uma interpretação deste processo.

Encontra-se ao fim muitas questões abertas para reflexão, das quais enuncia-se a importância da constituição de iniciativas de comunicação popular enquanto prática de potencializar a produção de espaços amplos e fecundos. A dificuldade paira na questão da simultaneidade das práticas e trajetórias.

Das iniciativas analisadas, também se aproveitou os denominados “panos de fundo” que se, de um lado foram os lastros sociais de mobilização, demonstrando demais agentes produtores de um espaço cidadão, de outro visibilizou a apropriação corporativa por Estado, instituições e empresas desencadeando processos de segregação espacial. Aqui enunciamos, principalmente, a polícia e a própria Universidade, essa última com uma gigantesca debilidade em envolver-se com a comunidade da qual convive, mas não dialoga, necessitando cada vez mais ampliar este tipo de debate. Passar a palavra reside também no ato da escuta.

REFERÊNCIAS

ABRAÇO BRASIL. **Resolução do II Congresso Nacional das Rádios Comunitárias**. Teresina-Piauí. 1998.

ALBUQUERQUE, Aline. **A questão habitacional em Curitiba**: o enigma da “cidade-modelo”. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

ALVES, Cristiano Nunes. **O Circuito Sonoro**: Radiodifusão FM e Produção Fonográfica em Campinas SP. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas.

AMORIM, José S. Políticas de Comunicação no Brasil: Evolução e Impasse. **Políticas de Comunicação**. São Paulo: Editora Paulinas, 1988.

ANDRIOTTI, Cristiane D. **O Movimento das Rádios Livres e Comunitárias e a Democratização dos Meios de Comunicação no Brasil**. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas.

ANTOGIOVANNI, Lídia. **O Meio Técnico-Científico-Informacional Brasileiro**: a publicidade como vetor das modernizações. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

ARTIGO19. **Defesa Da Liberdade de Expressão das Rádios Comunitárias no Brasil**: Teses Jurídicas Aplicáveis. 2016, disponível em <http://artigo19.org/blog/2016/02/29/defesa-da-liberdade-de-expressao-das-radios-comunitarias-no-brasil-teses-juridicas-aplicaveis> (último acesso em 6 de janeiro de 2017)

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. **Movimento quer criar corredor cultural na Rua XV**. 2011. Disponível em: <http://acpr.com.br/noticias/movimento-quer-criar-corredor-cultural-na-rua-xx>. Acessado em Outubro de 2016.

BAUER, Martin. W. AARTS, Bas. A construção do Corpus: Um Princípio Para a Coleta de Dados Qualitativos. In: BAUER, Martin. GASKELL, George.(org). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**: Um manual prático. 7 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 39-63.

BESKOW, Daniela A. Vozes sobre o momento atual: Junho e pós-junho de 2013 em Campinas. In:BRANCALEONE, Cassio; BEM, Daniel (orgs.). **As rebeliões da tarifa e as jornadas de junho no Brasil**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. p.97-114

BRANCALEONE, Cássio. Junho rebelde e a espontaneidade com lastro social. In: BRANCALEONE, Cássio. BEM, Daniel (horas.). **As rebeliões da tarifa e as jornadas de junho no Brasil**. Porto Alegre: Editora Deriva, p.07-21.

BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981

BRANDAO, Carlos R. **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984

CAMPAGNARO, Yuri. **Corredor Cultural de Curitiba**: o que é. 2011. Disponível em <http://fatossaoteimosos.blogspot.com.br/2010/11/corredor-cultural-de-curitiba-o-que-e.html> . Acessado em 15 de dezembro de 2016.

CANCLINI, Nestor G. **Cidades e Cidadãos Imaginados pelos meios de comunicação**. Opinião pública, Campinas. V.VIII, no1, p. 40-53. 2002.

CARLOS, Ana Fani A. **O Espaço Urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições. 2007.

CASTRO, Iná E. **Geografia e Política**. Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2005.

CML, Centro de medios libres. **Toma los medios, sé los medios, haz los medios!** Compilación de artículos históricos, teóricos y manuales sobre medios libres. México: El Rebozo, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. artes de fazer. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro. IBGE, 1992. p. 115-121.

COSTA, Wanderley Messias da Costa. **Geografia Política e Geopolítica**. Discursos sobre O território e o poder. São Paulo. Edusp, 1992.

DEL BIANCO, Nélia R. Tendências da programação radiofônica nos anos 90 sob o impacto das inovações tecnológicas. In: DEL BIANCO, Nélia, MOREIRA, Sônia (orgs.). **Rádio no Brasil**: tendências e perspectivas. Rio de Janeiro, Eduerj e Ed. UNB, 1999. p.185-204.

DIAS, Leila C. Redes eletrônicas e novas dinâmicas do território brasileiro. In: CASTRO, I et al (Orgs.). **Brasil**: Questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2 ed. 2002.

DICK, Bob. Como conduzir e relatar a pesquisa-ação. In: RICHARDSON, Roberto J. (Org.). **Pesquisa-Ação**: Princípios e Métodos. João Pessoa. Editora UFPB, 2003.

DONOS DA MÍDIA. 2013. Disponível em <https://web.archive.org/web/20120831024355/http://donosdamidia.com.br:80/inicial> . Acessado em 22 de Agosto de 2016.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel na participação popular. In: BRANDAO, Carlos (org.). **Pesquisa Participante**. Brasília: Editora Brasiliense. 1981.

FERNANDES, Fernanda Striker. **Movimento de participação popular na constituinte**. Editora Gráfica Popular: CEFURIA. Curitiba, 2006.

FERNANDES, José Carlos. "Depois de duas décadas, três vilas de Curitiba conseguem regularização". *Gazeta do Povo*. Curitiba, 2015. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/depois-de-duas-decadas-tres->

[vilas-de-curitiba-conseguem-regularizacao-5ih1h59qakzkgnmesl00jklpw](#). Acessado em 15 de janeiro de 2017.

FESTA, Regina. Movimentos Sociais, Comunicação Popular e Alternativa. In: FESTA, Regina. SILVA, Carlos E (orgs.). **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo, Paulinas, 1986. p.9-30

FONSECA, Helena R. **O Recente processo de urbanização da Cidade de Campinas-SP (1990-2014)**: as ocupações urbanas – Um estudo dos usos do território na região sul. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. 10ª ed. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1977.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987.

GAJARDO, Marcela. **Pesquisa participante na América latina**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1986.

GAMALHO, Nola; HEIDRICH, Alvaro. Rádio 88.1 – Restinga FM: A Radiodifusão Comunitária como movimento social. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, No 31: 165-181, out. 2006.

GASPAR, Lúcia. **Movimento de Cultura Popular**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 2009. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/>>.

GODOY, Paulo R. Teixeira. Algumas considerações para uma revisão crítica da história do pensamento geográfico. In: **História do Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GOMES, Cilene. Informação, comunicação e a remodelação do território brasileiro. **Revista Geográfica Venezolana**. Vol.43, 2002. p.265-287.

GOMES, Paulo C. Um lugar para a Geografia: Contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SHR, Cicilian, SILVA, Márcia (orgs.). **Espaço e Tempo**: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba, ADEMADAN, 2009. p.13-30.

GONÇALVES, Aline. **O perfil político dos dirigentes de rádios comunitárias de Curitiba e região metropolitana**. 2007. Monografia (Especialização em Sociologia Política). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

GONÇALVES, Flora. R. **Rádios Livres**: As controvérsias ainda pairam no ar? Uma análise antropológica das novas relações sociais de radiodifusão. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GUARESCHI, Pedrinho A; BIZ, Osvaldo. **Mídia e Democracia**. Porto Alegre. Editora Evangraf, 2005.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Comunicação e Poder**: A presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América latina. Editora Vozes. Petrópolis, 1983.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU). **Conferência Nacional de Comunicação**. Entrevistas. 2009. Acessado em outubro de 2016. Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/confecom>

KAPLUN, Mario. **El Comunicador Popular**. Buenos Aires. Editora Humanitas, 1987.

LIMA, Venício A. **Mídia**: Teoria e Política. São Paulo. Editora Perseu Abramo, 2001.

LIMA, Venício A. **Conselhos de comunicação social**: a interdição de um instrumento da democracia participativa. Brasília. FNDC, 2013

LUZ, Dioclécio. **A Saga das Rádios Comunitárias**. Anais do VIII Encontro Nacional de História da Mídia. Guarapuava, UNICENTRO, 2011.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013, p. 19-26.

MCQUAIL, Denis. **Teoria da Comunicação de Massas**. Fundação Calouste, Lisboa, 2003.

MELO, José Marques de. **Teoria da Comunicação**: Paradigmas Latino-Americanos. Editora Vozes. Petrópolis, 1998.

MENDONÇA, Maí N. **Nas ondas do Rádio**. Boletim Informativo Casa Romário Martins. v.23 n.115. Curitiba, 1996

MOREIRA, Ruy. Sociedade e espaço no Brasil (As fases da formação espacial brasileira: hegemonia e conflitos). **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, nº83,p.07-32, dezembro de 2005.

MOREIRA, Sônia V. **O Rádio no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Rio Fundo, 1991.

MUNHOZ, Eliane R. **A Rede Globo de Televisão no Território Brasileiro através do sistema de emissoras afiliadas**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo

NETO, Armando Coelho. **Rádio comunitária não é crime, direito de antena**: o espectro eletromagnético como bem difuso. São Paulo. Editora Ícone, 2002.

NETO, José F. Melo. Pesquisa-Ação: aspectos práticos nos movimentos sociais populares e em extensão popular. In: RICHARDSON, Roberto J. (Org.). **Pesquisa-Ação**: Princípios e Métodos. João Pessoa. Editora UFPB, 2003.

NEVES, Lafaiete. **Movimento Popular e Transporte Coletivo em Curitiba (1970-1990)**. Editora Gráfica Popular: CEFURIA. Curitiba, 2006.

NUNES, Marisa. A. M. **Rádios Livres**: O Outro Lado da Voz do Brasil. 1995. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Dennison. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

ORTIZ, Renato. **Um Outro Território**: Ensaio sobre a Mundialização. 2ª ed (Ampliada). São Paulo: Editora Olho D'água, 2000.

PASTI, Andre B. **Notícias, Informação e Território**: As agências transnacionais de notícias e a circulação de informações no território brasileiro. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia – IG/Unicamp. Campinas.

PERUZZO, Cicília. **Comunicação nos movimentos populares** a participação na construção da cidadania. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2004

PINTOS, Virgínia. **Mario Kaplún**: la comunicaci3n como actitud de vida. PCLA, Vol. 2 N.4, Julho 2001, p. 1-13.

POLESE, Pablo. As lutas autônomas frente ao modelo democrático-popular de contrarrevolução permanente. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 128-142, jan/abr. 2017

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Operação Liberdade e Operação Cinturão**. 2011. Disponível em <http://www.seguranca.pr.gov.br/> Acessado em 18 de Fevereiro de 2017.

QUEBRANDO MUROS. **O Bonde que só negocia com a reitoria passou**: 2 anos sem o prédio do DCE. 2017. Disponível em <https://quebrandomuros.wordpress.com/2017/04/18/o-bonde-que-so-negocia-com-a-reitoria-passou-2-anos-sem-o-predio-do-dce/> Acessado em 20 de Fevereiro de 2017.

ROCHA, Bruno; FILHO, Adilson. **O Empoderamento popular por meio das rádios comunitárias**: uma análise crítica. Estratégia e Análise. Porto Alegre: 2007.

ROCHA, Bruno L *et al.* **Para fazer rádio comunitária com “C” maiúsculo**. Editora revolução de idéias. Porto Alegre: 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. 9 ed. São Paulo: Editora Record. 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves. 1979.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. São Paulo: Editora Record. 2006.

SERPA, Ângelo. **Lugar e Mídia**. São Paulo. Contexto, 2011.

SESC. Lançado o Corredor Cultural de Curitiba. 2016. Disponível em <http://www.sescpr.com.br/2016/06/lancado-o-corredor-cultural-de-curitiba/> Acessado em 10 de janeiro de 2017.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DISTRITO FEDERAL (SJPDF). **Querem calar a voz do povo!** A violência contra as rádios comunitárias do Brasil. Brasília: Casa das Musas, 2005. (disponível em: <http://www.radiolivres.org/sites/radiolivres/files/dossie.html#sdfootnote12anc> acessado dia 02 de fev de 2016)

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: Veículos dos sem-teto e produção da escala geográfica. In: ARANTES, Antonio. **O Espaço da Diferença**. Papyrus Editora: 2000.

SOARES, Bruno C; SERPA, Ângelo. A Atuação das Rádios Comunitárias em Bairros Populares de Salvador-BA: Notas para uma abordagem geográfica. **Geografia**. Rio Claro, v. 34, n. 2, p. 384-394, mai./ago. 2009.

SOUZA, Marcelo L. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Socio-Espacial**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil: 2013

SIQUEIRA, Denise. **Memória, história e poder**: a implantação dos meios de comunicação no Brasil. LOGOS. Rio de Janeiro: v.4 nº2 p.5-10. 1997.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

THOMPSON, John B. **Ideologia y Cultura Moderna**: teoria crítica social em la era de la comunicación de masas, UNAM, 2ªed. México, 1998.

UFPR. **Conselho Universitário aprova moção de apoio ao DCE para retomada do prédio**. 2015. Disponível em: <http://www.ufpr.br/portalufpr/blog/noticias/conselho-universitario-aprova-mocao-de-apoio-ao-dce-para-retomada-do-predio/> Acessado dia 04 de janeiro de 2017.

UFPR. **Instituições oficializam parceria para criação do Corredor Cultural idealizado pela UFPR**. 2015. Disponível em <http://www.ufpr.br/portalufpr/blog/noticias/instituicoes-oficializam-parceria-para-criacao-do-corredor-cultural-idealizado-pela-ufpr/> Acessado dia 04 de janeiro de 2017.

VASCONCELOS, Pedro A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, Pedro; CORRÊA, Roberto; PINTAUDI, Silvana (orgs.). **A Cidade Contemporânea**: Segregação socioespacial. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 17-37.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo. Studio Nobel: 2001

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5ª ed. Lisboa: Editora Presença, 1999.

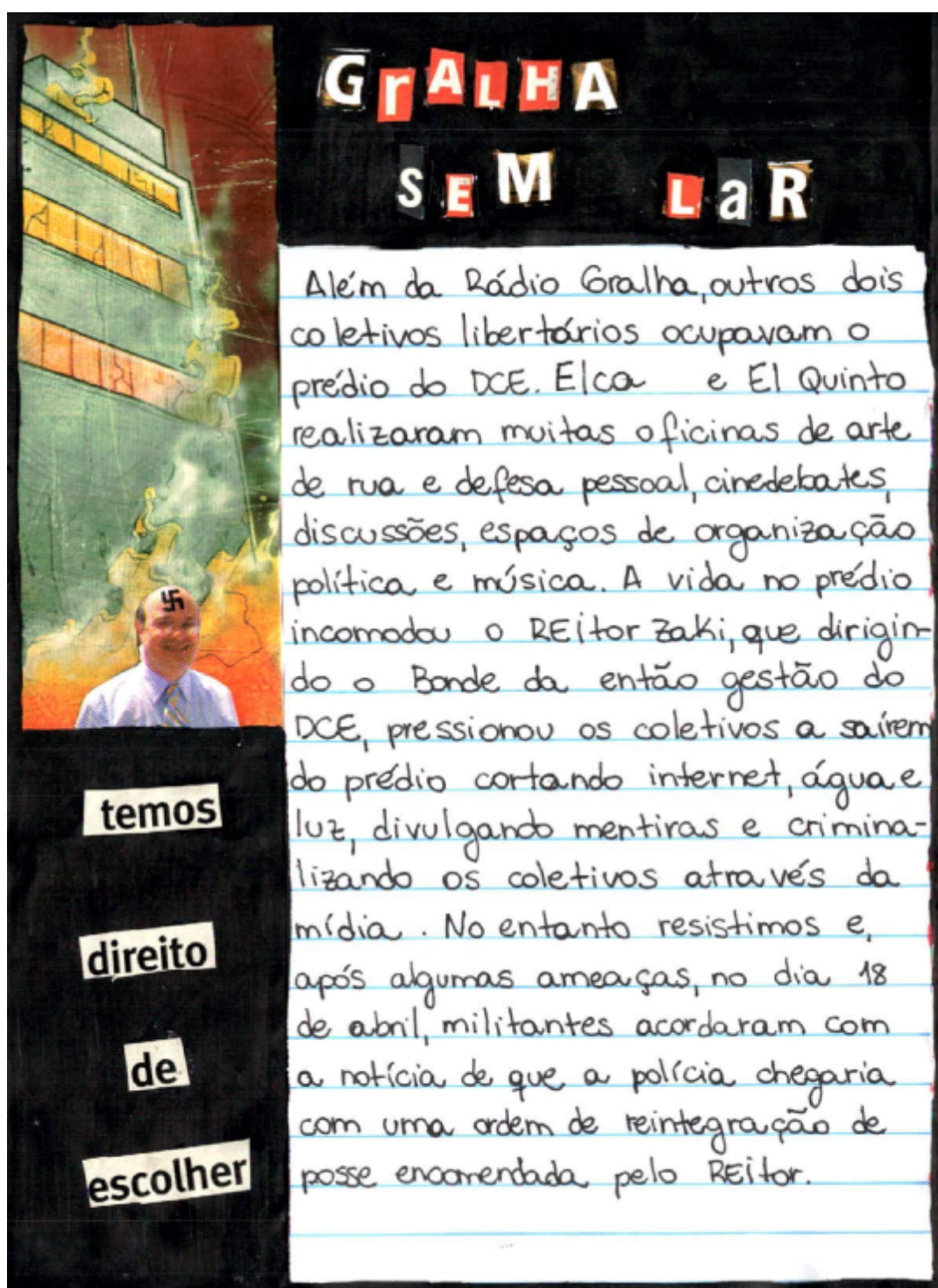
ANEXOS

ANEXO A- Fanzine









Gralha

SEM Lar

Além da Rádio Gralha, outros dois coletivos libertários ocupavam o prédio do DCE. Elca e El Quinto realizaram muitas oficinas de arte de rua e defesa pessoal, cine debates, discussões, espaços de organização política e música. A vida no prédio incomodou o REitor Zaki, que dirigindo o Bonde da então gestão do DCE, pressionou os coletivos a saírem do prédio cortando internet, água e luz, divulgando mentiras e criminalizando os coletivos através da mídia. No entanto resistimos e, após algumas ameaças, no dia 18 de abril, militantes acordaram com a notícia de que a polícia chegaria com uma ordem de reintegração de posse encomendada pelo REitor.

temos

direito

de

escolher

Armados e autorizados a usar a força, a polícia federal e militar expulsaram os coletivos e soldaram a porta do prédio para uma reforma que nunca aconteceu — mas que deveria ocorrer dentro de 30 dias. Não houve tempo de retirar todos os pertences e foi aberto um processo nos nomes de 3 integrantes dos coletivos.





A RADICALHA ATUALMENTE TEM BUSCADO
CONSTRUIR COLETIVAMENTE A LIBERDADE.
LUTAMOS POR UM MUNDO ONDE CAIBAM MUITOS
MUNDOS. PARA ISSO ESTAMOS EM CONSTATTE
PROCESSO DE ARTICULAÇÃO COM DIVERSOS MOVIMENTOS
E ORGANIZAÇÕES QUE COMPACTAM COM PRINCÍPIOS COMO
O ANTICAPITALISMO, A
AUTOGESTÃO E A
SOLIDARIEDADE. NOSSO
OBJETIVO É (RE)TOMAR
A PALAVRA QUE NOS
FOI RABADA.

eg my vasa
Jykre

Demarcação das terras indígenas



autoreconhecimento ja

VITOR KANGANG VIVE!





BALANÇO POLÍTICO

SABEMOS O QUANTO O ESTADO SILENCIA
NOSSA REBELDIA E OCULTA NOSSAS URGÊNCIAS.

ACREDITAMOS MUITO QUE ESTABELECE O
DIALOGO REBELDE
OS COLETIVOS,
QUE ESTÃO
MENTAL.



E FRATERNAL COM
GRUPOS E MOVIMENTOS
EM LUTA É FUNDAMENTAL.

ASSIM, USAREMOS EM CONSTRUIR UMA COMUNICAÇÃO LIVRE, POPULAR
E INDEPENDENTE DE CONCESSÕES E REGULAÇÃO.

ONDE O POVO MANDA,
O GOVERNO PRECISA OBEDECER!



**Eu sou feminista e
tenho orgulho disso**

